



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

CAROLINE SANTOS DA SILVA

**SOBRE UM FASCISMO DE MERCADO: A Relação entre Neoliberalismo e
Neofascismo no Brasil Contemporâneo**

Recife
2023

CAROLINE SANTOS DA SILVA

**SOBRE UM FASCISMO DE MERCADO: A Relação entre Neoliberalismo e
Neofascismo no Brasil Contemporâneo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

Orientador: Érico Andrade Marques de Oliveira

Coorientador: Wécio Pinheiro Araújo

Recife

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S586s Silva, Caroline Santos da.
Sobre um fascismo de mercado : a relação entre neoliberalismo e neofascismo no Brasil contemporâneo / Caroline Santos da Silva. – 2023.
103 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Érico Andrade Marques de Oliveira.
Coorientador : Wécio Pinheiro Araújo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Neoliberalismo. 3. Neofascismo. 4. Democracia. 5. Políticas de morte. 6. Brasil. I. Oliveira, Érico Andrade Marques de (Orientador). II. Araújo, Wécio Pinheiro (Coorientador). III. Título.

100 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-070)

CAROLINE SANTOS DA SILVA

**SOBRE UM FASCISMO DE MERCADO: A Relação entre Neoliberalismo e
Neofascismo no Brasil Contemporâneo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

Aprovado em: 28/ 04/ 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. ERICO ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a. Dr^a. LOIANE DA PONTE SOUZA PRADO VERBICARO (Examinadora
Externa)
Universidade Federal do Pará - UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as contribuições que favoreceram este trabalho. Inúmeras, me seria impossível listá-las todas. Mas deixo aqui registrado o meu reconhecimento por todas as participações que permitiram a essa pesquisa ser desenvolvida, em alguma medida, em comunidade.

Apesar do cenário político árido no qual se constituiu, por ser avaliado enquanto projeto dedicado a tema estratégico pela PROPG/ UFPE, este trabalho recebeu financiamento da Capes entre os meses de agosto a outubro de 2022. O que já foi um bom prenúncio das melhorias que estavam por vir.

RESUMO

O neoliberalismo promoveu condições acentuadamente benéficas em prol da acumulação de capital e da concentração de poder, renda e riqueza em nível mundial. Em contexto periférico, a observância da conjuntura sociopolítica brasileira contemporânea revela um cenário de discursos e práticas autoritárias, de desumanização de políticas públicas, de ataques às instituições democráticas. Diante de tal panorama, importa indagar: a ascensão do autoritarismo, em forças antidemocráticas e políticas de morte, guarda relação com o projeto sociopolítico neoliberal? Ao avançar sobre indivíduos e instituições, a racionalidade neoliberal sobrepõe princípios empreendedoristas a princípios democráticos, tanto na vida pública quanto na social, de tal modo a subverter profundamente a democracia (BROWN, 2019). As mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo - que atuam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição - por sua vez, podem ser apontadas como motivadoras de movimentos reacionários ou neofascistas (DARDOT; LAVAL, 2016). Com vistas a desenvolver tais análises, a presente pesquisa defende que o neoliberalismo conduz a formas contemporâneas de fascismo. Propõe-se um conceito analítico de fascismo, de categoria sociopolítica, para tratar de um fenômeno que se desenvolve no interior da democracia neoliberal. O fascismo não deve ser reduzido a uma experiência histórica restrita. Fenômeno que se molda às circunstâncias, é passível de manifestar-se em contextos diversos, em autoritarismos que se apresentam com características afins aos movimentos totalitários das décadas de 30 e 40 do século XX. Este estudo objetiva, portanto, investigar o neofascismo que se manifesta no contexto social e político brasileiro em suas relações com o neoliberalismo, caracterizando, especialmente, as políticas de morte e o processo de erosão democrática. Desenvolver uma compreensão filosófica sobre a realidade que se manifesta em nossa contemporaneidade periférica é fundamental para promover reflexão crítica, suscitar incômodos e a consequente proposição de mudanças.

Palavras-chave: neoliberalismo; neofascismo; democracia; políticas de morte; Brasil.

ABSTRACT

Neoliberalism promoted markedly beneficial conditions in favor of capital accumulation and the concentration of power, income and wealth at a global level. In a peripheral context, observing the contemporary Brazilian sociopolitical situation reveals a scenario of authoritarian discourses and practices, of dehumanization of public policies, of attacks on democratic institutions. Faced with such a panorama, it is important to ask: is the rise of authoritarianism, in anti-democratic forces and necropolitics, related to the neoliberal socio-political project? By advancing on individuals and institutions, neoliberal rationality superimposes entrepreneurial principles on democratic principles, both in public and social life, in such a way as to profoundly subvert democracy (BROWN, 2019). The subjective mutations caused by neoliberalism - which act towards social selfishness, the denial of solidarity and redistribution - in turn, can be identified as motivating reactionary or neo-fascist movements (DARDOT; LAVAL, 2016). With a view to developing such analyses, this research argues that neoliberalism leads to contemporary forms of fascism. An analytical concept of fascism, from a sociopolitical category, is proposed to deal with a phenomenon that develops within neoliberal democracy. Fascism must not be reduced to a restricted historical experience. A phenomenon that molds itself to circumstances, it is likely to manifest itself in different contexts, in authoritarianisms that present themselves with characteristics similar to the totalitarian movements of the 1930s and 1940s. This study aims, therefore, to investigate the neo-fascism that manifests itself in the Brazilian social and political context in its relations with neoliberalism, characterizing, especially, the necropolitics and the process of democratic erosion. Developing a philosophical understanding of the reality that manifests itself in our peripheral contemporaneity is essential to promote critical reflection, arouse discomfort and the consequent proposition of changes.

Keywords: neoliberalism; neofascism; democracy; necropolitics, Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	NEOLIBERALISMO?	11
2.1	Neoliberalismo enquanto teoria	14
2.1.1	<i>A dramática reprogramação do liberalismo</i>	19
2.1.2	<i>Ordoliberais, Von Mises, Hayek, Friedman</i>	28
3	A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL	40
3.1	Neomarxistas, Foucault, Wendy Brown, Verónica Gago	46
3.2	Da antipolítica neoliberal	53
3.3	Omelas, neoliberalismo e cidadania sacrificial	61
4	A DISTOPIA DO ACÚMULO DE CAPITAL – A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL NO BRASIL	71
4.1	Gestão da morte como arte de governo – Políticas de desaparecimento, desumanização e esquecimento	78
4.2	Entre a micropolítica de afetos tristes e a macropolítica de um novo fascismo	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

“(...) mesmo não estudando nos livros, estudava em todas as coisas que criou Deus, servindo-me elas de letras e, de livro, toda esta máquina universal. Nada via sem reflexão, nada ouvia sem consideração, mesmo as coisas mais miúdas e materiais (...) olhava [as criaturas e coisas criadas] e admirava-as todas; de tal maneira que, das próprias pessoas com quem falava, e do que me diziam, acabavam atraindo-me a atenção mil considerações (...) Se via uma figura, ficava combinando a proporção de suas linhas e medindo-a com o entendimento e reduzindo-a a outras diferentes.”

Sór Juana Inés de la Cruz, *Carta respuesta de la poetisa a la muy ilustre sor Filotea de la Cruz*, § 26, 1691.¹

Pensar filosoficamente é caminho pelo qual nos colocamos em busca de um horizonte de verdade. Há uma espécie de sede que nos impulsiona pelo movimento de reflexão. É preciso avançar na compreensão de algo. É preciso pensar no que estamos fazendo. “Faz-se preciso que o que é se ponha manifesto.” (JASPERS, 1973, p. 141)²

Este trabalho se dedica a algo que estamos vivendo. Traz consigo o desafio de ser contemporâneo aos processos que analisa. Algo que impõe certas limitações aos horizontes de análise, é bem verdade. Mas que também lhe confere a vivacidade da reflexão construída no calor dos acontecimentos vividos, pela imersão neles.

Trata-se, então, da reflexão que advém daquilo que é experienciado no aqui e agora. Em alguma medida, é, também, registro. Capta o instante presente. Reflete a experiência vivida.

Propomos uma reflexão sobre a relação entre neoliberalismo e neofascismo a partir de uma perspectiva periférica (Sul global), e, mais precisamente, do Brasil contemporâneo. Articulamos nossas ideias através de um pensamento situado, encarnado. Não intencionamos a neutralidade e/ou universalidade pretensas de um suposto indivíduo sem história, desencarnado (de pura teoria). Diante da tensão sempre existente entre o universal e o particular, escolhemos a experiência

¹ Tradução por Ilze Zirbel in *Filosofias de Cozinha – Parte 1: A porta aberta por Sor Juana*. Disponível em: <<https://germinablog.files.wordpress.com/2021/07/sor-juana-na-cozinha-por-ilze-zirbel-2.pdf>>. Acesso em 15 de Abril de 2023.

² “Certo é que tende aos horizontes mais remotos, a horizontes situados para além do mundo, a fim de ali conseguir, no eterno, a experiência do presente. Contudo, nem mesmo a mais profunda meditação terá sentido se não se relacionar à existência do homem, aqui e agora.” (JASPERS, 1973, p. 138)

periférica brasileira como objeto de nossa reflexão filosófica, reconhecendo o caráter situado da existência.

Proposta de filosofia prática, partimos do fenômeno em sua concretude sociopolítica e econômica para compreendê-lo mediante uma diversidade de vozes que ensejam, a um só tempo, um espectro teórico criativo e harmonioso acerca do tema. Nos deparamos, então, com o desafio de lidar com uma abundância de fontes de pesquisa e perspectivas de análise, das quais privilegiamos a contribuição teórica de autoras vinculadas aos movimentos práticos e/ou teóricos feministas de diferentes épocas e lugares. Assim o fizemos por considerar a produção acadêmica também enquanto caminho de afirmação e transformação política.

No percurso desse trabalho, inicialmente, nos dedicamos à teoria neoliberal. Introduzimos a nossa abordagem discutindo os conceitos vinculados ao neoliberalismo, o que significamos ao mobilizar esse termo, porque acreditamos na adequação do seu uso. Aqui, nos propomos, sobretudo, a contextualizar o movimento intelectual de emergência do neoliberalismo; a tematizar as suas divergências e convergências com relação ao liberalismo; além de reunir apontamentos acerca da doutrina desenvolvida pelas principais correntes neoliberais fundadoras.

Em seguida, passamos a tematizar o neoliberalismo realmente existente. Tratamos da experiência neoliberal enfatizando o seu tensionamento com a dinâmica democrática. Para tanto, desenvolvemos considerações em torno das abordagens sobre a experiência neoliberal de maior interesse a esse trabalho, em virtude do objeto que enfatizam; e, em seguida, analisamos as vinculações entre neoliberalismo e autoritarismo (ascensão de políticas antidemocráticas), mediante dois processos específicos: repúdio ao político; e práticas de governança associadas a políticas de austeridade.

Nesse momento, nos propomos a desenvolver nossa análise através de dois recortes. Com relação à antipolítica neoliberal, partimos do referencial teórico oferecido por Chantal Mouffe em *Sobre o político* (2015). Quanto às práticas de governança e políticas de austeridade, nos utilizamos sobretudo das construções teóricas desenvolvidas por Wendy Brown em *Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade* (2018).

Por fim, passamos para a abordagem da experiência neoliberal brasileira enquanto fenômeno que favoreceu a emergência de um fascismo contemporâneo.

Um fascismo de mercado neocolonial, de traços vinculados à concretude sócio-histórica de nossa realidade periférica. Nesse momento, para o estudo em torno do fascismo, privilegiamos a abordagem desenvolvida por Clara Zetkin, na obra *Como nasce e morre o fascismo* (2019). Abordando o fascismo numa proposta analítica, e não tão somente histórica, compreendemos o repertório teórico da autora e líder feminista marxista como de interesse e adequação para o que estamos propondo.

Neste capítulo, nos propomos a desenvolver nossa reflexão a partir de dois movimentos principais, dedicados a análises de dois aspectos identificados, a partir de nossas pesquisas, como fundamentais para a configuração da experiência neofascista do Brasil contemporâneo. Uma primeira reflexão, voltada para o que chamamos de políticas de morte - conjunto de violências orquestradas mediante práticas de desaparecimento, desumanização e esquecimento. Em seguida, um segundo movimento de análise, dedicado ao circuito afetivo articulado e mobilizado para a constituição de uma realidade social e política neofascista.

Assim nos colocamos em nosso percurso de análise. Tecemos as nossas reflexões a partir de contribuições teóricas diversas, bem como de espaços de debate e construção teórica coletiva acerca dos temas abordados. Em alguma medida, fomos em comunidade. Esperamos, já pelos caminhos escolhidos, oferecer uma resistência à racionalidade política da qual tratamos.

Desse modo compreendemos a escrita, e também a filosofia. Enquanto caminhos potenciais para entender o mundo, e também transformá-lo. E então adotamos a postura sugerida por Sór Juana na epígrafe escolhida para essa introdução. Uma postura reflexiva sobre o que estamos vivendo³.

³ No mesmo sentido, nos recordamos de Karl Jaspers em sua *Introdução ao pensamento filosófico*: “Todo aquele que se dedica à filosofia quer viver para a verdade. Vá para onde for, aconteça-lhe o que acontecer, sejam quais forem os homens que ele encontre e, principalmente, diante do que ele próprio pensa, sente e faz está sempre interrogando. As coisas, as pessoas e ele próprio devem tornar-se claros a seus olhos. Ele não se afasta de seu contato. Ao contrário, a ele se expõe. E prefere ser desgraçado em sua busca da verdade a ser feliz na ilusão.” (JASPERS, 1973, p. 141)

2 NEOLIBERALISMO?

“Isso é água (ou é neoliberalismo?)”⁴

Philip Mirowski

Tanto se fala sobre neoliberalismo, que há quem se questione sobre a sua real existência. O neoliberalismo, de fato, existe? Ou não seria uma espécie de artifício retórico utilizado pelas esquerdas para categorizar o seu espectro político oponente? De tantas as situações vinculadas ao neoliberalismo, o que poderia ser considerado enquanto seu elemento constitutivo? É possível formular um conceito definidor de neoliberalismo? O que é neoliberalismo, afinal?

Wendy Brown, ao introduzir *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente* (2019), observa que o neoliberalismo não tem uma definição estabelecida. Isso, porém, não significa que ele não exista. Tal como outras formações que fomentam realidades, repercutindo diversamente pelo mundo - capitalismo, socialismo, liberalismo, fascismo, etc. - as discussões em torno de seus princípios, elementos constitutivos, efeitos, dinâmicas de mobilização, não prejudicam a sua capacidade de criar mundos. (BROWN, 2019, p. 28)⁵

Foi somente a partir dos anos 2000 que a polêmica ao redor do neoliberalismo se requalificou academicamente, com cientistas sociais de diferentes especialidades se esforçando por oferecer definições mais

⁴ “This is Water (or is it Neoliberalism?) (A meditation on Vercelli, Vernengo and Levitt & Seccareccia for INET)”, Philip Mirowski, 2016. Esse texto foi produzido pelo autor como uma resposta a comentários havidos em virtude do texto anterior “A teoria política que não ousou falar o seu próprio nome” (“The Political Theory that Dared Not Speak Its Own Name”, 2014). A epígrafe utilizada por Mirowski (2016) é bem interessante, ele a atribui a David Foster Wallace (2005): “Há esses dois peixes jovens nadando, e eles encontram um peixe mais velho nadando para o outro lado, que acena para eles e diz: ‘Bom dia, rapazes, como está a água?’ E os dois peixes jovens nadam um pouco, e então, eventualmente, um deles olha para o outro e diz: ‘O que diabos é água?’. Se neste momento você está preocupado que eu pretenda me apresentar aqui como o velho peixe sábio explicando o que é a água para você, peixe mais jovem, por favor, não fique. Eu não sou o peixe velho sábio. O ponto imediato da história do peixe é que as realidades mais óbvias, onipresentes e importantes são muitas vezes as mais difíceis de ver e falar. Dito como uma sentença inglesa, é claro, isso é apenas um lugar-comum banal - mas o fato é que, nas trincheiras do dia-a-dia da existência adulta, os lugares-comuns banais podem ter importância de vida ou morte.”

⁵ “O neoliberalismo - as ideias, as instituições, as políticas, a racionalidade política -, juntamente com sua criação, a financeirização, provavelmente moldaram a história mundial recente tão profundamente quanto qualquer outro fenômeno que possa ser situado no mesmo período, mesmo que acadêmicos continuem a debater o que ambos são precisamente.” Em nota de rodapé, a autora enfatiza: “A afirmação de que o significado incerto do neoliberalismo lança dúvidas sobre a sua existência é tão estranha quanto alegar que o sentido contestado de capitalismo, liberalismo ou cristandade significa que eles não existem. George Monbiot também notou que a negação de sua existência é um tremendo benefício para o seu poder.” (BROWN, 2019, p. 28)

precisas. Além das contribuições de Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant e David Harvey, o debate se renovou com a publicação póstuma do curso de Michel Foucault intitulado *Naissance de la biopolitique* (2004). A partir de então, mesmo mantendo uma postura crítica, todo um trabalho foi realizado no sentido de definir o conceito ou por relação à sua doutrina teórica, enfatizando as principais escolas e pensadores, a proveniência e a trajetória das ideias e o contexto e as circunstâncias em que emergiram (Mirowski & Plehwe, 2009; Peck, 2008), ou por relação ao chamado “actually existing neoliberalism”, destacando sua implementação prática, seus fenômenos, suas estratégias, suas esferas de atuação e dinâmicas (Brenner & Theodore, 2002; Dardot & Laval, 2009; Wacquant, 2012). Por fim, o último impulso veio com a crise financeira de 2008, que recolocou politicamente a questão dos limites, da continuidade e das alternativas ao neoliberalismo (Duménil & Lévy, 2014; Peck, Theodore & Brenner, 2012a; 2012b; Mirowsky, 2013; Davies, 2014; Dardot & Laval, 2014). (ANDRADE, 2019, p. 212)

É bem verdade que o neoliberalismo inflete, em toda parte, lei, cultura política e subjetividade política, de modo que “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração” (BROWN, 2019, p. 28). Mas, o que poderia ser apontado enquanto definição desse fenômeno de tanto impacto economicizador⁶ a todas as dimensões da vida, das instituições à subjetividade?

Importa considerar que não se trata tão somente de um fenômeno empírico, resultado de uma série de experiências sociais, políticas e econômicas, vinculadas por uma sucessão de acontecimentos espontâneos, desprovidos de planejamento e de alguma intencionalidade prévia direcionada a um escopo bem definido. O neoliberalismo é constituído por um corpo doutrinário robusto e diverso. Ao longo da história de seu desenvolvimento, diversas correntes se apresentaram com vistas a corroborá-lo através de caminhos teóricos para a implementação de políticas sociais e econômicas com maior ou menor grau de originalidade.

Como o projeto neoliberal seria paradoxalmente definido pela inatingibilidade de seu objetivo fundamental – o governo de mercado sem atritos –, não é tanto o seu objetivo utópico, mas as oscilações em torno da expectativa frustrada que moldam o neoliberalismo como forma contraditória que recorre sempre novamente a uma envergonhada rerregulamentação estatal. Há uma posição dominante nas análises sobre o “neoliberalismo realmente existente”: não se trata de um desmantelamento do Estado, mas de sua reestruturação, mantendo um papel forte e bastante ativo, mas que sofre variações conforme sua configuração histórica específica (Hilgers, 2012; Wacquant, 2012; Dardot & Laval, 2009; Ong, 2006). A incompletude necessária do processo de neoliberalização faz com que ele seja sempre híbrido com outras configurações sociais. (ANDRADE, 2019, p. 216/217)

⁶ “Uma marca crucial do neoliberalismo é a extensão daquilo que Caliskan e Callon chamaram ‘economicização’ - a conversão de domínios, atividades e sujeitos não econômicos em econômicos - a todas as esferas da vida.” (BROWN, 2018, p. 5)

Refundação intelectual ou “dramática reprogramação” do liberalismo - na expressão cunhada por Michel Foucault em *Nascimento da biopolítica* (1979) -, a ascensão do coletivo de pensamento neoliberal não deve ser compreendida enquanto um acontecimento estritamente econômico, mas, pelo contrário, como um movimento intelectual que contempla e mobiliza uma filosofia geral da política e do sentido da vida. (MIROWSKI, 2016, p. 10)⁷

Por esse capítulo, pretendemos nos deter na teoria neoliberal, com vistas a, nos capítulos seguintes, desenvolver reflexões em torno do neoliberalismo realmente existente. Nesse momento inicial, nos propomos a contextualizar o movimento intelectual de emergência do neoliberalismo, trazendo alguns dados históricos; tematizar as suas divergências e convergências com relação ao liberalismo; além de reunir apontamentos acerca da doutrina desenvolvida pelas principais correntes neoliberais fundadoras.

O corpo teórico que se reuniu com vistas à refundação intelectual do liberalismo se propunha a reinventar caminhos econômicos, políticos, sociais com vistas a alcançar um ideal de prosperidade, profundamente vinculado aos interesses do mercado. A análise da teoria neoliberal, porém, torna evidente que, sobretudo, aquele conjunto de intelectuais se arvoravam a construir e destruir mundos pela imposição de um estreito modo de viver.

⁷ “One thing that has impressed itself over the course of my career is the incredibly blinkered and inadequate understanding of politics amongst trained economists. I have repeatedly insisted that the rise of the Neoliberal Thought Collective cannot possibly be understood narrowly as an offshoot of ‘economics’ as such; rather, it is a general philosophy of politics and the meaning of life.” (MIROWSKI, 2016, p. 10)

2.1 Neoliberalismo enquanto teoria

Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade humana e da liberdade já desapareceram. Em outros, estão sob constante ameaça pelo desenvolvimento das tendências atuais da política. A posição do indivíduo e do grupo voluntário são progressivamente minadas por extensões de poder arbitrário. Mesmo aquele bem mais precioso do homem ocidental, a liberdade de pensamento e de expressão, é ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição de minoria, procuram apenas estabelecer uma posição de poder em que possam suprimir e obliterar todas as visões, exceto as suas próprias.

(Declaração de Objetivos da Sociedade Mont-Pèlerin. Suíça, 8 de abril de 1947)⁸

Enquanto corpo teórico, o neoliberalismo reúne uma ampla diversidade de proposições em torno da competição e do empreendedorismo, desenvolvidas durante largo espaço de tempo, em grande medida, em reação ao avanço de ideais socialistas. O questionamento acerca das redefinições necessárias para que o Estado tendesse a uma função assecuratória do livre-mercado são comuns entre aqueles que, mais adiante, foram identificados como teóricos neoliberais.

Há um caráter versátil nas formulações teóricas atribuídas ao espectro do neoliberalismo. Assim, a um só tempo, são identificadas proposições que tanto se opõem ao planejamento socialista, bem como ao *laissez-faire* do liberalismo clássico. É comum, no entanto, situar o advento do neoliberalismo como proveniente da crise do liberalismo, em finais do século XIX e início do século XX, configurada em um contexto marcado por um reformismo social acentuado. O neoliberalismo, então, apresentou-se enquanto reação a essa orientação social, política e econômica de cunho redistributivo. Nesse sentido,

Se é verdade que a crise do liberalismo teve como sintoma um reformismo social cada vez mais pronunciado a partir do fim do século XIX, o neoliberalismo é uma *resposta* a esse sintoma, ou ainda, uma tentativa de entravar essa orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que se desenvolveram desde o

⁸ Tradução livre de: “The central values of civilization are in danger. Over large stretches of the Earth’s surface the essential conditions of human dignity and freedom have already disappeared. In others they are under constant menace from the development of current tendencies of policy. The position of the individual and the voluntary group are progressively undermined by extensions of arbitrary power. Even that most precious possession of Western Man, freedom of thought and expression, is threatened by the spread of creeds which, claiming the privilege of tolerance when in the position of a minority, seek only to establish a position of power in which they can suppress and obliterate all views but their own”. Disponível em: <<https://www.montpelerin.org/statement-of-aims/>>. Acesso em 27 de maio de 2022.

fim do século XIX, uma orientação vista como uma degradação que conduzia diretamente ao coletivismo. (DARDOT; LAVAL, 2016. P. 71)

Importa destacar o caráter do neoliberalismo enquanto movimento intelectual, refundação teórica, sistema de pensamento, doutrina que pretendia reconstruir o liberalismo para propor uma nova forma de compreender e organizar a vida. Esse aspecto doutrinário acaba por ganhar ressonância acadêmica, infletindo em instituições de ensino de prestígio - tais como a Universidade de Chicago e o Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais (localizado em Genebra) -, a ponto de constituir escolas de formação de intelectuais propagadoras(es) das ideias e práticas neoliberais em diferentes lugares do mundo.⁹

Dardot e Laval (2016, P. 72) reconhecem um cosmopolitismo na movimentação teórica constituinte do neoliberalismo, identificando esse traço como um elemento importante para a sua difusão. No entanto, é de se notar que tal cosmopolitismo se restringe ao eixo norte global, já que tão somente constituído por pensadores estadunidenses e europeus, em sua grande maioria, senão todos, homens e brancos. Um cosmopolitismo imperialista, certamente, como bem evidencia a experiência chilena, com a ditadura de Augusto Pinochet e seus “Chicago Boys”.¹⁰

Quinn Slobodian (2022, P.13), por sua vez, ressalta a concepção intelectual do neoliberalismo enquanto um projeto global que se propõe a proteger o capitalismo das ameaças da democracia. Segundo afirma:

Apesar das divergências que poderiam existir entre os diferentes pensadores neoliberais, a análise de seus escritos e de suas ações mostra, com efeito, que eles convergiam em torno das questões relacionadas à ordem mundial. Globalizando o princípio ordoliberal de “pensar em ordens”, propuseram um conjunto de recomendações para defender a economia mundial contra a democracia, que se tornou global no século XX, produzindo, então, um estado de coisas e um conjunto de desafios que

⁹ “A teoria neoliberal obteve respeitabilidade acadêmica quando Hayek em 1974 e Friedman em 1976 ganharam o prêmio Nobel de economia. Esse prêmio específico, embora assumisse a aura de um Nobel, não tinha nenhuma relação com os outros prêmios, estando como estava sob o estrito controle da elite bancária suíça.” (HARVEY, 2014. P. 31)

¹⁰ Nesse sentido, argumenta Verónica Gago (2018, P. 12): “Desde a década de 1970, nosso continente foi um lugar de experimentação para essas medidas, impulsionadas ‘de cima para baixo’ por organismos financeiros internacionais, corporações e governos. Por isso, na América Latina, o neoliberalismo é um regime de existência social e uma forma de autoridade política instalada pelas ditaduras, diante do massacre estatal e paraestatal da insurgência popular e armada, e que foi consolidado nas décadas seguintes a partir de grandes reformas estruturais, conforme a lógica de ajuste das políticas globais.”

seus predecessores, os liberais clássicos, nunca poderiam ter imaginado. (SLOBODIAN, 2022. P. 16)¹¹

Alguns eventos são de importância histórica para o advento neoliberal. Wendy Brown (2019, P. 28) refere que o termo “neoliberalismo” foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann em 1938¹², sendo esta uma reunião de acadêmicos (economistas, sociólogos, jornalistas, empresários, entre outros)¹³, que articulou os fundamentos político-intelectuais do que posteriormente, a partir de 1947, passou a constituir a Sociedade Mont-Pèlerin.

A partir do Colóquio Walter Lippmann, duas grandes vertentes teóricas vão se constituir na doutrina neoliberal: o ordoliberalismo alemão, representado principalmente por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, e a corrente austro-estadunidense, representada por Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek.

Uma diferença significativa entre as duas correntes neoliberais diz respeito à relação com o político. Enquanto teóricos como Milton Friedman e Friedrich Hayek afirmam o político como algo perigosamente expansivo que deve ser controlado firmemente pelos propósitos neoliberais, os ordoliberais alemães acreditavam em um Estado forte capaz de garantir a ordem e a estabilidade econômicas, de cunho tecnocrático e isolado das demandas democráticas (BROWN, 2019. P. 74/75).

No entanto, os intelectuais neoliberais convergiram significativamente ao se oporem aos ideais de bem comum e a uma realidade democrática robusta, constituída por efetivos instrumentos de participação social e política:

O que torna possível reuni-los é que cada um e todos consideravam as liberdades individuais e o mercado, juntamente com a moralidade tradicional, como elementos ameaçados pelos interesses e poderes

¹¹ Tradução livre de: “Malgré les désaccords qui pouvaient exister entre les différents penseurs néolibéraux, l’analyse de leurs écrits et de leurs actions montre en effet qu’ils se retrouvaient autour des questions liées à l’ordre mondial. Globalisant le principe ordolibéral du « penser en ordres », ils ont proposé un ensemble de préconisations afin de défendre l’économie mondiale contre la démocratie, devenue globale au XXe siècle, produisant par là un état des choses et un ensemble de défis que leurs prédécesseurs, les libéraux classiques, n’auraient jamais pu imaginer.”

¹² Dardot e Laval (2016, P. 71) chegam a citar esse evento como “momento fundador do neoliberalismo”. Os mesmos autores ainda referem que o encontro foi realizado durante cinco dias em Paris, a partir de 26 de agosto de 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual - antecessor da Unesco. Alguns participantes foram: Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Röpke, Alexander von Rüstow, além de outros.

¹³ Slobodian (2022, P. 15) refere: “Segundo Mitchell Dean, uma das melhores maneiras de estudar o neoliberalismo seria considerá-lo como ‘um grupo organizado de indivíduos que trocam ideias num quadro intelectual comum’. [Selon Mitchell Dean, une des meilleures manières d’étudier le néolibéralisme serait de le considérer comme «un groupe organisé d’individus échangeant des idées dans un cadre intellectuel commun»].”

coercitivos, ingovernáveis e arbitrários abrigados pelo político. (...) Acima de tudo, os neoliberais se uniram na oposição à democracia robusta - movimentos sociais, participação política direta ou demandas democráticas ao Estado - que identificaram com o totalitarismo, o fascismo ou o governo da plebe. (BROWN, 2019. P. 75)

A Sociedade Mont Pèlerin representa um papel significativo na conjugação das diversas correntes de pensamento neoliberais. Dieter Plehwe, na introdução de *The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective* (MIROWSKI; PLEHWE, 2009, p. 4 e 5), atribui a esta entidade o caráter de coletivo de pensamento capaz de desenvolver, por mais de sessenta anos, uma identidade neoliberal.¹⁴ Segundo explica, o coletivo de pensamento neoliberal não acompanhou as outras “comunidades epistêmicas” que se propunham a interferir na mentalidade coletiva durante a segunda metade do século XX:

O esforço do incipiente coletivo de pensamento neoliberal levou à criação de uma comunidade discursiva transnacional abrangente. A comunidade MPS de intelectuais neoliberais não foi restringida por um entendimento padrão (pluralista, apolítico) de uma separação rígida de disciplinas, ou pela necessidade de desenvolver conhecimento em algumas poucas áreas. (...) Estudiosos de diferentes disciplinas compartilharam seus conhecimentos e debateram com um seletivo grupo de jornalistas, líderes corporativos e políticos, bem como uma nova geração de profissionais do conhecimento (operando a partir dos *think tanks* partidários neoliberais em rápida proliferação). Cada um desses grupos contribuiu com seus recursos especiais e competências ao esforço coletivo. (MIROWSKI; PLEHWE, 2009, p. 5 e 6)¹⁵

Por fim, antes de passar para uma incursão mais detalhada das vinculações entre liberalismo e neoliberalismo, importa referir o que Michel Foucault (2008), em suas análises acerca do neoliberalismo estadunidense, identificou enquanto horizonte utópico neoliberal. Em *Nascimento da biopolítica* (2008, P. 301/302), na aula de 14 de março de 1979, Foucault apresenta o neoliberalismo, nos Estados

¹⁴ “O grupo do Mont Pelerin obteve apoio financeiro e político; nos Estados Unidos em particular, um poderoso grupo de indivíduos abastados e líderes corporativos visceralmente contrários a todas as formas de intervenção e regulação do Estado, e mesmo ao internacionalismo, se empenhou em realizar a oposição ao que viam como um consenso emergente de busca de uma economia mista.” (HARVEY, 2014. P. 31)

¹⁵ Tradução livre de: “The effort of the incipient neoliberal thought collective led to the creation of a comprehensive transnational discourse community. The MPS community of neoliberal intellectuals was not restricted by a standard (pluralist, apolitical) understanding of a rigid separation of academic disciplines, or by the need to develop knowledge in a few restricted single-issue areas.(...) Scholars from different disciplines shared their expertise and debated with a select group of journalists, corporate leaders, and politicians, as well as a new breed of knowledge professionals (operating out of the rapidly proliferating neoliberal partisan think tanks). Each of these groups contributed its special resources and competencies to the collective effort.”

Unidos, como toda uma maneira de ser e de pensar. Para além de uma técnica de governo, um estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação:

É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda. É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica. (...) É Hayek, que dizia, há alguns anos: precisamos de um liberalismo que seja um pensamento vivo. (FOUCAULT, 2008, p. 301)

Esse horizonte utópico neoliberal se evidencia na epígrafe trazida pelo presente tópico, referente a trecho da *Declaração de Objetivos da Sociedade Mont-Pèlerin*. Ao consultá-la, fica evidente o forte cunho, ao mesmo tempo, nostálgico e salvacionista assumido pelo coletivo de pensamento neoliberal, com propósitos claros de salvaguardar os valores da civilização ocidental e de fortalecer as liberdades individuais diante do poder arbitrário das minorias. Nesse sentido, observa David Harvey:

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. (...) A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. (HARVEY, 2014. P. 27/28)

Um movimento teórico, e por que não dizer utópico, simultaneamente conservador e reacionário. Em que medida é possível identificar vinculações desse corpo teórico com o liberalismo ascendente ao longo dos séculos XVIII e XIX? Muitos neoliberais se consideravam “os verdadeiros liberais”, tais como “os liberais clássicos”. Mas seria o neoliberalismo uma ruptura ou um resgate do autêntico liberalismo clássico? É o que passaremos a tratar.

2.1.1 A dramática reprogramação do liberalismo

“Tantos acontecimentos decididos pela força, tantos crimes absolvidos pelo sucesso, tantas virtudes fragilizadas pela culpa, tantos infortúnios insultados pelo poder, tantos sentimentos generosos que se tornaram motivo de zombaria, tantos cálculos vis tramados hipocritamente; tudo enfraquece a esperança dos homens mais fiéis ao culto da razão.”¹⁶
(Germaine de Staël-Holstein (1766-1817). *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Tome 1. Séconde édition, 1800. P.30)

O liberalismo conjuga uma diversidade de tensões.¹⁷ O neoliberalismo se perfez a partir de uma crise do liberalismo (entre os anos 1890 e 1930)¹⁸ e parece se sustentar em uma temporalidade de crise permanente, entre inúmeras contradições¹⁹. Há, porém, uma relação de continuidade entre um e outro? Ou essa trajetória é mais propriamente constituída por uma ruptura? Acerca do tema, muitas questões podem ser suscitadas. Trataremos de algumas delas.

Parte significativa dos teóricos neoliberais convergem com a primeira hipótese. Muitos se afirmavam, inclusive, como “os verdadeiros liberais”, aqueles que se propunham a retomar o “liberalismo clássico”, o liberalismo em suas origens. David Harvey, sobre o tema, comenta:

Os membros do grupo se descreveram como “liberais” (no sentido europeu tradicional) devido a seu compromisso fundamental com ideais de liberdade pessoal. O rótulo “neoliberal” marcava sua adesão aos princípios de livre mercado da economia neoclássica que emergira na segunda metade do século XIX (graças aos trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras) para substituir as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e, naturalmente, Karl Marx. (HARVEY, 2014. P. 29/30)

¹⁶ Tradução livre de: “Tant d'événemens décidés par la force, tant de crimes absous par le succès, tant de vertus flétries par le blâme, tant d'infortunes insultées par le pouvoir, tant de sentimens généreux devenus l'objet de la moquerie, tant de vils calculs hypocritement commentés; tout lasse de l'espérance les hommes les plus fidèles au culte de la raison.” Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61078256/f2.image#>>. Acesso em 30 de maio de 2022.

¹⁷ “O liberalismo é um mundo de tensões. Sua unidade, desde o princípio, é problemática. (...) A crise do liberalismo é também uma crise interna, o que é esquecido de bom grado quando se assume a tarefa de fazer a história do liberalismo como se se tratasse de um corpo unificado.” (DARDOT; LAVAL, 2016. P. 38)

¹⁸ “O neoliberalismo é um conceito polêmico. Desde o Colóquio Walter Lippmann (1938) e da primeira reunião da Sociedade de Mont Pèlerin (1947), a formulação designou, entre seus partidários, mais um campo de debate do que propriamente um consenso.” (ANDRADE, 2019. P. 211)

¹⁹ Há estudos que sugerem o deslocamento, pelo neoliberalismo, dos sentidos lineares da temporalidade moderno-liberal. Assim: “Em meados dos anos 2000, antropólogos como Jane Guyer (2007) e Jean e John Comaroff (2000, 2004) sugeriram que as temporalidades não lineares do neoliberalismo – marcadas por uma ‘ferradura’ que une o imediatismo da experiência e dos eventos, por um lado, e futuros inescrutáveis e intangíveis, por outro – vinham propiciando o afloramento de processos sociais estranhos à normatividade da modernidade liberal. (CESARINO, 2021. P. 2)

Há correntes liberais, no entanto, que sugerem, na constituição do neoliberalismo, um rompimento quanto ao liberalismo que se desenvolveu no século XIX. Há, inclusive, quem desvincule da história do liberalismo a vertente constituída pelos teóricos desejosos da liberdade individual ao limite, isto é, como fim absoluto, recusando-se a reconhecer o “conservadorismo liberal”, movimento que acabou por constituir o neoliberalismo.

Rejeitado ou não por parte das correntes liberais, o fato é que o neoliberalismo tem sua história vinculada ao liberalismo. E, de algum modo, a título afirmativo, legitimador, já que o movimento realizado pelos neoliberais se propunha, fundamentalmente, a reconsiderar as questões concernentes à garantia de um mercado livre, bem como as redefinições necessárias para que as funções do Estado correspondessem a esse objetivo (MIROWSKI; PLEHWE, 2009. P. 10/11).

O pensamento liberal dominante, ao longo do século XIX, se configura a partir de alguns dogmas essenciais, tais como direito natural, liberdade de comércio, defesa da propriedade privada. Isso não significa que se trata de um corpo teórico uniforme. Há grande discrepância teórica entre as(os) suas(seus) pensadoras(es), de tal modo a constituir um corpo bastante desunificado.

Há, também, uma grande divergência no liberalismo enquanto movimento concreto, constituinte de relações políticas e sociais:

Os pretensos campeões da liberdade retratam como sendo sinônimo de despotismo e de escravidão uma imposição fiscal promulgada sem o seu explícito consenso, mas não têm escrúpulo para exercer o poder mais absoluto e mais arbitrário em detrimento dos seus escravos. É um paradoxo: “Como se explica que os gritos mais elevados de dor pela liberdade se elevem dos caçadores de negros?” - pergunta Samuel Johnson. (LOSURDO, 2006. P. 25)

Assim, como não reconhecer a contradição entre as elaborações conceituais e as práticas das sociedades liberais? Como identificar o liberalismo enquanto tradição de pensamento que situa no centro das suas atenções a liberdade do indivíduo, diante da realidade histórica de seu desenvolvimento? A ascensão do liberalismo e a expansão da escravidão-mercadoria com fundamento racial estão imbricadas em um único processo:

A escravidão não é algo que permanece *não obstante* o sucesso das três revoluções liberais; ao contrário, ela conhece o seu máximo desenvolvimento em virtude de tal sucesso: “O total da população escrava

nas Américas somava aproximadamente 300 mil no ano de 1700, chegou a quase de 3 milhões no ano de 1800, até alcançar o pico de mais de 6 milhões nos anos '50 do séc. XIX" (BLACKBURN, 1997). O que contribui de forma decisiva para o crescimento deste instituto, sinônimo de poder absoluto do homem sobre o homem, é o mundo liberal. (LOSURDO, 2006. P. 53)

A história do liberalismo real - constituinte de práticas e relações sociais, econômicas e políticas - revela que a aplicação de seus princípios, não poucas vezes, se deu de forma associada à desumanização e à objetificação de certos corpos, tidos como não humanos, ou impossibilitados de alcançar a razão. Para esses corpos, o liberalismo rejeitou a liberdade.

Referimo-nos ao liberalismo prático, isto é, àquele vivenciado socialmente, entre indivíduos e instituições, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Aqui, arriscamos sugerir que a razão e a liberdade afirmadas por boa parte do pensamento liberal de então possuíam forte traço instrumental, isto é, serviam tanto à instrumentalização dos interesses caros a um determinado grupo de indivíduos (interesses privados), bem como para que determinados corpos fossem sujeitados à condição de instrumentos a serviço desses interesses.²⁰

No que concerne à situação da mulher, Immanuel Kant, em sua *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (2006), nos oferece subsídios interessantes para cogitar sobre o quão certos corpos não foram contemplados pelo espectro da racionalidade iluminista e, por conseguinte, por boa parte do pensamento liberal. Segundo o autor, "feminilidades significam fraquezas" (304, p. 199):

- A mulher recusa, o homem solicita; a submissão dela é favorecimento. - A natureza quer que a mulher seja a solicitada, por isso ela não precisou ser tão delicada na escolha (segundo o gosto) quanto o homem, ao passo que a natureza também construiu o homem mais grosseiramente, o qual já agrada a mulher quando mostra em sua figura vigor e destreza para defendê-la; (307, p. 202)
(...) - No que diz respeito às mulheres dotas, elas necessitam de seus livros como de seu relógio, a saber, elas o portam a fim de que se veja que possuem um, ainda que geralmente esteja parado ou não tenha sido acertado. (308, p. 203)

²⁰ Nesse sentido, é emblemática a lição deixada por Rousseau em *Emílio* (1979, P. 419): "A rigidez dos deveres relativos dos dois sexos não é e nem pode ser a mesma. Quando a mulher se queixa a respeito da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão; essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão; cabe a quem a natureza encarregou do cuidado com os filhos a responsabilidade disso perante o outro."

Ao descrever as mulheres enquanto fracas, destinadas à procriação e ao lar, subordinadas aos maridos, Kant não faculta a esses corpos o exercício do esclarecimento. Pelo contrário, “a mulher é descrita e construída como um objeto funcional, segundo um modelo pré-estabelecido que não prevê autonomia e/ou liberdade. O símbolo-modelo não impele a ser, mas a servir” (ZIRBEL, 2011, p. 65). Pela proposta filosófica kantiana a condição feminina é um entrave natural ao desenvolvimento das faculdades da razão:

Leis Naturais e regras jurídicas corroboram entre si para explicar/justificar uma incapacidade da mulher ao conhecimento e ao pleno uso da razão e da liberdade. Não seria isto uma contradição? Ou estaríamos diante de dois modelos de Humanidade (onde apenas uma parte dela teria as características centrais do humano descrito e pensado por Kant ao formular suas teorias)? Porque as mulheres diferem tanto dos homens (ainda que se fale delas como complementares em relação a estes)? (ZIRBEL, 2011, p. 55)

Em origem, o liberalismo real se vincula ao advento da modernidade e à ascensão do capitalismo mercantilista, que, por sua vez, se desenvolveu a partir das violências perpetradas tanto mediante os cercamentos²¹ das terras na Europa - com a perseguição de mulheres e seus modos de vida pelo processo de “caça às bruxas” -, bem como da invasão colonial nas Américas - com a escravização²² e o extermínio de populações negras e indígenas.

No que concerne à política de cercamentos de terras, pelos séculos XVI e XVII, é interessante notar o quão esse movimento, em prol da propriedade privada e da acumulação primitiva de capital, se deu em associação com a destruição de modos de vida em comum e a sujeição de corpos. Há uma dimensão corpo-território²³

²¹ “No século XVI, ‘cercamento’ era um termo técnico que indicava o conjunto de estratégias usadas pelos lordes ingleses e pelos fazendeiros ricos para eliminar o uso comum da terra e expandir suas propriedades. Referia-se, sobretudo, à abolição do sistema de campos abertos (*open-field system*), um acordo pelo qual aldeões possuíam faixas de terra não contíguas num campo sem cercas. Cercar incluía também o fechamento das terras comunais e a demolição dos barracos dos camponeses que não tinham terra, mas podiam sobreviver graças a seus direitos consuetudinários.” (FEDERICI, 2017, p. 133/134)

²² “(...) a escravidão na sua forma mais radical triunfa nos séculos de ouro do liberalismo e no coração do mundo liberal.” (LOSURDO, 2006, p. 55)

²³ No capitalismo nascente, fez-se comum, e de certa legitimidade social e política, a prática do estupro de mulheres pobres, proletárias, a título de política pública compensatória aos homens pelo cercamento das terras comunais, que antes lhes serviam à subsistência. Outra política sexual institucionalizada à época, no mesmo sentido, se deu através da prostituição de mulheres, com a difusão de inúmeros bórdeis municipais pela Europa (FEDERICI, 2017, p. 103 a 108). O corpo da mulher é colocado enquanto substituto à terra, agora não mais acessível, já que privatizada.

violentamente estabelecida ao longo desse processo e explorada pelo capitalismo mercantilista ascendente.²⁴

Esses acontecimentos históricos conformam a trajetória social, política e econômica pela qual o liberalismo ascendeu, ganhou desenvolvimento teórico e experimentou facticidade. A sua experiência prática - isto é, o liberalismo realmente existente - se fez mediante a subjugação e o extermínio de certos corpos, não contemplados pelos seus ideais de razão e liberdade. Assim como a escravização e o extermínio de corpos racializados foram processos legitimados pelo liberalismo real, a divisão sexual do trabalho²⁵ também lhe foi estruturante com vistas à acumulação de capital para dar efetividade a seus propósitos de livre iniciativa e valorização da propriedade privada.

Essas mudanças históricas - que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral - redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado. (FEDERICI, 2017, p. 145/146)

O liberalismo tem os seus limites. Apresenta divergências acentuadas no corpo teórico, além de uma sensível tensão entre os domínios teórico e prático. Há “cláusulas de exclusão que atravessam em profundidade esta tradição de pensamento” (LOSURDO, 2006, p. 396). De fato, as práticas reais de liberalismo perfizeram uma conjuntura social, política e econômica tal que os seus tradicionais princípios - liberdade, justiça, racionalidade, tolerância, entre outros - parecem ter

²⁴ Importa ter em vista que, ainda hoje, há um extenso debate sobre reforma agrária e privatização da terra. Quanto ao tema, Silvia Federici destaca uma poderosa inflexão do Banco Mundial sobre os bens comuns do planeta: “A defesa dos cercamentos a partir da ‘modernização’ tem uma longa história, mas o neoliberalismo lhe deu novo impulso. Seu principal fomentador foi o Banco Mundial, que frequentemente exige dos governos da África, da Ásia, da América Latina e da Oceania que privatizem suas terras comuns como condição para recebimento de empréstimos (Banco Mundial, 1989).” (FEDERICI, 2017, p. 135)

²⁵ Esse ponto é especialmente interessante para o que vamos desenvolver mais adiante, acerca das vinculações entre o desenvolvimento do liberalismo e a ascensão de ideais românticos (e uma série de “valores românticos”) ao longo do século XIX, bem como da relação existente entre neoliberalismo e moralidade tradicional - desde a doutrina neoliberal mais clássica -, com a defesa de “valores familiares”.

sido abandonados, esquecidos ou distorcidos a ponto de se tornarem irreconhecíveis.²⁶ Assim,

As críticas mais variadas florescerão, tanto no plano doutrinal como no político, ao longo do século XIX. Isso porque em nenhuma parte, e em nenhum domínio, a “sociedade” se deixa reduzir a uma soma de trocas contratuais entre indivíduos. A sociologia francesa não cansará de repetir isso, ao menos desde Auguste Comte, sem mencionar o socialismo que denuncia a mentira de uma igualdade apenas fictícia. Na Inglaterra, o radicalismo, depois de inspirar as reformas mais liberais de assistência aos pobres e ajuda à promoção do livre-câmbio, alimentará certa contestação dessa metafísica naturalista e até estimulará as reformas democráticas e sociais em favor da maioria. (DARDOT; LAVAL, 2016. P. 37)

Em meados do século XIX, as fraturas internas do liberalismo se acentuaram de tal modo que, pelos anos 1890 a 1930, havia uma tensão bem configurada entre dois tipos de liberalismo: o dos reformistas sociais (“liberalismo social”, “novo liberalismo”, “liberalismo moderno”), vinculados a um ideal de bem comum e defensores de maiores intervenções estatais com vistas a propósitos de bem-estar e proteção social; e o dos partidários da liberdade individual como fim absoluto (“neoliberalismo”, “liberalismo clássico”, “conservadorismo liberal”), fortemente resistentes à intervenção estatal assecuratória de direitos sociais e defensores da promoção de mercados competitivos (DARDOT; LAVAL, 2016. P. 37).

O neoliberalismo, então, surge como uma resposta à crise do liberalismo, propondo-se a reformular em postulados mais eficientes às necessidades do mercado o que tinha sido proposto pelos primeiros liberais. O neoliberalismo não retoma as mesmas questões suscitadas pelo liberalismo. Não consagra o *laissez-faire* enquanto princípio dogmático para a condução da relação entre governo e mercado. Não dá continuidade, mas também não rompe com a tradição do pensamento liberal.

O neoliberalismo, portanto, não é o herdeiro natural do primeiro liberalismo, assim como não é seu extravio nem sua traição. Não retoma a questão dos limites do governo do ponto em que ficou. O neoliberalismo não se pergunta

²⁶ Nesse ponto, os neoliberais, de fato, se assemelham ao que eles chamavam de “liberalismo clássico”. Nesse sentido, David Harvey (2014, p. 28/29) afirma: “Os dados sugerem além disso que, quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis. Isso de modo algum nega o poder que têm as ideias de agir como força de mudança histórico-geográfica. Mas de fato indica uma tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização que têm transformado nas três últimas décadas o funcionamento do capitalismo global.”

mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado (Adam Smith), aos direitos (John Locke) ou ao cálculo da utilidade (Jeremy Bentham), mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si (...). (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34)

Das teorias que se mantiveram vinculadas aos ideais do liberalismo, portanto, o neoliberalismo se apresenta como a via que admite a participação do Estado na economia, rejeitando uma absoluta passividade governamental, desde que a atuação estatal seja favorável à dinâmica da concorrência entre os interesses privados, “trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

A ordem de mercado não é compreendida enquanto algo natural, mas como um artifício, um produto histórico e político, que deve acontecer de modo a conferir centralidade à concorrência. Além disso, outro traço importante do advento neoliberal é a oposição às formas de governo compreendidas enquanto totalitárias, isto é, a reação à ascensão dos totalitarismos no contexto que se seguiu à Primeira Guerra Mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 68).

No entanto, em que pese o neoliberalismo se apresentar enquanto reação a movimentos totalitários, em defesa das liberdades propugnadas pelo liberalismo clássico, a observância do neoliberalismo real revela a sua intrínseca vinculação com a violência e o autoritarismo. De fato, conforme diagnóstico oferecido por Karl Polanyi ainda em 1944, através de *A Grande Transformação* (2000), o utopismo neoliberal acaba frustrado pelo autoritarismo:

(...) a idéia da liberdade degenera, assim, na simples defesa da livre empresa - hoje reduzida a uma ficção pela dura realidade de trustes gigantescos e monopólios principescos. Isto significa uma liberdade total para aqueles cuja renda, lazer e segurança não precisam ser enfatizados, e um mínimo de liberdade para o povo, que pode tentar em vão valer-se dos seus direitos democráticos para se proteger do poder dos donos da propriedade. E isto não é tudo. Os liberais jamais conseguiram restabelecer de fato a livre empresa, já destinada ao fracasso por razões intrínsecas. Seus esforços apenas resultaram na instalação de grandes negócios em diversos países europeus e, incidentalmente, de vários tipos de fascismo, como na Áustria. O planejamento, a regulação e o controle, que eles queriam ver banidos como riscos à liberdade, foram empregados pelos inimigos confessos da liberdade para aboli-la totalmente. Entretanto, a vitória do fascismo tornou-se praticamente inevitável pela obstrução dos liberais a qualquer reforma que envolvesse o planejamento, a regulação e o controle. (POLANYI, 2000, p. 297/298)

A obra de Polanyi é uma referência interessante para o que estamos desenvolvendo, já que ele se propôs a tratar dos dilemas de sua época, das transformações decorrentes da crise do liberalismo em finais do século XIX, as quais conformam o contexto pelo qual o neoliberalismo emergiu e passou a ter um desenvolvimento teórico mais abrangente. Ao introduzir o capítulo em que tematiza a liberdade numa sociedade complexa, o autor defende que a sociedade do século XIX se fragilizou em virtude de um conjunto de medidas adotadas em decorrência da ação do mercado autorregulável:

À parte as circunstâncias excepcionais que existiram na América do Norte, na época da fronteira aberta, o conflito entre o mercado e as exigências elementares de uma vida social organizada tanto proporcionou ao século a sua dinâmica como produziu as tensões e pressões típicas que, em última instância, destruíram aquela sociedade. As guerras externas apenas apressaram essa destruição. (POLANYI, 2000, p. 289)

A filosofia liberal alimentou um falso ideal de liberdade. “Era uma ilusão admitir uma sociedade que fosse modelada apenas pelo desejo e a vontade do homem.” Em uma visão de mercado da sociedade, equiparou a economia a relações contratuais, e as relações contratuais à liberdade (POLANYI, 2000, p. 298).

Conforme desenvolvido supra, o liberalismo real se estruturou na negação violenta dos ideais de razão e liberdade para determinados corpos²⁷. Nesse sentido, no que concerne particularmente à situação da mulher²⁸, é interessante notar o quão

²⁷ Reconhecendo a vinculação existente entre o capitalismo mercantilista colonial e o capitalismo financeiro neocolonial, através de um processo que acontece sem o tempo, destacamos o pensamento de Denise Ferreira da Silva (2016, p.407): “Quatro navios partiram do porto de Liverpool naquele dia do verão de 1769. Entre eles o Unity, um dos cento e tantos navios negreiros responsáveis por transportar 1,5 milhão de pessoas que os comerciantes de Liverpool negociaram no período em que o comércio de escravizados era legal segundo a lei britânica. Quase um ano depois, quando o Unity fazia a linha inferior do Comércio Triangular, em junho de 1770, os diários de bordo do navio registraram diversas tentativas de insurreição por parte dos 435 cativos a bordo. Pouco mais de duzentos anos depois, em julho de 1981, os moradores negros de Toxteth, na cidade de Liverpool, se revoltaram após a prisão de um ‘rapaz negro’ pela polícia local (e o bairro pegaria fogo novamente em 2011, quando a polícia de Londres matou um homem negro desarmado, Mark Duggan, no bairro de Tottenham, no norte da cidade). Neste ensaio, interpreto essas insurreições como repetições do evento racial. Minha proposição é que elas expõem como a violência racial é uma condição *sine qua non* para o capital global, isto é, trata-se de uma condição de possibilidade de acumulação de capital sob a forma hegemônica do capital financeiro.”

²⁸ Não ignoramos que essa inflexão se deu, e se dá, de modo diverso para os diferentes corpos. Assim é que, para as mulheres violentadas pelos processos de racialização ou pela luta de classes, a

a defesa do livre mercado e da propriedade privada vem constantemente associada a ideais românticos²⁹ e de proteção da família.

Kant, para desenvolver as suas considerações em torno da mulher, utilizou-se da literatura cavaleiresca renascentista, contribuindo para um ideário de feminino associado à incapacidade - tendo em vista uma necessidade de proteção masculina - e ao belo - em supervalorização da beleza feminina (ZIRBEL, 2011, p. 63). Essa herança iluminista acaba por infletir no Código Civil napoleônico (1804), que, por sua vez, se estrutura a partir da divisão em dois eixos - propriedade e família - sendo constituído por disposições que afirmam a incapacidade civil feminina, a legalidade da escravidão e o casamento enquanto um contrato civil (não mais um evento de natureza religiosa).

No que concerne a esse aspecto, isto é, a correlação entre proteção à propriedade privada e defesa da família - “valores de mercado” e “valores familiares” -, há vinculação entre liberalismo e neoliberalismo. De fato, nesse ponto, não há rompimento dos neoliberais quanto aos seus precursores liberais do século XIX, mas continuidade e arrefecimento de algo que Wendy Brown vai identificar enquanto um aspecto do neoliberalismo realmente existente negligenciado tanto pelas abordagens neomarxistas quanto foucaultianas, qual seja, a “sua promoção da moralidade tradicional em detrimento da justiça social legislada.” (BROWN, 2019, p. 32)

projeção de ideais românticos e em defesa da família adquire distinções significativas. Nesse sentido, destacamos os trabalhos que tematizam estereótipos ou imaginários atribuídos à mulher negra, como as produções de Lélia Gonzáles e Patrícia Hill Collins bem sinalizam. A respeito do tema, propondo-se a discutir aspectos relacionados às escolhas afetivas e aos significados de solidão entre mulheres negras, também indicamos a tese de Ana Cláudia Lemos Pacheco (Unicamp, 2008), “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia”.

²⁹ No domínio da história das ideias é de se notar, inclusive, que a ascensão do liberalismo se fez contemporânea ao movimento romântico. Exemplo emblemático dessa afinidade histórica é trazido por Jane Austen (1775 - 1817) nas primeiras linhas de *Orgulho e Preconceito* (1813): “É uma verdade universalmente reconhecida que um homem solteiro e muito rico precisa de uma esposa.” (2020, p. 9)

2.1.2 Ordoliberais, Von Mises, Hayek, Friedman

“Nossas visões, muitas vezes inconscientes, sobre a teoria do conhecimento e seus problemas (“O que podemos saber?”, “Quão certo é o nosso conhecimento?”) são decisivas para a nossa atitude em relação a nós mesmos e a política.”

Karl Popper³⁰

Ordoliberalismo é a expressão do neoliberalismo em vertente constituída por teóricos alemães, que traz como marcador distintivo a defesa de um Estado forte e tecnocrático e de um liberalismo autoritário, devotado aos princípios de uma economia competitiva. Quanto à relação Estado-economia, os ordoliberais se singularizam, na teoria econômica neoliberal, pela proposição de uma “constituição econômica”, que não se trata de um documento materialmente constituído, mas de uma espécie de compromisso pelo qual se devota o Estado à concorrência e ao liberalismo econômico (BROWN, 2019, p. 93).

Criado no início da década de 1950, o termo ordoliberalismo designa um tipo particular de liberalismo, redefinido pelos neoliberais alemães, reunidos desde 1937 em torno da revista *Ordo*. O objetivo dos fundadores da revista era definir melhor as condições morais, jurídicas e políticas para o exercício da liberdade econômica. Para os ordoliberais, a liberdade não se constrói na recusa do Estado, mas deve crescer sob sua proteção, que deve ser benevolente, sem ser invasiva. O ordoliberalismo oferece uma reflexão econômica, jurídica, política, filosófica e sociológica sobre as condições para assegurar a existência duradoura de uma economia de mercado competitiva, considerada como fundamento *sine qua non* de uma sociedade liberal. (COMMUN, 2016, p. 7)³¹

Os ordoliberais, de modo geral, partilham de uma ansiedade relativa à democracia. Desconfiam do político, mas não rejeitam a soberania estatal: “Eles buscam desdemocratizar o Estado e substituí-lo por outro, suportado pela expertise técnica, dirigido por autoridades competentes e devotado aos princípios de uma

³⁰ “Our often unconscious views on the theory of knowledge and its central problems (“What can we know?”, “How certain is our knowledge?”) are decisive for our attitude towards ourselves and towards politics.” In *Recoding Liberalism: Philosophy and Sociology of Science against Planning*, Karl Popper *apud* Beddeleem (PLEHWE; SLOBODIAN; MIROWSKI; 2020, p. 21).

³¹ Inventé au début des années 1950, le terme d'ordolibéralisme désigne un libéralisme d'un genre particulier, tel que redéfini par les néolibéraux allemands, réunis depuis 1937 autour de la revue *Ordo*. L'objectif des fondateurs de la revue fut de mieux définir les conditions morales, juridiques et politiques de l'exercice de la liberté économique. Pour les ordolibéraux, la liberté ne se construit pas dans un refus d'État, mais est censée croître sous sa protection qui se doit d'être bienveillante, sans être envahissante. L'ordolibéralisme propose une réflexion à la fois économique, juridique, politique, philosophique et sociologique sur les conditions propres à assurer l'existence durable d'une économie de marché concurrentielle, considérée comme fondement *sine qua non* d'une société libérale. (COMMUN, 2016, p. 7)

economia competitiva e liberalizada.” (BROWN, 2019, p. 93). Compreendem que o compromisso do Estado com o liberalismo econômico deve ser assegurado politicamente, de modo que o Estado ideal é autônomo à economia, mas dedicado a ela.

Para esses teóricos neoliberais, o Estado social é fraco e prejudicial ao capitalismo, carece de autonomia e de capacidade política, uma vez que subjugado a grupos de interesse. Os ordoliberais tomam a democracia enquanto um problema central, por considerarem que o “poder das massas” conduz a um intervencionismo econômico que enfraquece o Estado e desorganiza a economia, coibindo a iniciativa empreendedora.

Nascido nos círculos intelectuais contra o nazismo, o ordoliberalismo é uma doutrina de transformação social que apela para a responsabilidade dos homens. Como agir para refundar uma ordem social liberal depois dos erros do estadismo totalitário? Essa foi a pergunta que se fizeram, desde o início, os principais representantes do ordoliberalismo. Para eles, trata-se de reconstruir a economia de mercado com base numa análise científica da sociedade e da história. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 102)

Essa vertente teórica reuniu economistas (como Walter Eucken, Ludwig Erhard, Alfred Müller-Armack) e juristas (como Franz Böhm, Hans Grossman-Doerth) alemães, impondo-se no contexto pós-Guerra da República Federal da Alemanha. O termo que cunha essa corrente neoliberal resulta da ênfase dada por esse conjunto de teóricos numa ordem constitucional e procedural que deve conformar a base de uma sociedade e de uma economia de mercado. Ordem que possui duas inflexões de sentido: um *epistemológico* ou *sistêmico*, referente à análise dos diversos “sistemas” econômicos; e um outro *normativo*, concernente à definição de determinada política econômica (DARDOT; LAVAL; 2016, p. 101).

No último capítulo dos *Grundlagen der Nationalökonomie* [Fundamentos da economia nacional] (1940), Eucken distingue entre “ordem econômica” (*Wirtschaftsordnung*) e “ordem da economia” (*Ordnung der Wirtschaft*): o primeiro conceito se insere numa tipologia das “formas de organização”; o segundo tem um alcance normativo na medida em que remete à realização e à defesa de uma ordem econômica capaz de superar os múltiplos aspectos da crise da vida moderna, a saber, a ordem da concorrência (*Wettbewerbsordnung*). Dessa última perspectiva, se revela que a ordem da concorrência, longe de ser uma ordem natural, deve ser constituída e regulada por uma política “ordenadora” ou “de ordenação” (*Ordnungspolitik*). (DARDOT; LAVAL; 2016, p. 101/102)

Aos ordoliberais também é atribuída uma ênfase na expertise técnica para o direcionamento da ação estatal, que deve ser continuamente orientada em favor dos interesses do mercado. A complexidade que o capitalismo envolve, segundo alguns teóricos dessa corrente, requer uma atuação especializada, imbuída de técnica e perícia econômica (BROWN, 2019, p. 97). Em virtude disso, os Estados ordoliberais não se adequam a uma realidade de participação democrática ampla e assertiva, de cidadania ativa e potencializada em efetiva ingerência política.

O que deve estar claro neste ponto é que, em contraste com Hayek e Friedman, para os ordos, o liberalismo autoritário-tecnocrático não é uma fase de transição, mas sim a forma governamental apropriada ao capitalismo moderno. (...) Dirigir o capitalismo requer uma administração não política e não democrática por autoridades habilmente informadas e que intervêm “não no mercado, mas para o mercado [...] nas condições do mercado”. (BROWN, 2019, p. 98/99)

Para essa corrente neoliberal, a ordem de mercado não resulta de uma ordem natural das coisas, mas advém de um esforço consciente e direcionado para estruturar e fortalecer um conjunto de instituições coerentes com a moral. Os ordoliberais se destacam por terem sistematizado teoricamente essa ruptura com uma perspectiva naturalista da economia, propondo uma constituição econômica, a qual deveria abarcar toda atividade de produção e troca, bem como uma estrutura social construída. Há uma aproximação entre economia de mercado e democracia política, de modo que ambas não são naturais, mas resultam do domínio do artifício, isto é, são instituídas, produzidas, moldadas por interesses específicos e bem definidos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 104/105).

Há aqui, a um só tempo, um âmbito de convergência e de divergência do ordoliberalismo. Os ordoliberais confluem quanto a crítica às posições naturalistas da economia política clássica, mas são dissonantes entre si quanto à solução a ser dada diante dos problemas que assolam as sociedades modernas. É possível reconhecer a existência de dois principais grupos: o dos economistas e juristas vinculados à Escola de Freiburg (como Walter Eucken e Franz Böhm), que tende a enunciar os princípios de uma “política econômica”; e o dos teóricos de inspiração sociológica (como Alfred Müller-Armack, Wilhelm Röpke e Alexander von Rüstow), que se propõe a construir uma “política de sociedade”. Assim,

Os fundadores da Escola de Freiburg transformam o *quadro jurídico-político* em principal fundamento da economia de mercado e objeto da constituição econômica. As “regras do jogo” institucionais parecem monopolizar sua atenção. Os autores do segundo grupo, que não tinham menos influência do que os primeiros sobre as autoridades políticas, darão muito mais ênfase ao *quadro social* em que a atividade econômica deve desenvolver-se. É o caso dos economistas com preocupações sociológicas mais pronunciadas, assim como religiosas e morais, como Röpke e Von Rüstow. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 105/106)

Nesse ponto, Michel Senellart (2003) sinaliza uma limitação da abordagem foucaultiana acerca do ordoliberalismo. Michel Foucault, em *Nascimento da biopolítica* (1979), se propõe a estudar o liberalismo enquanto quadro geral da biopolítica. Em investigação do liberalismo e das suas crises de governamentalidade, a partir da quarta aula do referido curso (31 de janeiro), realiza uma incursão no campo da história contemporânea, tendo como objeto duas grandes escolas neoliberais, o ordoliberalismo alemão e o anarcoliberalismo estadunidense. A cada uma atribui formas distintas de “crítica da irracionalidade própria do excesso de governo” (FOUCAULT, 2008).

Editor do referido curso, assim como do que lhe precedeu - *Segurança, território, população* (1978) - Senellart (2003), ao tematizar a crítica foucaultiana acerca da “política de sociedade” ordoliberal, sugere que Foucault desenvolveu a sua análise a partir de uma homogeneidade exacerbada do espectro ordoliberal:

É possível, por outro lado, discutir o modo como M. Foucault reconstrói o discurso ordoliberal. Tudo acontece como se esse discurso, na apresentação que ele oferece, constituísse um todo homogêneo, rigorosamente articulado. Ora, o *Gesellschaftspolitik*³² representa, sem dúvida, um dos pontos de tensão, senão de oposição, entre os membros da Escola. Como escreve F. Bilger, “a política sociológica [...] é quase a antinomia perfeita da política de dados” defendida por W. Eucken. Enquanto este último, de fato, pensava que o crescimento econômico carregava dentro de si o progresso social e que era, portanto, necessário dar prioridade à economia, W. Röpke, A. Rüstow, A. Müller-Armack, atentos aos efeitos negativos da dinâmica de mercado, insistiram na necessidade do

³² Política de sociedade ordoliberal, isto é, a sociedade enquanto alvo, objeto da ação governamental para a salvaguarda dos interesses do mercado, mediante o princípio regulador da concorrência perfeita (SENELART in COMMUN, 2003, p. 37). Sobre o tema, em Dardot e Laval (2016, p. 123) encontramos: “O ordoliberalismo concebe a sociedade a partir de certa ideia do vínculo entre os indivíduos. Em matéria de relação social, a concorrência é *norma*. Ela caminha de mãos dadas com a liberdade. Não há liberdade sem concorrência, não há concorrência sem liberdade. A concorrência é o modo de relação interindividual mais conforme com a eficácia econômica e, ao mesmo tempo, mais conforme com as exigências morais que se podem esperar do homem, na medida em que ela permite que ele se afirme como ser autônomo, livre e responsável por seus atos. Essa concorrência é leal quando envolve indivíduos capazes de exercer sua capacidade de julgamento e escolha. Essa capacidade depende de estruturas jurídicas, mas também de estruturas sociais. Surge daí a ideia de uma política de sociedade, que logicamente completa os considerandos constitucionais da doutrina.”

Estado criar o ambiente social que permitisse aos indivíduos viver em harmonia com as leis do mercado. É necessário, portanto, mostrar quais escolhas éticas e culturais se misturam, entre os partidários da “política da sociedade”, com o raciocínio econômico. Sem dúvida, M. Foucault caminha nessa direção, quando enfatiza o “equivoco econômico-ético” desse programa, mas transforma uma tensão interna do discurso ordoliberal em uma ambivalência inscrita na doutrina. (SENELLART *in* COMMUN, 2003, p. 48)³³

Em que pese a coerência interna problemática, é possível identificar significativos legados políticos da doutrina ordoliberal no neoliberalismo contemporâneo: a definição da concorrência enquanto norma orientadora de uma “política de ordenação”; bem como o reconhecimento da sociedade enquanto objeto da ação política, tendo em vista a expansão da lógica da empresa a diferentes domínios da vida, “e, portanto, o indivíduo como foco do governo de si mesmo e ponto de apoio do governo da conduta.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.132)

Os ordoliberais se opõem a esforços de economicização do tecido social e político que não guardem um caráter científico ou que não se adequem a perícia e a mecanismos técnicos. Hayek e Friedman, porém, rejeitam todos os conceitos de conhecimento e razão que comprometam a ordem espontânea. Também teóricos neoliberais fundadores, ambos convergem na proeminência que dão às liberdades individuais, em crítica disfarçada à democracia e ao político. “Todos eles se contentam com o voto e as liberdades pessoais como partes que constituem a extensão da democracia e, seja como violação ou norma, todos endossam o liberalismo autoritário - o poder político não democrático que subjaz às liberdades privadas.” (BROWN, 2019, p. 75, 79)

Milton Friedman afirma uma codependência entre liberdade econômica e liberdade política. Uma conduz à outra, segundo defende. Teórico neoliberal

³³ Il est permis, en revanche, de discuter la façon dont M. Foucault reconstruit le discours ordolibéral. Tout se passe comme si ce discours, dans la présentation qu'il en donne, constituait un ensemble homogène, rigoureusement articulé. Or la *Gesellschaftspolitik* représente sans doute l'un des points de tension, sinon d'opposition, entre les membres de l'Ecole. Comme l'écrit F. Bilger, «la politique sociologique [...] est presque l'antinomie parfaite de la politique des données» défendue par W. Eucken. Alors que ce dernier, en effet, pensait que la croissance économique portait en elle le progrès social et qu'il fallait, par conséquent, donner la priorité à l'économie, W. Röpke, A. Rüstow, A. Müller-Armack, attentifs aux effets négatifs de la dynamique du marché, insistaient sur la nécessité pour l'Etat de créer l'environnement social permettant aux individus de vivre en harmonie avec les lois du marché. Il est donc nécessaire de montrer quels choix éthiques et culturels se mêlent, chez les partisans de la « politique de société », au raisonnement économique. Sans doute M. Foucault s'oriente-t-il dans ce sens, lorsqu'il souligne l'« équivoque économique-éthique » de ce programme, mais il fait alors d'une tension interne au discours ordolibéral une ambivalence inscrite dans la doctrine. (SENELLART *in* COMMUN, 2003, p. 48)

vinculado à Sociedade Mont Pelerin, liderança intelectual do que ficou conhecido como Escola de Chicago, em *Capitalismo e Liberdade* (2014, p.13), uma de suas principais obras, publicada originalmente em 1962, tematiza o capitalismo competitivo - a organização majoritária da atividade econômica por meio da empresa privada atuante em um mercado livre - enquanto um sistema de liberdade econômica e condição necessária para a liberdade política.

Friedman identifica a vida política com coerção, a legislação democrática com imposição da vontade da maioria. Afirma a liberdade enquanto ausência de coerção, os mercados enquanto domínio pelo qual as liberdades individuais sempre prevalecem. Segundo defende, o capitalismo competitivo - constituído numa dinâmica de mercados livres - requer um governo limitado e uma pronunciada separação entre poder econômico e poder político. Nessa perspectiva, o capitalismo promove a liberdade, uma vez que tende a coibir o alcance do governo³⁴. Em *Capitalismo e Liberdade* (2014), encontramos uma analogia emblemática proposta pelo autor:

O aspecto característico da ação política é o de exigir ou reforçar uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, de outro lado, é a de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. Cada homem pode votar pela cor da gravata que deseja e a obtém; ele não precisa ver que cor a maioria deseja e, então, se fizer parte da minoria, submeter-se. (FRIEDMAN, 2014, p. 23)

Desse modo, Friedman propõe a substituição da vida política pelo mercado, já que, segundo acredita, o capitalismo competitivo permite unanimidade sem conformidade, constituindo-se em um sistema de efetiva representação proporcional. Os mecanismos de participação política, pelo contrário, por ensejarem a coerção da maioria, conduzem à ineficiência e à fragmentação:

O uso amplo do mercado reduz a tensão aplicada sobre a intrincada rede social por tornar desnecessária a conformidade, com respeito a qualquer atividade que patrocinar. Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário

³⁴ Ao tematizar a relação entre liberdade econômica e liberdade política, Friedman (2014, p.17) defende: “Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido ao seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro.”

chegar a uma concordância. Como contrapartida, quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior probabilidade de obter concordâncias e manter uma sociedade livre. (FRIEDMAN, 2014, p. 30)

Friedman, embora defenda que o governo deve ser minimizado, ainda o admite para a manutenção das “regras do jogo”³⁵, de modo que uma economia deve ser administrada com vistas a possibilitar crescimento econômico sem inflação. O instrumento para tanto, uma política monetária, requer um Banco Central administrado pelo Estado. Hayek é mais radical na sua crítica ao intervencionismo estatal. Ambiciona que a intervenção do governo seja reduzida a uma condição de Estado mínimo, de tal modo que até mesmo a emissão de moeda fique a cargo do âmbito privado, desafiando a soberania estatal no que concerne ao monopólio no poder de emissão da sua própria moeda nacional. (COSTA, 2022)

Apesar de convergirem na defesa dos preços enquanto elemento-chave para a compreensão da economia, bem como na afirmação do livre mercado em preferência ao intervencionismo, as correntes neoliberais advindas da Escola austríaca e da Escola de Chicago apresentam distinções significativas. (COSTA, 2022)

O pensamento econômico de Friedman não se origina na teoria do capital da Escola Austríaca que Hayek sustentava; na realidade, Friedman era um crítico de grande parte do trabalho de Hayek em economia. Em contrapartida, sempre foi espontâneo em seu elogio a Keynes, por sua originalidade de pensamento e invenção da macroeconomia. Mas, fosse qual fosse seu pensamento sobre Hayek como economista, ele aceitou avidamente o desafio que Hayek lançou para trabalhar com o intuito de reduzir o tamanho do governo. Mas a tendência libertária de Friedman, que respeitava as virtudes do individualismo e desconfiava dos poderes do Estado, concordava perfeitamente com a desconfiança inata de Hayek do governo. Ambos os homens acreditavam que a inflação era uma calamidade mais odiosa do que o desemprego. (WAPSHOTT, 2016, p. 299)

Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek - principais expoentes da Escola austríaca de pensamento econômico neoliberal - se opõem fortemente às proposições de intervenção governamental. Von Mises rejeita conferir às instituições um papel de

³⁵ “A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das ‘regras do jogo’ e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos - e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo.” (FRIEDMAN, 2014, p. 22/23)

caráter intervencionista. Em *Ação humana: um tratado de economia*, obra originariamente publicada em 1949, defende abertamente o *laissez-faire*:

A ideologia do *laissez-faire* e sua consequência, a “Revolução Industrial”, destruíram as barreiras ideológicas e institucionais que impediam o progresso e o bem-estar. Demoliram a ordem social na qual um número cada vez maior de pessoas estava condenado a uma pobreza e a uma penúria humilhantes. (VON MISES, 2010, p. 707)

Laissez-faire não significa: deixem funcionar as forças mecânicas e desalmadas. Significa: deixem os indivíduos escolherem de que maneira desejam cooperar na divisão social do trabalho; deixem que os consumidores determinem o que os empresários devem produzir. Planejamento significa: deixem ao governo a tarefa de escolher e a capacidade de impor suas decisões por meio do aparato de coerção e compulsão. (VON MISES, 2010, p. 830/831)

Para Von Mises, a intervenção é, necessariamente, um impeditivo à economia de mercado. O controle é indivisível. Ou é todo privado ou é todo estatal. Ou ditadura do Estado ou soberania do consumidor. Não há meio-termo entre o totalitarismo de Estado e o mercado definido enquanto uma “democracia de consumidores”. Isto pode explicar o fato de alguns de seus discípulos (tal como Murray Rothbard) terem se vinculado ao “anarcocapitalismo”, em rejeição radical a qualquer legitimidade do Estado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 134/137).

Todos esses defensores do intervencionismo não chegam a perceber que a implementação de seus programas implica no total domínio do governo sobre todos os assuntos econômicos, o que, forçosamente, haverá de conduzir à implantação de um regime socialista que não é diferente daquele denominado de modelo alemão ou de Hindenburgo. Se compete ao próprio governo decidir se determinada situação econômica justifica ou não a intervenção do estado, já não há mais atividade econômica regulada pelo mercado. Já não são os consumidores que, em última análise, determinam o que deve ser produzido, em que quantidade, de que qualidade, por quem, quando e como – cabe ao governo decidir estas questões. Seus representantes intervirão sempre que o resultado do funcionamento do mercado for diferente do que eles mesmos consideram como “socialmente” desejável. Ou seja, o mercado é livre na medida em que fizer precisamente o que o governo deseja. É “livre” para fazer o que as autoridades consideram “certo”, mas não para fazer o que consideram “errado”; a decisão quanto ao que é certo e o que é errado cabe exclusivamente ao governo. Dessa maneira, a doutrina e a prática do intervencionismo vão gradativamente abandonando o que originalmente as distinguia do socialismo puro e simples, para terminar adotando um regime totalitário de planejamento central. (VON MISES, 2010, p. 823)

As teorias neoliberais austro-estadunidenses se destacam por um subjetivismo mais ou menos pronunciado, isto é, pelo que tematizam em torno do sujeito. A

dimensão antropológica do homem-empresa, diferentemente da proposição ordoliberal, é a principal contribuição dessa corrente. “Os caminhos estratégicos promovidos pelo neoliberalismo - criação de situações de mercado e produção do sujeito empresarial - devem-se muito mais a ela do que à economia neoclássica.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 134/135)

Essa corrente de pensamento também se distingue pela proeminência que dá à concorrência e à empresa na constituição de uma forma geral de sociedade. Apesar das convergências com o liberalismo clássico, quanto à concepção de concorrência, há uma mudança significativa: a doutrina austríaca tende a privilegiar uma dimensão agonística. Tal concorrencialismo neoliberal se perfaz pelo fomento da competição e da rivalidade entre os indivíduos empreendedores de si, que devem se dispor a aproveitar, em processo permanente, as contínuas oportunidades de lucro. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 133-136)

A partir da luta dos agentes é que se poderá descrever não a formação de um equilíbrio definido por condições formais, mas a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial que se encontra em graus diferentes em cada um de nós e cujo único freio é o Estado, quando este trava ou suprime a livre competição. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 135/136)

O mercado é, então, compreendido como um processo subjetivo. A governamentalidade neoliberal se dá, sobretudo, pelo processo de formação do sujeito. O papel do mercado, nesse sentido, é fundamental. O mercado é um processo de autoeducação e autodisciplina do sujeito econômico. É mediante o mercado que o indivíduo aprende a se conduzir. Nessa perspectiva, o mercado é, portanto, “um processo de aprendizagem contínua e de adaptação permanente”, é “um processo de formação de si”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 139-142, 144-147)

Ao contrário dos ordoliberais alemães, que deixam a cargo do quadro da sociedade o cuidado de limitar as ações humanas, os austro-americanos seguem o caminho do “subjetivismo”, isto é, do autogoverno do sujeito. O homem sabe se conduzir não por “natureza”, mas graças ao mercado, que constitui um processo de formação. Posto cada vez mais frequentemente em situação de mercado, o indivíduo pode aprender a conduzir-se racionalmente. Esboça-se assim, dessa vez de maneira indireta, o tipo de ação ligado à governamentalidade neoliberal: a criação de situações de mercado que permitem esse aprendizado constante e progressivo. Essa ciência da escolha em situação de concorrência é, na realidade, a teoria do modo como o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo no mercado. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 140/141)

Ademais, cumpre destacar que tal empreendedorismo defende uma dimensão empresarial constitutiva do humano, “qualquer um é um empresário potencial, já que o papel puramente empresarial não pressupõe nenhuma grande fortuna inicial sob a forma de cabedais valiosos” (KIRZNER, 2012, p. 25). Tal realidade conduz a um estado de vigilância constante em busca de oportunidades de lucro, que acaba por repercutir sensivelmente na relação do sujeito consigo mesmo e com os outros. Todas as relações humanas são afetadas e o indivíduo sobrecarrega a si próprio com o peso da responsabilidade por seu sucesso ou fracasso empresarial, o que significa, nessa perspectiva, uma vitória ou derrota existencial.

Em primeiro lugar, evidentemente, os tomadores de decisões, os participantes do mercado, passam a ser vistos, não simplesmente como maximizadores e economizadores robbinsianos mecânicos, mas como seres humanos engajados em ação humana misesiana, isto é, dando mostras do que chamei de elemento empresarial na tomada individual de decisões. ‘Todo participante de qualquer economia viva e real é sempre um empresário’³⁶. A análise dos processos de mercado é capaz de explorar o insight de que os participantes não reagem simplesmente a determinados dados do mercado mas, ao contrário, demonstram um estado de alerta empresarial para possíveis mudanças nesses dados — um estado de alerta que pode ser utilizado para explicar como tais mudanças podem ocorrer de modo geral. (KIRZNER, 2012, p. 44)

Em *Nascimento da biopolítica* (1979), Foucault se propõe a analisar o liberalismo em sua formulação original e no que ele identifica enquanto suas versões contemporâneas, mais especificamente alemã e estadunidense, para então alcançar o problema da política da vida. Interessante que o autor situa como objetivo do curso “mostrar em que o liberalismo é condição de inteligibilidade da biopolítica”³⁷. Em boa fluidez teórica, no decorrer das aulas, Foucault se permite desviar da programação inicial, e a análise das condições de formação da biopolítica é substituída pela análise da governamentalidade liberal.

Ao investigar o neoliberalismo estadunidense, Foucault desenvolve a noção de capital humano. Este parece ser, de fato, um elemento teórico importante na caracterização dessa corrente neoliberal, e Foucault investiga as suas origens. Ele nos propõe, dentre outros fatores, que o liberalismo nos Estados Unidos, no contexto da sua formação (século XVIII), não se formou a título de princípio moderador em relação a uma razão de Estado preexistente, mas a partir de

³⁶ Referência à análise desenvolvida por Von Mises, em *Ação Humana*.

³⁷ Manuscrito da primeira aula do curso, em 10 de janeiro de 1979.

reivindicações de tipo liberal, essencialmente econômicas, que constituíram o ponto de partida histórico da formação da independência dos Estados Unidos. O liberalismo foi convocado a título de princípio fundador e legitimador do Estado. “Não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador do Estado”. (FOUCAULT, 2008, p. 300)

Desenvolvendo suas análises, Foucault conclui que o liberalismo, nos Estados Unidos, não é tão somente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental, mas “é toda uma maneira de ser e de pensar” (FOUCAULT, 2008, p. 301). A partir da compreensão do neoliberalismo estadunidense enquanto modo de pensamento, estilo de análise, grade de decifração histórica e sociológica, o estudo de certos aspectos desta concepção neoliberal enseja a identificação de dois processos: a incursão da análise econômica em um domínio até então inexplorado - mediante uma análise qualitativa do trabalho³⁸ -, e a extensão da análise econômica a domínios considerados até então não-econômicos.

Há uma mudança epistemológica das análises econômicas. Da análise dos processos econômicos passa-se à análise da racionalidade interna dos comportamentos humanos. O trabalho é estudado enquanto conduta econômica. O trabalhador, não mais enquanto um objeto de uma oferta e de uma procura na forma de força de trabalho, mas como um sujeito econômico ativo. (FOUCAULT, 2008, p. 308)

Por tal caminho, retorna-se ao *homo oeconomicus*. Não mais o da concepção clássica, o sujeito da troca, mas o empresário de si mesmo. “Um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda”. (FOUCAULT, 2008, p. 311)

Propomos esse tópico com vistas a reunir elementos importantes acerca do teor e do alcance da teoria neoliberal. Seleccionamos as correntes, os teóricos e as proposições doutrinárias que nos pareceram mais essenciais, mas estamos longe de

³⁸ “A economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos.” (FOUCAULT, 2008, p. 307)

pretender, através de algumas linhas e poucas páginas, abarcar toda a dimensão teórica produzida pelas vertentes neoliberais fundadoras. Ordoliberais, austríacos, franceses, estadunidenses produziram vastamente, guardando, entre si, convergências e divergências de inúmeros teores.

Nesse percurso de análise das proposições neoliberais, uma nos causou maior impacto. E talvez nela encontremos um dos pontos mais sensíveis e de sustentação do neoliberalismo. A teoria neoliberal nos sugere um movimento epistemológico na relação que desenvolvemos conosco. O neoliberalismo propõe que o mercado seja o nosso processo formador, e que, a partir dele, pautemos a relação do si para si mesma(o), a compreensão das situações que nos acontecem (enquanto oportunidades de lucro), modificando, então, o conhecimento que desenvolvemos de nós e da realidade que nos cerca.³⁹

Por essa repercussão de ordem subjetiva, o indivíduo é aprisionado no seu desejo⁴⁰, a ponto de tornar-se um sujeito oblato⁴¹, ao legitimar o sacrifício de si em prol de um ideal de prosperidade econômica. A isto conduz a experiência neoliberal. É o que passaremos a tratar.

³⁹ A respeito da relação do si para consigo, em sentido absolutamente diverso, e como medida de alívio do contexto neoliberal no qual estamos imersas(os), sugerimos a leitura de *Doar a si próprio*, crônica publicada por Clarice Lispector no Jornal do Brasil em 15 de agosto de 1970. Disponível em: <<http://rapaduracult.blogspot.com/2017/04/doar-si-proprio.html>> Acesso em 21 de agosto de 2022.

⁴⁰ “(...) Em primeiro lugar, é um indivíduo aprisionado no seu desejo. A sua felicidade depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente a sua vida íntima e de oferecê-la num mercado como um produto de troca. Sujeito neuroeconômico absorvido pela dupla inquietação exclusiva da sua animalidade (a reprodução biológica da sua vida) e da sua coisificação (usufruir dos bens deste mundo), este *homem-coisa*, *homem-máquina*, *homem-código* e *homem-fluxo*, procura antes de mais regular a sua conduta em função de normas de mercado, sem hesitar em se auto-instrumentalizar e instrumentalizar outros para otimizar a sua quota-parte de felicidade.” (MBEMBE, 2014, p. 15)

⁴¹ Políticas de austeridade são mais frequentemente apresentadas em termos de sacrifício compartilhado do que de dor compartilhada (no segundo caso se estaria ainda invocando o sujeito de interesses no lugar do *homo oeconomicus* integrado à empresa na forma de capital humano), ou mesmo em termos de vencedores e perdedores (o que, mais uma vez, remeteria a sujeitos da luta de classes ou de interesse). Também devemos notar que o oblato, que se sacrifica ou que é sacrificado, retém a fisionomia humana. Ou seja, um oblato é um sujeito, sujeito este que se esvazia de si por um propósito mais elevado; é preciso que haja um sujeito para escolher ou performar esse esvaziamento.” (BROWN, 2018, p. 45/46)

funcionamento necessário da economia (SAFATLE, 2020). O engenho não pode parar. A economia não pode parar. Séculos de necropolítica são resultantes do uso contínuo dessa lógica.

Há um culto à violência, espécie de neofascismo diluído em discursos e práticas sociais maniqueístas, racistas, machistas, homofóbicas, essencialmente opressoras, em resistência colonialista a um avançar emancipatório em direitos humanos contra-hegemônicos.

Há uma conjuntura sócio-política de discursos e práticas autoritárias, de desumanização de políticas públicas, de ataques às instituições democráticas. Lógica violenta e repressora, que se afirma em proposições de recrudescimento penal, de relativização de métodos de tortura, de criminalização de movimentos sociais, em afrontosa pauperização dos valores e das garantias em direitos humanos. São práticas e políticas de morte, seja esta física, social ou existencial.

A observância desse cenário revela a existência de alguns possíveis campos de batalha do neofascismo periférico brasileiro, tendo em vista certos alvos preferidos, que têm por característica comum colocar em circulação enunciações que não podem ser contempladas sem que a estrutura neoliberal desabe (CENTELHA, 2019).

A juventude é alvo privilegiado do neofascismo nacional, seja em discursos que defendem a redução da maioria penal – fundamentados na representação da(o) jovem “marginal”, impiedosa(o) e sanguinária(o) -, seja em ideologias que sustentam uma juventude infantilizada - desprovida de interesses intelectuais, cativa e facilmente manipulável.⁴⁵

A juventude está em disputa, seja em projeto de lei que propõe a autorização policial para matar em legítima defesa intuitiva⁴⁶, seja em propostas de desmonte da educação pública, fundamentadas na compreensão da universidade como local de “balbúrdia” e no objetivo manifesto de promover a formação de “uma garotada que

⁴⁵ O projeto de lei do Senado n. 193/2016 (“Programa Escola sem Partido”), de autoria de Magno Malta, evidencia claramente esse discurso.

⁴⁶ Referência à proposta inicial do conjunto de medidas conhecido como “Pacote Anticrime”, de autoria do ex-Ministro da Justiça Sérgio Moro, segundo a qual as hipóteses de legítima defesa deveriam ser ampliadas para abarcar os casos em que o agente policial ou de segurança pública estivesse em conflito armado ou em risco iminente de conflito, atribuindo-lhe o direito de prevenir intuitivamente uma agressão.

comece a não se interessar por política”⁴⁷, em anti-intelectualismo como política. A juventude é território perigoso para o autoritarismo.

A natureza também é alvo de combate. Não por acaso o governo Bolsonaro foi desastroso para o meio ambiente no Brasil. Tragédias que dizimaram a vida de pessoas e animais, em comprometimento violento de biomas e ecossistemas; ataques a organizações não governamentais e a personalidades estrangeiras; desmonte de instituições responsáveis pela preservação ambiental; enfraquecimento de fontes de financiamento para iniciativas de proteção à floresta; são algumas das situações constitutivas desse desastre.⁴⁸

Diante do acirramento do ataque à natureza, há exaustão emocional e física. Toda a coletividade sofre, é afetada, já que as repercussões se desdobram em uma teia de comprometimentos à vida em suas mais diferentes manifestações. O adoecimento e a exploração de grupos que se encontram à margem das prioridades estabelecidas pela extrema direita neoliberal são consequentes, tóxicos do neofascismo que marca a realidade contemporânea brasileira.

Há uma incompatibilidade cada vez mais evidente entre o capitalismo e a vida. O desejo de dominação predatória da natureza pelo fascismo neoliberal revela a sua incapacidade de relacionar-se com tudo o que não se deixa possuir, que apresenta um traço de liberdade radical na produção por fora de suas próprias normas, prometendo à vida social possibilidades outras (CENTELHA, 2019).

Manifestações de violência aberta e disseminada, a afetar toda a sociedade em discurso e prática que resultam numa desordem com fantasia de ordem, a partir da vampirização da revolta em anarquia bruta para a configuração de uma comunidade nacional que é o avesso do comum, figura alargada de uma propriedade, em expressão básica do medo como afeto político central (SAFATLE, 2018).

Uma solidariedade profunda é incompatível com a lógica fascista, portanto. Alternativas ao neofascismo passam, desse modo, pelo fortalecimento do sentido de comunidade, em um sentimento de coletividade genérica pelo qual cada indivíduo se reconheça em um sistema de mútua dependência e apoio. Trata-se, então, de outro

⁴⁷Notícia disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,211a9fa2b6c6bb6c9b397689158ea9b65w335k5h.html>>. Acesso em 2 de setembro de 2020.

⁴⁸Notícia disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/12/25/interna_politica,816414/tragedias-e-desgaste-na-area-ambiental-marcam-primeiro-ano-de-bolsonar.shtml>. Acesso em 3 de setembro de 2020.

corpo social e político, pelo qual os sujeitos reconhecem que participam de um destino comum e devem se sustentar coletivamente (SAFATLE, 2020).

A solidariedade como afeto central se opõe ao neoliberalismo. A afirmativa de Margaret Thatcher é emblemática quanto a isso: “Não existe tal coisa como a sociedade”, mas “há apenas indivíduos e suas famílias”.⁴⁹

Ao avançar sobre indivíduos e instituições, a racionalidade neoliberal sobrepõe princípios empreendedoristas a princípios democráticos, tanto na vida pública quanto na social, de tal modo a subverter profundamente a democracia. Em caminhos neoliberais, democracias representativas se fragilizam pela primazia ao mercado dos valores econômicos. Vive-se a ilusão da democracia diante de um sentimento comunitário fragilizado pelo individualismo neoliberal, que incentiva a competitividade através do indivíduo empreendedor de si mesmo, o qual deve se isolar dos demais para alcançar a prosperidade.

O neoliberalismo promoveu condições extraordinariamente benéficas em prol da acumulação de capital e da concentração de poder, renda e riqueza em nível mundial. No contexto brasileiro, assim como em outros países, tal acumulação se deu junto a taxas decrescentes de investimento, redução progressiva do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deterioração dos padrões de emprego, tendência à concentração de renda e de riqueza, além de frequentes crises financeiras. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018)

As democracias neoliberais são essencialmente contraditórias. Acabam por fomentar o autoritarismo, que emerge mediante ardis apoiados por publicidade cara, tecnologias modernas, agitação planejada e força bruta, com vistas a impor um programa radicalmente neoliberal legitimado por um discurso conservador. “O neoliberalismo autoritário é intrinsecamente *instável* e gera as condições para o avanço de formas contemporâneas de fascismo.”⁵⁰ (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 263)

⁴⁹ Referência encontrada tanto em Wendy Brown (2019), quanto em Vladimir Safatle (2020).

⁵⁰ “O paradoxo do neoliberalismo autoritário é que ele promove a personalização da política por meio de líderes ‘espetaculares’ (e, com frequência, fugazes), operando à revelia de instituições intermediárias (partidos, sindicatos, movimentos sociais e, em última instância, a lei), e que estão fortemente comprometidos tanto com esse sistema de acumulação quanto com a expansão de seu poder pessoal. Curiosamente, esses líderes promovem programas econômicos que atingem de modo direto sua própria base política, alimentando formas radicalizadas de globalização e financeirização que entregam ainda mais poder à elite neoliberal. A sociedade é dividida ainda mais profundamente, os salários caem, a estrutura tributária torna-se mais regressiva, as proteções sociais são corroídas, as economias se tornam mais desequilibradas e a pobreza tende a crescer. A frustração de massa se intensifica, alimentando um descontentamento desfocado.” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018)

A ascensão do autoritarismo em forças antidemocráticas parece guardar estreita relação, portanto, com a cultura política e a produção subjetiva neoliberais. A ascensão da política antidemocrática foi promovida através de ataques à sociedade – compreendida como algo experimentado e zelado de forma comum – e à legitimidade e à prática da vida política democrática (BROWN, 2019).

Ante o exposto, neste capítulo nos propomos a analisar o neoliberalismo enquanto uma experiência social e política que repercute sensivelmente na dinâmica democrática. Para tanto, iniciamos desenvolvendo considerações em torno das abordagens sobre a experiência neoliberal de maior interesse a esse trabalho, em virtude do objeto que enfatizam.⁵¹

Após, nos dedicamos ao estudo das vinculações entre neoliberalismo e autoritarismo (ascensão de políticas antidemocráticas), mediante dois processos específicos: repúdio ao político; e práticas de governança associadas a políticas de austeridade. Nesse momento, nos propomos a desenvolver nossa análise através de dois recortes. Com relação à antipolítica neoliberal, partimos do referencial teórico oferecido por Chantal Mouffe em *Sobre o político* (2015). Quanto às práticas de governança e políticas de austeridade, nos utilizamos sobretudo das construções teóricas desenvolvidas por Wendy Brown em *Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade* (2018).

Em alguma medida, trata-se de um *mise en abyme*⁵², pelo qual nos propomos a inserir uma narrativa dentro de outra. Nos colocamos diante do espelho, em

⁵¹ Escolhemos tratar das abordagens desenvolvidas por autoras(es) neomarxistas, Foucault, Wendy Brown e Verónica Gago. No tópico específico, consideramos mais detalhadamente as motivações para tal seleção. Desde já, adiantamos que as(os) neomarxistas tendem a considerar o neoliberalismo enquanto fase atual do capitalismo; Foucault o tematiza como uma racionalidade política, governamental; Wendy Brown enfatiza as suas conexões com a moralidade tradicional; e Verónica Gago propõe a análise da experiência neoliberal “desde baixo”, isto é, a partir de economias populares próprias do contexto latino-americano.

⁵² “A *mise en abyme* consiste num processo de reflexividade literária, de duplicação especular. Tal auto-representação pode ser total ou parcial, mas também pode ser clara ou simbólica, indirecta. Na sua modalidade mais simples, mantém-se a nível do enunciado: uma narrativa vê-se sinteticamente representada num determinado ponto do seu curso. Numa modalidade mais complexa, o nível de enunciação seria projectado no interior dessa representação: a instância enunciativa configura-se, então, no texto em pleno acto enunciatório. Mais complexa ainda é a modalidade que abrange ambos os níveis, o do enunciado e o da enunciação, fenómeno que evoca no texto, quer as suas estruturas, quer a instância narrativa em processo. A *mise en abyme* favorece, assim, um fenómeno de encaixe na sintaxe narrativa, ou seja, de inscrição de uma micro-narrativa noutra englobante, a qual, normalmente, arrasta consigo o confronto entre níveis narrativos.” Verbete por Annabela Rita in E-Dicionário de Termos Literários (EDTL). Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em 27 de agosto de 2022.

exercício reflexivo para “pensar o que estamos fazendo”, e então nos deparamos com um abismo de conjunturas menores, uma contida na outra.

Assim nos sugere a imagem abaixo. Ao nos colocarmos em disposição reflexiva, verificamos uma superestrutura na qual se inserem conjunturas menores, interrelacionadas. Destas, algumas podem ser dispostas como que inseridas dentro de outras. Assim a antipolítica neoliberal, circunstância na qual se inserem, sucessivamente, práticas de governança e políticas de austeridade. Vamos aos textos.

Récursion



Fonte: Mola Kucher (1950).⁵³

⁵³ KUCHER, Mola. *Récursion* (1950). Disponível em: <<https://pin.it/6lOLmw6>>. Acesso em 27 de agosto de 2022.

3.1 Neomarxistas, Foucault, Wendy Brown, Verónica Gago

“Essa é a ‘lei’ da modernização capitalista: desenvolvimento desigual, desorganização organizada⁵⁴.”⁵⁵

(Stuart Hall, *Gramsci e nós*)⁵⁶

O neoliberalismo realmente existente é objeto de distintas e múltiplas análises, que tendem a enfatizar aspectos específicos da experiência neoliberal. Há uma ampla literatura, dos mais diversos domínios de análise acerca do tema, da qual selecionamos quatro abordagens, que nos pareceram de especial interesse para o presente estudo.

Pela abordagem neomarxista, enfatizamos o neoliberalismo enquanto uma mutação do capitalismo, sua versão financeirizada. Com Foucault, a partir das análises desenvolvidas no curso *Nascimento da biopolítica* (1979), propomos o neoliberalismo como uma racionalidade política, reprogramação da governamentalidade liberal. Através de Wendy Brown, em *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* (2019), expandimos as análises anteriormente mencionadas para abarcar as vinculações do neoliberalismo com a moralidade tradicional, um aspecto negligenciado por ambas. Por fim, mediante a abordagem de Verónica Gago, em *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* (2018), examinamos o “neoliberalismo desde baixo”, isto é, a partir de economias populares, análise que acaba por evidenciar uma importante “astúcia” da experiência neoliberal - a sua capacidade de

⁵⁴ A referência a uma “desorganização organizada”, nos remete à música e ao álbum “Da Lama ao Caos” (1994), de Chico Science & Nação Zumbi. Interessante notar que o álbum, de algum modo, também retrata o contexto de emergência e de forte implementação das políticas neoliberais aqui no Brasil. Logo de entrada, na primeira faixa do álbum, Chico Science canta: “o homem coletivo sente a necessidade de lutar.”

⁵⁵ “(...) Quando a esquerda fala de crise, tudo o que vemos é o capitalismo em desintegração, e nós em marcha triunfante para tomar o poder. Não entendemos que a disrupção do funcionamento normal da velha ordem econômica, social, cultural oferece uma oportunidade para reorganizar de modos novos, de reestruturar e reformatar, de modernizar e seguir adiante. Se necessário, é claro, ao custo de deixar para trás um vasto número de pessoas – no nordeste e noroeste do país, no País de Gales e na Escócia, nas comunidades de mineiros e nas áreas industriais devastadas, nas cidades do interior – jogados à lata de lixo da história. Essa é a ‘lei’ da modernização capitalista: desenvolvimento desigual, desorganização organizada.”

⁵⁶ Texto originalmente publicado em *Marxism Today* (1987), revista teórica do partido comunista da Grã-Bretanha. Por esse artigo, Hall analisa a ascensão do fenômeno thatcherista e a crise da esquerda britânica. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2022/02/gramsci-e-nos/>>. Acesso em 3 de setembro de 2022.

metamorfosar-se, redefinindo-se “a partir de suas aterrisagens e ensamblagens com situações concretas.” (GAGO, 2018, p. 7)

Nesse momento, nos propomos a trazer tão apenas algumas considerações gerais em torno de cada abordagem selecionada enquanto de maior interesse para a análise que estamos desenvolvendo. Nossa intenção, portanto, está longe de ser exaustiva por aqui. Pelo propósito que almejamos, ao longo deste trabalho, reflexões e desenvolvimentos teóricos vinculados a cada uma das abordagens selecionadas tornarão a aparecer, oportunamente, por ocasião da análise pontual de determinada dinâmica ou aspecto do neoliberalismo prático.

Pela abordagem neomarxista, concebemos o neoliberalismo enquanto ataque aos Estados de bem-estar keynesianos, às políticas inerentes às sociais-democracias e ao socialismo de Estado.⁵⁷ A experiência neoliberal consiste, então, em uma conjuntura: de privatizações em série - em propriedades e serviços; de esvaziamento do espaço público; de redução sensível e abrangente do Estado social; de pauperização da classe trabalhadora - em redução dos direitos trabalhistas, em vínculos empregatícios cada vez mais fragilizados; de desregulação do capital - de modo a ensejar uma dinâmica de impostos e tarifas favoráveis para investimentos estrangeiros. (BROWN, 2019, p. 29)

Nessa perspectiva, David Harvey (2008), ao tomar como parâmetro o padrão de liberdade de Marx, afirma a neoliberalização como um fracasso monumental:

Para quem ficou de fora do mercado ou foi expulso dele - um vasto contingente de pessoas aparentemente descartáveis privadas de proteções sociais e estruturas sociais de apoio -, pouco há a esperar da neoliberalização a não ser pobreza, fome, doença e desespero. Sua única esperança é entrar de algum modo no sistema de mercado, seja como pequenos produtores de mercadorias, vendedores informais (de coisas ou de força de trabalho) ou pequenos predadores - para pedir, roubar ou garantir por meio da violência algumas migalhas da mesa do homem rico, ou então como participantes do vasto comércio ilegal de drogas, armas, mulheres ou qualquer outra coisa ilegal para a qual haja demanda. (HARVEY, 2008, p. 198/199)

A desigualdade fomentada pelo neoliberalismo é justificada enquanto um estímulo à assunção de riscos pela(o) empreendedor(a), bem como à inovação, elementos cruciais para o regime da competitividade e do crescimento econômico

⁵⁷ “Segundo a abordagem estrutural marxista, o neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970.” (ANDRADE, 2019, p. 221)

em prol do mercado. A atuação do Estado - por essa ordem econômica, política, social - beneficia as camadas mais altas de renda, favorecendo a ampliação de lucros, o controle da inflação, a redução de salários e a expansão da mercadorização. “O ímpeto de restauração do poder de classe distorce na prática a teoria do Estado mínimo.”⁵⁸ (ANDRADE, 2019, p. 221/224)

Quanto ao neoliberalismo prático, David Harvey (2008, p. 80) considera que o caráter geral do Estado, nesse contexto, é de difícil descrição por duas razões específicas. A primeira delas, relativa aos desvios da teoria neoliberal. A outra, concernente à dinâmica evolutiva da neoliberalização, tendente a forçar adaptações, em acentuada variabilidade, de lugar para lugar e de época para época. Analisando a história da neoliberalização, o autor conclui:

Não se viam desde a década de 1920 as incríveis concentrações de riqueza e de poder hoje existentes nas altas esferas capitalistas. Têm sido espantosos os fluxos de tributos em favor dos principais centros financeiros mundiais. No entanto, o que é ainda mais surpreendente é o hábito de tratar tudo isso como um mero e, em alguns casos, até feliz subproduto da neoliberalização. (...) Tem constituído um talento especial da teoria neoliberal a capacidade de oferecer uma máscara benevolente, plena de palavras que soam prodigiosamente positivas, como liberdade de ação, liberdade de pensamento, escolha e direitos, para ocultar as realidades extremamente desagradáveis da restauração ou reconstituição do poder de classe nu e cru, tanto no plano local como no transnacional, porém mais especificamente nos principais centros financeiros do capitalismo global. (HARVEY, 2008, p. 128/129)

Pela perspectiva foucaultiana, tematizamos o neoliberalismo enquanto uma nova racionalidade política, que acaba repercutindo na formulação de uma nova racionalidade governamental⁵⁹. Essa abordagem evidencia como governos, sujeitos e subjetividades sofrem as inflexões da reprogramação neoliberal da razão liberal. Princípios de mercado se tornam princípios de governo. Princípios que permeiam a

⁵⁸ “A criação de um clima favorável aos negócios e aos investimentos, a difusão financeira, o papel de garantidor de última instância de grandes instituições financeiras, a transferência dos prejuízos privados para as contas públicas, a repressão dos sindicatos, a precarização das leis trabalhistas, a redução de gastos sociais, a difusão de políticas públicas de responsabilização individual, a ação repressiva da polícia e do judiciário, os privilégios concedidos a grandes corporações, a delegação ao setor privado da formulação de leis, das estruturas regulatórias, das políticas públicas e a promoção de parcerias público-privadas, nas quais o Estado assume os riscos enquanto as empresas ficam com os ganhos, são alguns dos exemplos de práticas estatais neoliberais que se colocam do lado dos interesses capitalistas em detrimento dos direitos coletivos dos trabalhadores, do bem-estar da população e da proteção ambiental (Harvey, 2008: 80-91).” (ANDRADE, 2019, p. 223/224)

⁵⁹ “Na nova racionalidade governamental, por um lado, todo governo é *para* os mercados e orientado por princípios de mercado, e, por outro, os mercados devem ser construídos, viabilizados, amparados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas. Os mercados competitivos são bons, mas não exatamente naturais nem autossuficientes.” (BROWN, 2019, p. 31)

atuação do Estado, de instituições públicas e privadas, entidades sociais e sujeitos. (BROWN, 2019, p. 30/32)

Esses princípios tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo oeconomicus*, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo). (BROWN, 2019, p. 31)

Na análise foucaultiana, o estudo do neoliberalismo, assim como o do liberalismo clássico, era concernente a uma reflexão sobre governamentalidade⁶⁰:

A questão colocada por Foucault é a seguinte: como, em algumas épocas, se impõem modos de governar os homens, de “regular a população”, de “conduzir as condutas dos indivíduos”? E como o Estado, em suas mutações, é o efeito desses modos, mais que sua causa e sua origem? O curso sobre o neoliberalismo não marca nenhuma ruptura com o projeto crítico geral de Foucault: a tripla genealogia do poder, do saber e do sujeito. (LAVAL, 2020, p. 41)

Pelo curso de 1979, mais do que inserir o neoliberalismo na história do capitalismo, Foucault analisa a experiência neoliberal enquanto um momento na história das formas de poder. O neoliberalismo se apresenta, então, como uma variante do liberalismo que emergiu na década de 1930, de maneira a configurar uma espécie de “intervencionismo liberal”, pelo qual há uma nova relação entre Estado e mercado - “não mais como domínios exteriores um ao outro, mas como uma interiorização da lógica da concorrência do mercado pelo Estado.” (LAVAL, 2020, p. 42/43)

⁶⁰ Foucault é um teórico de boa fluidez. Ele movimenta o conceito de governamentalidade ao longo do desenvolvimento de suas análises. Assim é que, Michel Senellart, editor dos cursos *Segurança, território, população* (1978) e *Nascimento da biopolítica* (1979), ao propor a situação dos referidos cursos, aponta: “Formulado pela primeira vez na 4ª aula do curso de 1978 (1º de fevereiro de 1978), o conceito de ‘governamentalidade’ desliza progressivamente de um sentido preciso, historicamente determinado, para um significado mais geral e abstrato. (...) A ‘governamentalidade’, nessa etapa da reflexão de Foucault, é portanto o conceito que permite recortar um domínio específico de relações de poder, em relação ao problema do Estado. É essa dupla característica - acontecimental e regional - da noção que vai tender a se eclipsar no decorrer dos anos seguintes. A partir de 1979, a palavra já não designa somente as práticas governamentais constitutivas de um regime de poder particular (Estado de polícia ou governo mínimo liberal), mas ‘a maneira como se conduz a conduta dos homens’, servindo assim como ‘grade de análise para as relações de poder’ em geral. (...)” Ainda na situação dos cursos de 1978 e 1979, encontramos uma definição suscitada por Foucault em um manuscrito sobre governamentalidade (inserido entre as aulas de 21 de fevereiro e 7 de março de 1979 de NBP), que nos parece particularmente interessante. Por ela, Foucault ressalta ser a governamentalidade “um acontecimento”: “Uma generalidade singular: ela só possui realidade acontecimental, e sua inteligibilidade só pode pôr em obra uma lógica estratégica.”

Assim, ao propor a sua investigação em torno das mutações sofridas pela governamentalidade liberal ainda antes de Margaret Thatcher e Ronald Reagan chegarem ao poder:

Foucault não realizou essa análise por preocupação acadêmica, muito menos para fazer uma história exaustiva do liberalismo e do neoliberalismo. Como teria pretendido fazê-lo em algumas dezenas de horas de curso? Buscava apreender uma transformação no jogo de poder cuja revelação permitiria compreender melhor como somos e seremos governados. A análise não foi conduzida para instruir um processo contra o neoliberalismo, tampouco para fazer a sua apologia. Tratava-se de colocar o diagnóstico mais justo sobre o *presente do poder*. (LAVAL, 2020, p. 43)

Wendy Brown, por sua vez, em *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* (2019), propõe uma expansão das abordagens neomarxista e foucaultiana para contemplar as relações entre neoliberalismo e moralidade tradicional. A autora, então, se dedica a repensar os elementos e efeitos da racionalidade neoliberal e a expandir a compreensão dessa racionalidade para abarcar o seu ataque multifacetado à democracia, além da sua inflexão em favor da moralidade tradicional, em prejuízo da justiça social legislada. (BROWN, 2019, p. 32)

O neoliberalismo, por essa perspectiva, não se restringe à ampliação da esfera da competição e da valoração de mercado, pela mercantilização das diferentes dimensões da vida, mas constitui-se em projeto político-moral que visa à proteção das hierarquias tradicionais, “negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação.” (BROWN, 2019, p. 23)

A autora enfatiza o ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social, em defesa da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral, enquanto um fenômeno proveniente diretamente da racionalidade neoliberal. Propõe a sua investigação retomando as ideias neoliberais fundadoras, em especial a teoria desenvolvida por Friedrich Hayek, com vistas a ressaltar “a arquitetura da razão” que vincula moralidade tradicional e neoliberalismo.

Em análise do projeto neoliberal proposto por Friedrich Hayek, Wendy Brown (2019, p. 118) reconhece mercado e moral imbricados em uma ontologia comum, a

qual conjuga disciplina e liberdade, herança e inovação, autoridade e independência.⁶¹

“Deus, família, nação e livre iniciativa” é um mantra conservador familiar. Esses compromissos, no entanto, não coabitam facilmente fora de um quadro binário da Guerra Fria, no qual se presume que o socialismo se opõe a cada um e, desse modo, une-os. O entusiasmo pelo mercado é tipicamente animado por sua promessa de inovação, liberdade, novidade e riqueza, enquanto uma política centrada na família, religião e patriotismo é autorizada pela tradição, autoridade e moderação. Aquele inova e perturba; esta assegura e sustenta. (BROWN, 2019, p. 109/110)

O neoliberalismo, porém, se amolda aos mais diversos contextos, performando idiomas próprios às localidades nos quais se insere.⁶² As irregularidades, variabilidades espaço-temporais do neoliberalismo, precisam ser ressaltadas em uma análise que se proponha a tratar das repercussões de uma específica encarnação da racionalidade neoliberal. (BROWN, 2018, p. 13/14)

Assim é que Verónica Gago, em *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* (2018), se propõe a discutir a noção de neoliberalismo e a maneira de historicizá-lo na América Latina. A autora argumenta que o neoliberalismo não vem apenas “de cima para baixo” - através de governos, corporações e organismos internacionais -, mas adquire sustentação justamente porque consegue expropriar “tramas vitais que operam produzindo valor, inventando recursos onde não há, repondo infraestrutura popular diante do despojo e criando modos de vida que excedem as fronteiras do capital.” (GAGO, 2018, p. 6/7)

Em nossa região, a existência de “economias barrocas” obriga o neoliberalismo a uma variabilidade que o configura para além de seus traços mais conhecidos - privatizações, desregulação, mercantilização, entre outros. A partir do ciclo dos governos progressistas na América Latina, Verónica Gago (2018, p. 7) busca investigar como a articulação entre governo progressista, revolta plebeia e

⁶¹ “Embora alguns ordoliberais tenham formulado esse lugar em sua preocupação de ‘reincorporar’ o sujeito proletarizado à autoridade e provisão da família, ele adquire sua articulação teórica mais poderosa no trabalho de Friedrich Hayek. Para Hayek, a relação entre mercado e moral no projeto neoliberal não tem nada a ver com complemento, hibridismo, ressonância, convergência ou exploração mútua. Em vez disso, o mercado e a moral, igualmente importantes para uma civilização próspera, estão enraizados em uma ontologia comum de ordens espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição.” (BROWN, 2019, p. 118)

⁶² “(...) Contudo, em suas diferentes encarnações em países, regiões e setores, em suas diferentes interseções com culturas existentes e tradições políticas, e, acima de tudo, em suas convergências e absorções de outros discursos e desenvolvimentos, o neoliberalismo toma formas diferentes e cria conteúdos e detalhes normativos diversos, diferentes idiomas. É globalmente onipresente, porém desunificado e desidêntico a si mesmo, no espaço como no tempo.” (BROWN, 2018, p. 13/14)

financeirização da vida popular configurou uma realidade na qual produção de direitos e inclusão social se efetivam através da mediação financeira.

Esses processos têm forte repercussão nos dias atuais: são fundamentais para entender o que depois se chamou “guinada à direita” na região, e ao modo como se articularam neodesenvolvimentismo e neoextrativismo, relançando a acumulação de capital por meio da inserção subordinada de nossos países no mercado global. (GAGO, 2018, p. 78)

Ademais, concluímos este tópico com esperança. Ao considerar a atuação do movimento feminista na América Latina, a autora opõe à razão neoliberal a razão feminista, isto é, “um modo de pensar, fazer, lutar e desejar que extravasa a opção imposta entre serem vítimas ou empreendedoras (ambas opções de subjetivação do catálogo neoliberal).” Assim se dá, já que “o movimento feminista atual recoloca o modo de ser antineoliberal como antagonismo.” (GAGO, 2018, p. 10)

Sim, há alternativa⁶³. E pensar sobre a experiência neoliberal, em suas mais diversas abordagens, nos faculta um alcance mais sensível das suas fragilidades, o que nos fomenta a imaginação política para provocar fissuras. Caminhos para outros mundos possíveis. Para nós, recordando Pagu, essa postura é essencial para qualquer dinâmica de resistência. E então, junto com ela, afirmamos: “Sonhe, tenha até pesadelos se necessário for, mas sonhe”.⁶⁴

⁶³ Na década de 1980, um dos slogans utilizados por Margaret Thatcher era justamente a negação dessa ideia, a expressão: “there is no alternative”, abreviada pelo acrônimo TINA.

⁶⁴ Referência encontrada em: <<http://www.pagu.com.br/>>. Acesso em 8 de setembro de 2022.

3.2 Da antipolítica neoliberal⁶⁵

São pouquíssimas as mulheres com vida pública que não se preocupam se sua voz é aguda demais ou fraca demais ou estridente demais para impor respeito. Durante anos, Margaret Thatcher fez treinamentos vocais para que sua voz soasse como a dos outros integrantes do Parlamento e, ainda assim, ela recebeu o apelido de Átila, a galinha.⁶⁶

(Anne Carson, *O gênero do som*)⁶⁷

Ao analisar diferentes países nos quais o populismo de direita apresentou avanços, Chantal Mouffe (2015) observa semelhanças contextuais entre eles. Em todos os casos, havia um consenso no centro, impeditivo de que os eleitores fizessem uma escolha real entre políticas significativamente diferentes. A autora defende que o modelo consensual de política acaba por ensejar um apelo “*anti-establishment*” por parte de partidos políticos que se articulam de modo a mobilizar a frustração popular. Segundo ela, o discurso populista de direita tem atuado de modo a substituir a oposição esquerda/direita por um outro tipo de nós/eles, configurado em torno da oposição entre o “povo” e o “*establishment*”.⁶⁸

Num contexto em que o discurso dominante declara que não existe alternativa à atual forma neoliberal de globalização e que devemos aceitar seus ditames, não surpreende que um número crescente de pessoas esteja dando ouvidos àqueles que proclamam que as alternativas existem, sim, e que eles devolverão ao povo o poder de decidir. Quando a política democrática perde a capacidade de mobilizar as pessoas em torno de projetos políticos distintos, e quando se limita a garantir as condições necessárias para o bom funcionamento do mercado, estão dadas as condições para que os demagogos políticos articulem a frustração popular. (MOUFFE, 2015, p. 69)

⁶⁵ Esse texto reúne reflexões, questões, incômodos, meditações, e demais situações suscitadas, em boa medida, pelas manhãs compartilhadas na disciplina Tópicos de Filosofia Política (PPGFilosofia/UFGA). Por ocasião das aulas, discutimos o pensamento de filósofas contemporâneas a partir de uma perspectiva crítica ao neoliberalismo. Acompanhamos as aulas na condição de aluna especial. Agradecemos o acolhimento da profa. Loiane Verbicaro e da turma.

⁶⁶ “Very few women in public life do not worry that their voices are too high or too light or too shrill to command respect. Margaret Thatcher trained for years with a vocal coach to make her voice sound more like those of the other Honourable Members and still earned the nickname *Attila The Hen*.” (CARSON, 1995, p. 120)

⁶⁷ Revista Serrote 34, 2020. Tradução de Marília Garcia.

⁶⁸ Nancy Fraser, em *O velho está morrendo e o novo não pode nascer* (2020), ao tratar da crise atual do neoliberalismo como uma crise de hegemonia, aponta que os fenômenos políticos a acontecerem em diferentes lugares do mundo compartilham uma característica comum: “Todos envolvem um enfraquecimento dramático, se não um simples colapso, da autoridade dos partidos e das classes políticas estabelecidas.” (p. 34)

Mouffe (2015) defende que a política está acontecendo na esfera moral. Os antagonismos políticos estão sendo mobilizados em termos de categorias morais, e não podem, em tal cenário, assumir uma forma agonística. A dicotomia nós/eles ainda constitui o político, sendo que este não é mais definido em categorias políticas (“direita e esquerda”, por exemplo), mas em termos morais (“certo e errado”, “bom e mau”, etc).

Esse deslocamento traz riscos relevantes para a política democrática, favorecendo o surgimento de antagonismos que confrontam os parâmetros da ordem existente: “Ora, quando, em vez de ser formulado como um confronto político entre ‘adversários’, o confronto nós/eles é visto como um confronto moral entre o bem e o mal, o oponente só pode ser percebido como um inimigo a ser destruído, e isso não favorece um tratamento agonístico” (MOUFFE, 2015. P. 5). A posição pós-política, ao obstar a formação de uma vibrante esfera pública agonística, induz à consideração de “inimigos absolutos”, favorecendo o desenvolvimento dos antagonismos que põem em risco as instituições democráticas.

Filósofa vinculada à matriz teórica da democracia radical, Chantal Mouffe afirma o elemento passional enquanto motivação para a atuação política dos indivíduos, além dos interesses e da razão. Segundo a autora, as identidades coletivas desempenham um papel fundamental na política e devem ser elaboradas de maneira a fomentar o confronto democrático. Nessa dinâmica, o papel desempenhado pelas paixões não deve ser ignorado ou subestimado, de modo que “a política democrática não pode se limitar a estabelecer uma solução conciliatória entre interesses ou valores ou a deliberar acerca do bem comum; ela precisa apoiar-se concretamente nos desejos e nas fantasias do povo” (MOUFFE, 2015, P. 6).

Em *Sobre o político* (2015), a investigação proposta por Mouffe se desenvolve, sobretudo, quanto às práticas da política democrática. Segundo defende, questões políticas não são problemas técnicos a serem resolvidos por especialistas. Questões políticas necessariamente envolvem escolhas entre alternativas conflitantes. A partir de tais ideias, o antagonismo é característica específica do político. Não há como afastar o conflito da esfera política. Todo consenso gera exclusão.

A crítica de Mouffe à perspectiva pós-política traz como premissa teórica a distinção entre a “política” e “o político”. Recorrendo ao repertório heideggeriano, Mouffe atribui a política a um nível ôntico, enquanto “o político” se refere ao nível “ontológico”. A dimensão ôntica diz respeito às diferentes práticas da política

convencional, enquanto a ontológica concerne à forma em que a sociedade se constitui, é fundada.

Mais precisamente, é assim que diferencio “o político” da “política”: entendo por “o político” a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por “política” o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político. (MOUFFE, 2015. P. 8)

A investigação proposta pela autora na obra *Sobre o político* (2015) se dedica, principalmente, às práticas da política democrática. Localiza-se, portanto, no nível ôntico. Seu ponto de partida é a atual incapacidade das democracias liberais de oferecer a problemas políticos respostas políticas. A principal deficiência do liberalismo no campo político, segundo afirma, é a negação do caráter inerradicável do antagonismo (MOUFFE, 2015, P. 9).

Chantal Mouffe reconhece que o pensamento liberal é diverso, de inúmeras variáveis. Porém, há uma tendência predominante de abordagem racionalista e individualista que obsta o reconhecimento da natureza das identidades coletivas. Essa perspectiva liberal é incapaz de apreender a natureza pluralista do mundo social em sua dimensão antagonística, nos naturais conflitos que são inalcançáveis por uma solução racional plenamente conciliatória.

A partir do pensamento de Carl Schmitt, desenvolvido na obra *O conceito do político* (2008), a autora critica o individualismo liberal e a perspectiva racionalista do político. Não há como afastar o conflito da esfera política. Todo consenso gera exclusão.

Schmitt não se propõe a dar uma definição exaustiva do político. O autor considera que os variados domínios concretos do pensamento e da ação humana dispõem de critérios próprios, que lhes conferem uma espécie de autonomia relativa. Tais critérios figuram como “distinções últimas”, ou “oposições limite”. Assim, o critério do estético é a oposição bonito/feio, no domínio do moral a distinção limite se faz entre bom/mal, no âmbito econômico as extremas diferenciações se dão por útil/prejudicial ou rentável/não-rentável. Quanto ao político, por sua vez, Carl Schmitt afirma:

A diferenciação especificamente política, à qual podem ser relacionadas as ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre *amigo* e *inimigo*,

fornecendo uma definição conceitual no sentido de um critério, não como definição exaustiva ou expressão de conteúdo. (...) A diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou desassociação, podendo existir na teoria e na prática, sem que, simultaneamente, tenham que ser empregadas todas aquelas diferenciações morais, estéticas, econômicas ou outras. (SCHMITT, 2008. P. 27/28)

Um traço fundamental da maior parte do pensamento liberal, além do individualismo, é a crença racionalista na viabilidade de um consenso plenamente inclusivo baseado na razão. A abordagem de Schmitt, por sua vez, demonstra que todo consenso gera exclusão. Assim, “o político não pode ser compreendido pelo racionalismo liberal pela simples razão de que todo liberalismo coerente exige a negação da irreducibilidade do antagonismo.” (MOUFFE, 2015. P. 11)

Schmitt adverte que existe um projeto liberal para a Igreja, o comércio e a educação, em polêmica antítese contra as instituições que restringem a liberdade individual. No entanto, não há uma política liberal, mas tão somente uma crítica liberal da política. (SCHMITT *in* MOUFFE, 2015. P. 11)

O político, porém, não pode ser erradicado porque extrai a sua força dos mais diferentes empreendimentos humanos: “toda antítese religiosa, moral, econômica, ética ou outra transforma-se numa antítese política se for suficientemente forte para reunir eficazmente os seres humanos em grupos de amigos e inimigos.” (SCHMITT *in* MOUFFE, 2015. P. 11)

Schmitt ressalva que os conceitos de amigo e inimigo devem ser compreendidos em sentido concreto e existencial. Não devem ser misturados com noções outras, a título econômico ou moral. Não devem adquirir cunho metafórico ou simbólico, nem muito menos mobilizados em um sentido privado-individualista. O autor explica:

(...) Não constituem antíteses normativas nem “puramente espirituais”. Em seu típico dilema entre espírito e economia (...), o liberalismo tentou reduzir o inimigo, pelo lado comercial, a um concorrente e pelo lado espiritual, a um adversário nas discussões. Todavia, no âmbito do econômico não há inimigos, apenas concorrentes, enquanto em um mundo completamente moralizado e eticizado talvez apenas adversários na discussão. (SCHMITT, 2008. P. 29)

Chantal Mouffe aponta que a crítica de Schmitt é bastante atual, pois, segundo afirma, a observância da evolução do pensamento liberal, da época da

publicação de Schmitt à atualidade, revela que ele tem se situado entre a ética e a economia.

O paradigma liberal de modelo “deliberativo” propõe a criação, no âmbito da política, de um consenso moral racional por meio do debate, da discussão livre. Aqui, a política não se dá a partir de uma racionalidade instrumental, de forte inflexão econômica, mas através da ética ou da moralidade, com a proposição de uma racionalidade comunicativa. Afirma-se, então, a possibilidade de um consenso racional pleno, sem exclusões (MOUFFE, 2015, p. 12/13).

Consoante o paradigma liberal “agregativo”, por sua vez, a política acontece a partir do comprometimento de forças sociais concorrentes e discordantes, uma vez que há uma racionalidade que mobiliza os indivíduos em prol da prosperidade de seus interesses. O mundo político acontece de modo operacional. A política é pensada a partir de conceitos econômicos.

Trata-se, então, do neoliberalismo infletindo em toda parte, em lei, cultura política e subjetividade política (BROWN, 2019. P. 17). Pela governamentalidade neoliberal, princípios de mercado se tornam princípios de governo. Há a economicização da vida. O indivíduo se torna o *homo oeconomicus* empresário de si mesmo. A política acontece, então, sob a inflexão dos interesses econômicos. Práticas de governança⁶⁹ e políticas de austeridade se tornam comuns no cenário político:

Enquanto a lei e a governança neoliberais enfraquecem tanto o poder quanto a legitimidade da ação coletiva, expressões anódinas como “boas práticas” e “consulta às partes envolvidas” substituem, discursivamente, posições diferenciais dentro dos ordenamentos de poder, impedindo o debate sobre visões contestadas do bem. Ao mesmo tempo, a “responsabilização” (...) substitui, no campo analítico, a crítica estrutural, e no campo prático, proteções sociais e bens públicos. (BROWN, 2018. P. 11)

A experiência neoliberal, portanto, conduz a uma realidade antipolítica⁷⁰. Não mais o amplo debate de ideias, o dissenso, o conflito de interesses, a diversidade de

⁶⁹ “Governança implica uma referência explícita a ‘mecanismos’ ou ‘atividades organizadas’ e ‘coordenadas’ adequadas à solução de problemas específicos. Diferentemente do governo, a governança refere-se a ‘políticas’ em vez de ‘política’, porque ela não é uma estrutura compulsória de tomada de decisão. Seus receptores não são ‘o povo’ como um sujeito político coletivo, mas ‘a população’ que pode ser afetada por questões globais como meio ambiente, migração ou a utilização dos recursos naturais.” (Nadia Urbinati in MOUFFE, 2015, p. 102/103)

⁷⁰ Mouffe argumenta que assim também se dá a nível supranacional. A autora defende uma ordem mundial multipolar, em oposição às proposições de uma ordem cosmopolita. Quanto à versão neoliberal desse cosmopolitismo, ela argumenta: “A maioria dos partidários da versão neoliberal

propostas políticas e projetos sociais, mas uma racionalidade governamental que a tudo sujeita aos interesses do mercado. O público é cada vez mais fragilizado por uma realidade social reduzida a indivíduos e famílias.⁷¹ A pluralidade de vozes é sobrepujada pela imposição de um uníssono em masculino grave.⁷² O indivíduo é condicionado a economicização da vida, tornando-se um portfólio de si:

O empreendedorismo é uma primeira fase. Depois dela, temos a financeirização de si mesmo. Nela, ao invés de apenas empreender com seus ativos, você começa a se apresentar como uma marca, para atrair investidores no seu “eu” e calcular seus próprios investimentos. É uma mudança importante. Aqui eu precisaria deixar o Foucault, mas manter o arcabouço que ele oferece, para pensarmos as relações de poder pelas quais o “eu” ou os sujeitos são feitas. Ele nos ensina que o neoliberalismo oferece uma ordem na qual nos tornamos empreendedores de nós mesmos - essa era a ideia de Thatcher e Reagan. Mas hoje, temos um modelo financeirizado, que não implica ter literalmente um portfólio financeiro, mas tratar a si mesmo como se fosse um. (BROWN, 2021)

Na obra *Sobre o Político* (2015), Chantal Mouffe se propõe a discordar da visão pós-política, segundo a qual, com a fragilização das identidades coletivas, torna-se possível viver em um mundo “sem inimigos”, no qual o conflito é superado pelo consenso. Consoante essa perspectiva, a globalização e a democracia liberal

defende uma visão idealizada dos Estados Unidos, cuja política é apresentada como se fosse conduzida não pelo interesse nacional, mas pela promoção dos valores liberais: livre comércio e democracia liberal. Isso combina com a exaltação da globalização como portadora dos benefícios e virtudes do capitalismo para o mundo todo. Eles querem que acreditemos que, sob a liderança ‘benigna’ dos Estados Unidos e com a ajuda de organismos internacionais como o FMI e a OMC, estão sendo tomadas medidas importantes para unificar o planeta e implementar uma ordem mundial justa.” (MOUFFE, 2015, p. 90)

⁷¹ “O neoliberalismo transforma o que poderíamos chamar um Estado social ou uma ordem econômica keynesiana não apenas ao nível da política econômica, mas a um nível muito mais profundo, que diz respeito à nossa compreensão do que seja a liberdade, o Estado, as nossas relações uns com os outros, a sociedade, a moralidade. Por que isso é importante? Porque o neoliberalismo lança um ataque frontal à própria noção de bem público e de sociedade. Margaret Thatcher disse claramente: ‘Não existe sociedade. Só existem homens e mulheres individuais’ e, depois de uma pausa, ‘e suas famílias’. Não há bem comum, não há bem social, não há sociedade, apenas indivíduos e/ou famílias.” (BROWN, 2021)

⁷² “São pouquíssimas as mulheres com vida pública que não se preocupam se sua voz é aguda demais ou fraca demais ou estridente demais para impor respeito. Durante anos, Margaret Thatcher fez treinamentos vocais para que sua voz soasse como a dos outros integrantes do Parlamento e, ainda assim, ela recebeu o apelido de Átila, a galinha. Essa analogia lembra o falatório em torno de Nancy Astor, primeira mulher a assumir o cargo de membro da Câmara dos Comuns britânica, em 1919, e que foi descrita por seu colega sir Henry Channon como ‘uma mistura excêntrica de bondade, originalidade e estupidez [...]’; ela anda de um lado para outro como uma galinha sem cabeça [...] chamando atenção e aproveitando o cheiro de sangue [...] a bruxa louca’.” (CARSON, 2020, p. 116/117)

ensejarão ao mundo um futuro cosmopolita, próspero e pacífico, de efetivação dos direitos humanos em toda parte.

Mouffe se opõe à visão pós-política. Recusa-se, enfaticamente, a acreditar numa forma consensual de democracia. Conforme defende, a proposta de um mundo sem antagonismo, sem hegemonia, “além da esquerda e da direita”, evidencia uma absoluta falta de compreensão da política democrática e da dinâmica de constituição de identidades políticas, contribuindo, ironicamente, para exacerbar o potencial de antagonismo.

A pensadora defende uma esfera pública “agonística” de contestação, pela qual distintos projetos políticos hegemônicos possam se confrontar. Sem essa realidade política, não há um efetivo exercício da democracia. Acreditar na possibilidade de um consenso racional universal é negar o político:

Essa é, do meu ponto de vista, a condição *sine qua non* de um efetivo exercício da democracia. Fala-se muito hoje em “diálogo” e “deliberação”, mas qual o significado de tais palavras no campo político se não existe nenhuma escolha real ao nosso alcance e se os participantes do debate não são capazes de decidir entre alternativas claramente diferenciadas? (MOUFFE, 2015. P. 3)

Contrária a uma compreensão da política plenamente conciliatória, Mouffe argumenta que admitir a dimensão antagonística “do político” é fundamental para se pensar a política democrática:

Apesar daquilo que muitos liberais nos querem fazer acreditar, a especificidade da política democrática não é a superação da oposição nós/eles, mas a forma diferente pela qual ela se estabelece. O que a democracia exige é que formulemos a distinção nós/eles de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna. (MOUFFE, 2015. P. 13)

A proposta de Mouffe é pensar “com Schmitt contra Schmitt”. Desse modo, a pensadora admite que o político faz parte da nossa condição ontológica, de forma que o antagonismo é uma possibilidade constante. No entanto, ao contrário de Schmitt, Mouffe afirma a possibilidade de um pluralismo democrático.

As identidades políticas possuem uma natureza relacional. A afirmação de uma diferença é requisito para a existência de uma identidade, ensejando a percepção de um “outro”. Assim, no que diz respeito às identidades coletivas, importa considerar

que estas se constituem a partir de um “nós” e quanto a um “eles”. Esta relação não necessariamente será antagonística.

Porém, há a possibilidade de, em determinados casos, ela vir a tornar-se. Tal se dá quando se compreende que o “eles” está questionando a identidade do “nós”, pondo em risco a sua existência. Constitui-se, então, uma relação de amigo/inimigo. O desafio que se coloca à política democrática, portanto, é manter sob controle a insurgência do antagonismo através da inserção de um outro modo de construção da oposição nós/eles (MOUFFE, 2015. P. 15)

Ao propor um modelo agonístico de democracia (2006), Mouffe faz referência à perspectiva do “pluralismo agonístico”, a partir do qual o propósito da política democrática é transformar antagonismo (oposição entre inimigos) em agonismo (oposição entre adversários). Desse modo, ao invés de compreendida como ameaça à democracia, a confrontação agonística é reconhecida enquanto condição de sua existência.

A especificidade da democracia moderna reside no reconhecimento e na legitimação do conflito e na recusa de suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária. Rompendo com a representação simbólica da sociedade como corpo orgânico – que era característica do modo holístico de organização social –, uma sociedade democrática reconhece o pluralismo de valores, o “desencantamento do mundo” diagnosticado por Max Weber e os conflitos inevitáveis que dele decorrem. (MOUFFE, 2006. P. 175)

Uma das principais tarefas da política democrática é elaborar a relação nós/eles de tal modo que ela resulte em uma espécie de antagonismo “domesticado”, ou “sublimado”. A democracia requer uma espécie de “consenso conflituoso”: “consenso sobre os valores ético-políticos de liberdade e igualdade para todos, e dissenso a respeito da interpretação desses valores” (MOUFFE, 2015. P. 121).

Para ser legítimo, o conflito não pode assumir uma forma que venha a destruir o ente político. Há limites para o pluralismo. Nem todas as reivindicações formuladas numa determinada sociedade devem ser consideradas legítimas. “Uma sociedade democrática não pode tratar quem questiona suas instituições básicas como um adversário legítimo.” No entanto, as exclusões são em termos políticos, e não morais. O traçado da fronteira é resultado de uma decisão política. Logo, está sujeito ao questionamento, à contestação (MOUFFE, 2015. P. 120/121).

A abordagem agonística não pretende abarcar todas as diferenças e superar todas as formas de exclusão. Mas as exclusões são encaradas em termos políticos, não em termos morais. Algumas reivindicações são excluídas não porque sejam declaradas “perniciosas”, mas porque põem em questão as instituições fundamentais da associação política democrática. (MOUFFE, 2015. P. 121)

Para tornar o conflito compatível com a democracia, importa transformar o antagonismo em agonismo. Desse modo, o conflito se estabelece entre adversários, mas não entre inimigos; isto é, embora oponentes, as partes se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando um mesmo espaço simbólico. O modelo adversarial é, portanto, constitutivo da democracia, uma vez que ele permite à política democrática transformar antagonismo em agonismo.

3.3 Omelas, neoliberalismo e cidadania sacrificial⁷³

“O que mais temo, creio, é a morte da imaginação”.

(Sylvia Plath, *Os Diários de Sylvia Plath*)⁷⁴

Em *Aqueles que se afastam de Omelas* (1973), Ursula Le Guin desenvolve uma narrativa ficcional pela qual uma cidade e suas(seus) habitantes são apresentadas(os). Conforme a proposição da autora, Omelas é um lugar feliz, de alegrias, satisfações, belezas, riquezas e prosperidades em abundância.

Le Guin convida leitoras(es) a um exercício imaginativo, uma experiência do pensamento. Convoca, inclusive, a quem a lê a construir mentalmente a felicidade de Omelas junto com ela, tendo em vista as preferências inerentes a cada mundo

⁷³ Texto elaborado a partir das aulas, discussões, ideias e demais partilhas ensejadas pela disciplina *Seminários de Ética e Filosofia Política III* (PPGFI/UFPE) - “Aproximações entre experimentos mentais filosóficos e a literatura de ficção científica”, ministrada pela profa. Juliele Sievers no primeiro semestre de 2021. Manifestamos nossa gratidão à professora e à turma pelo que construímos juntas(os).

Também amadurecemos muitas das construções aqui reunidas através de comunicação apresentada no II Ciclo de Seminários Filósofas UFPR, realizado nos meses de novembro e dezembro de 2021. Agradecemos o espaço oferecido pelo evento.

⁷⁴ “**25 de fevereiro de 1956: sábado.**

(...) O que mais temo, creio, é a morte da imaginação. Quando o céu lá fora está todo rosado, e os telhados estão negros: essa mente fotográfica que paradoxalmente diz a verdade, mas a verdade inútil, a respeito do mundo. É o espírito que sintetiza, a força ‘modeladora’ que brota prolífica e cria seus próprios mundos com mais inventividade do que Deus, o que eu desejo. Se me sento imóvel, sem fazer nada, o mundo segue batendo feito um tambor indolente, sem significado. Precisamos nos mexer, trabalhar, criar sonhos e persegui-los; a indigência da vida sem sonhos é terrível demais de imaginar: é o pior gênero de loucura (...).” (PLATH, 2017, p. 244)

íntimo: “Talvez seria melhor se você imaginasse com seus próprios lances de fantasia, supondo que eles chegarão à altura das circunstâncias, pois certamente eu não posso atender a todos vocês.”

No entanto, a narrativa não segue apenas entre fatos e imagens felizes. A felicidade de Omelas não contempla a todas(os). Em um lugar abjeto, escondido, escuro, há uma criança em sofrimento e, segundo a ficção construída por Le Guin, a felicidade gozada por Omelas está condicionada a esse sacrifício.

Algumas(uns), ao tomarem conhecimento dessa realidade, sofrem, se impactam, sentem raiva e indignação, mas compreendem que não há nada que possam fazer. Para essas(es) habitantes de Omelas o mal da criança é necessário para o bem comum. O sacrifício se impõe pelo bem coletivo.

Não são todas(os) que assim se resignam, porém. Ursula Le Guin conclui a narrativa propondo que há aquelas(es) que, em silêncio e solitude, refletem e se afastam de Omelas.

Diante da experiência imaginativa oferecida pelo conto de Le Guin, nos propomos a tematizar as possíveis conexões entre o sacrifício legitimado pelas(os) omelianas(os) e a cidadania sacrificial imposta pela racionalidade política neoliberal. Nessa seção, partiremos, especialmente, das contribuições filosóficas de Michel Foucault (2008) e Wendy Brown (2018; 2019).

Como alegoria, experimento mental ou outro exercício imaginativo, o conto de Omelas oferece um panorama interessante para se pensar sobre neoliberalismo. A conjuntura de princípios, políticas, práticas e formas de governar a razão contemplada pelo signo neoliberalismo, em toda parte, inflete lei, cultura política e subjetividade política (BROWN, 2019).

A noção de neoliberalismo como racionalidade política foi desenvolvida por Michel Foucault em virtude de suas pesquisas em torno da questão da governamentalidade. Em curso dado no *Collège de France* em 1978-1979 – cuja publicação recebeu o título de *Nascimento da biopolítica* – Foucault apresenta um plano de análise para o estudo do neoliberalismo. Segundo o autor:

Claro, não se trata aqui de uma “interpretação” do liberalismo que se pretendesse exaustiva, mas de um plano de análise possível – o da “razão governamental”, isto é, dos tipos de racionalidade que são postos em ação nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é conduzida por meio de uma administração estatal. (FOUCAULT, 2008)

Assim, em uma abordagem foucaultiana, parte-se da compreensão do neoliberalismo enquanto racionalidade política, que conduz ao *homo œconomicus neoliberal*, isto é, ao sujeito que é, ao mesmo tempo, membro de uma empresa e ele mesmo uma empresa, condicionado à competição, ao impasse entre fracasso e sucesso, e ao constante desenvolvimento de si enquanto capital humano.

O neoliberalismo, portanto, antes de uma ideologia ou uma política econômica, pode ser compreendido como, fundamentalmente, uma racionalidade, de tal modo que estrutura e organiza não apenas a ação dos governantes, mas também a conduta dos governados. Razão do capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016).

A pretensão de mercantilização de todas as esferas da vida é traço característico da racionalidade neoliberal, que acaba por configurar o sujeito empreendedor de si, indivíduo que gerencia suas potencialidades tais como recursos econômicos a serem capitalizados (LAZZARATO, 2017, p.14). A vida passa, então, a se constituir mediante contínuas práticas de investimento, e princípios de mercado passam a permear as relações sociais.⁷⁵

O neoliberalismo modificou essencialmente o capitalismo, através de mudanças sociais profundas. Há traços que caracterizam a razão neoliberal. Dardot e Laval (2016) apontam quatro: o mercado como uma realidade construída, que requer a intervenção ativa do Estado e a intervenção de um sistema de direito específico; a essência da ordem de mercado situada não na troca, mas na concorrência, sendo esta relação de desigualdade entre diferentes unidades de produção ou “empresas”; o Estado também é submetido, em sua ação, à norma da concorrência, sendo obrigado a reconhecer-se como uma empresa, promovendo o

⁷⁵ Maurizio Lazzarato, em *O Governo do Homem Endividado* (2014), apresenta um léxico introdutório à obra, no qual consigna:

“CAPITAL HUMANO (ou o empreendedor de si): a crise não é apenas econômica, social e política, mas também é, e acima de tudo, uma crise do modelo subjetivo neoliberal, encarnado pelo “capital humano”. O projeto de substituir o *assalariado fordista* pelo *empreendedor de si*, transformando o indivíduo em empresa individual, que gera suas capacidades como recursos econômicos a serem capitalizados, sucumbiu na crise dos *subprimes*.

Desse ponto de vista, as situações dos países ricos e a dos países emergentes, em vez de divergir (estagnação e declínio dos primeiros e crescimento e progresso dos segundos), convergem na produção do mesmo modelo de subjetividade - o ‘capital humano’, que implica um máximo de ‘privatização econômica’ e um ‘máximo de individualização subjetiva’. As políticas sociais, pelo contrário, instalam por toda parte um ‘mínimo’ (um salário mínimo, um rendimento mínimo e serviços mínimos), a fim de obrigar o empreendedor de si a se lançar na concorrência de todos contra todos. Esse objetivo pode ser atingido de outro modo. Na Alemanha, onde o salário mínimo não existe, contam-se 8 milhões de trabalhadores pobres. (...)” (p. 14/15)

ideal de uma “sociedade de direito privado”; a empresa é promovida a modelo de subjetivação, cabendo ao Estado empreendedor promover o “indivíduo-empresa” – cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar.

A subjetivação neoliberal traz sofrimento, opera mutilação na vida comum, no trabalho e fora dele.⁷⁶ As mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que atuam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição, por sua vez, podem ser apontadas como motivadoras de movimentos reacionários ou neofascistas. (DARDOT; LAVAL, 2016)

A racionalidade neoliberal opera na promoção de uma cultura antidemocrática. Por ela, o *demos* deixa de governar. Não há igualdade política, já que a composição e o exercício do poder político deixam de servir ao todo, para serem subjugados aos interesses de uma elite⁷⁷. A sistematização da violência ou da miséria coletiva leva ao fim da democracia:

Segundo o critério da igualdade política, aquilo que se costuma chamar, de modo variado, de democracias liberais, burguesas ou capitalistas nunca foi uma democracia plena, e quaisquer que sejam as suas disposições democráticas, elas vêm sendo constantemente enfraquecidas nas últimas décadas. De fato, como seria sequer possível garantir a igualdade política em grandes Estados-nação com economias capitalistas? (BROWN, 2019)

A ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas se vincula à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, fomentada pelos contínuos assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade.⁷⁸ O neoliberalismo se opõe à existência da

⁷⁶ “Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo.” (DARDOT; LAVAL, 2016)

⁷⁷ “Quando a igualdade política está ausente, seja por exclusões ou privilégios políticos explícitos, pelas disparidades sociais ou econômicas extremas, pelo acesso desigual ou controlado ao conhecimento, ou pela manipulação do sistema eleitoral, o poder será inevitavelmente exercido por e para uma parte, em vez do todo.” (BROWN, 2019)

⁷⁸ “O sofrimento econômico e o rancor racial das classes trabalhadora e média brancas, longe de se distinguir desses assaltos, adquire voz e forma a partir deles. Esses ataques também abastecem (mesmo que por si mesmos não sejam sua causa) a ambição nacionalista cristã de (re)conquistar o Ocidente. Eles também se misturam com um niilismo intenso que se manifesta como perda da fé na verdade, na facticidade e em valores fundamentais.” (BROWN, 2019).

sociedade e à justiça social. Ao promover o desaparecimento dos poderes sociais, fragiliza as reivindicações críticas neles enraizadas:

Se não existe tal coisa como a sociedade, mas apenas indivíduos e famílias orientados pelo mercado e pela moral, então não existe tal coisa como um poder social que gera hierarquias, exclusão e violência, tampouco há subjetividade nas condições de classe, gênero ou raça. Fora de um quadro neoliberal, é claro, a linguagem do social é o que torna manifestas as desigualdades; o domínio do social é o local em que sujeições, abjeções e exclusões são vividas, identificadas, contestadas e potencialmente retificadas. (BROWN, 2019)

O ataque neoliberal ao social é fundamental para gerar uma cidadania que, além de não democrática, é antidemocrática, e que está cada vez mais disposta a autorizar um Estado crescentemente antidemocrático. Isso legitima a privação efetiva de direitos, autoriza a desigualdade e permite ataques, em nome da liberdade, ao que ainda reste da tessitura social:

À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilitado a governar a si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo destruição do social – seu inimigo declarado. (BROWN, 2019)

A racionalidade neoliberal promove, portanto, um individualismo crescente, a fragilização dos vínculos de solidariedade social e o desprezo pelo outro. Práticas neoliberais de delegação e responsabilização (meritocracia, sobrecarga moral do indivíduo em prol do seu autoaprimoramento) configuram uma estrutura de isolamento, fraqueza e sacrifício na figura de um cidadão supostamente democrático (BROWN, 2018).

A governança neoliberal atua de tal modo a atenuar o conflito normativo e a desativar a cidadania; opera concentrações e fusões de poder, ao mesmo tempo que fragiliza vínculos de solidariedade social. Tendo em vista tal panorama, Wendy Brown (2018) propõe que “a racionalidade política neoliberal, administrada pela governança, elimina os últimos traços da formulação republicana clássica de cidadania como engajamento público”, porém retém, modificada, a ideia de sacrifício cidadão. O empreendedorismo responsabilizado também se faz enquanto “sacrifício compartilhado”.

Governança e neoliberalismo não são a mesma coisa. No entanto, o avançar dessa forma de razão normativa que expande o mercado a uma ampla diversidade de dimensões da vida apropriou-se da governança enquanto uma forma administrativa chave, “sem a qual o neoliberalismo contemporâneo é impensável.” O termo reúne uma fusão específica de práticas políticas e empresariais. “Assim, na linguagem da governança, ‘diretrizes’ substituem leis, ‘facilitação’ substitui regulamentação, ‘padrões’ e ‘códigos de conduta’ (disseminados por uma série de agências e instituições) substituem policiamento e outras formas de coerção estatal.” (BROWN, 2018, p. 15-17)

Ao operar como uma epistemologia, uma ontologia, uma prática despolitizante, Wendy Brown caracteriza a governança como suave, inclusiva e técnica em sua orientação:

Na vida pública, a governança substitui questões liberais e democráticas acerca da justiça por formulações técnicas dos problemas; questões de direito por questões de efetividade; e mesmo questões de legalidade por questões de eficácia. No local de trabalho, a governança substitui a solidariedade horizontal dos sindicatos, da consciência de classe e as políticas de luta por equipes hierarquicamente organizadas, cooperação multilateral, integração entre as partes envolvidas, responsabilidade individual e antipolítica. A governança também é um mecanismo-chave para as políticas e práticas de responsabilização, que fazem da atuação individual autossuficiente (alienada de todo contexto, posição social ou contingência) o terreno da sobrevivência e da virtude, (...). (BROWN, 2018, p. 21)

Desse modo, enquanto a cidadania ativa é diminuída com vistas ao fomento do capital humano responsabilizado, a cidadania sacrificial se expande legitimada pela racionalidade que constrange a uma cidadania comprometida com o valor único e superior do crescimento econômico.

Wendy Brown aponta como crucial na sua análise a identificação de que a despolitização neoliberal do mercado não extermina o mercado como fim político. Segundo a autora, toda a esfera da vida é mercantilizada, a nação reconfigurada segundo um modelo empresarial e toda a cidadania possível é limitada e direcionada para os fins de crescimento econômico e aumento das taxas de crédito.

A(o) cidadã(o) sacrificial do neoliberalismo é aquela(e) que se esvazia de si em prol dos interesses do mercado, tendo em vista o crescimento econômico:

O cidadão sacrificial do neoliberalismo não é aquele cujos interesses são feridos ou temporariamente postos entre parênteses. Antes, pode-se dizer

que esse cidadão é oblatado em relação ao projeto de crescimento econômico; tropeçamos, portanto, na dimensão teológica do capitalismo, que muitos vêm explorando nos últimos anos. (BROWN, 2018)

No conto proposto por Le Guin, as(os) cidadãs(os) de Omelas se deparam com o sacrifício imposto a uma criança tendo em vista a prosperidade coletiva. Tudo parece transcorrer de forma magnânima, tranquila e feliz em Omelas, até que a autora introduz no conto a situação de sofrimento imposta à criança.

A imposição sacrificial a um indivíduo tendo em vista um bem maior remete à dinâmica de sacrifício imposta pelo neoliberalismo, de tal modo que o cotejo de ambas as situações é um caminho interessante para a proposição de reflexões filosóficas. Importa cogitar o quão a realidade fictícia de Omelas guarda proximidades com a realidade construída e fomentada pela racionalidade neoliberal.

As(os) habitantes de Omelas se acreditavam felizes, mesmo, em sua maioria, quando tomavam conhecimento de que a prosperidade da qual desfrutavam dependia de um sofrimento abominável imposto a uma criança. De forma semelhante, nações, coletividades, agrupamentos sociais também parecem se reconhecer em prosperidade, ainda que o crescimento econômico imponha práticas e políticas de austeridade que sacrifiquem a integridade física, emocional e mental de algumas(uns).

O contrato social clássico parece ser invertido, já que, consoante a racionalidade política neoliberal, indivíduos podem ser legitimamente sacrificados pelo todo, sendo que esse “todo” pode ter diferentes significados, tais como a sustentabilidade de uma empresa particular, ou de uma economia nacional ou pós-nacional (BROWN, 2018).

No lugar de receber segurança ou ser protegido, o cidadão responsabilizado tolera a privação, insegurança e extrema exposição para manter a produtividade, o crescimento, a estabilidade fiscal, as taxas de crédito ou a influência mercantil de uma empresa ou nação (ou, de novo, da nação concebida como empresa). (BROWN, 2018)

As(os) cidadãs(os) de Omelas legitimam o sacrifício em prol de um bem maior. O neoliberalismo também impõe essa lógica. O indivíduo é responsabilizado por sustentar a si mesmo e a vida econômica da nação, abdicando da própria existência, performando um esvaziamento de si em prol dos interesses econômicos.

Ao final do conto, Ursula Le Guin propõe a referência a um fato incrível. Nem todas(os) as(os) cidadãs(os) aceitam legitimar o sacrifício da criança para a prosperidade de Omelas. Essa decisão é solitária, e parece se dar em silêncio, conforme a narrativa da autora. Advém de uma reflexão íntima. Possivelmente, tendo em vista um outro ideal de comunidade, uma outra proposta de felicidade, outros mundos possíveis.

Ursula Le Guin, ao propor o conto *Aqueles que se afastam de Omelas* (1973), refere em subtítulo que tratará de variações sobre um tema de William James (1842–1910), filósofo e psicólogo estadunidense, que entre os séculos XIX e XX tratou de temas atrelados à experiência religiosa, ao pragmatismo e às emoções. A referência da autora parece indicar que a sua narrativa parte de um problema filosófico, desenvolvendo-se, então, em torno de um dilema moral.

Pensar a ficção como um caminho para o desenvolvimento de experimentos mentais é uma proposta admitida por teóricas(os) que se dedicam à análise do tema. Nesse sentido, Rachel Cooper (2005), ao compreender os experimentos mentais como tentativas de construir modelos de mundos possíveis, considera que uma obra de ficção pode ser admitida como experimento de pensamento desde que aquela(e) que o proponha atenda a certo rigor na sua constituição.⁷⁹

Segundo a autora, os experimentos mentais apresentam como características comuns uma formulação com vistas a responder a uma série hipotética de tipo “e se...”, tal como o experimento mental desenvolvido por Philippa Foot (1967). Posteriormente chamado de “dilema do bonde”, esse experimento de pensamento

⁷⁹ Assim observa Rachel Cooper (2005): “When a thought experimenter is faced with a “what if” question, she attempts to answer it in a rigorous fashion. She follows through all the relevant implications of altering one part of her worldview and attempts to construct a coherent model of the situation she is imagining. The rigor with which thought experimenters attempt to answer “what if” questions is what differentiates thought experiments from daydreams and much fiction. In a daydream I might lazily imagine being prime minister there I am bossing everyone about, issuing edicts that extend university vacations, and so on. In a thought experiment such slapdash imaginings are not permitted. If I conduct a thought experiment in which I dictate that university vacations should be extended, then I am obligated to at least sketch a coherent model of the situation the courses must be correspondingly shorter, degrees must be longer, funding per student greater, and so on.” Na nota de rodapé de número 6, Cooper ainda pontua: “I accept that pieces of fiction may count as thought experiments, so long as the “what if” questions are rigorously followed through.”

culmina em uma questão sobre qual decisão tomar, característica inerente aos chamados dilemas morais.

Assim, mediante um experimento mental, ajusta-se uma perspectiva de tal modo a se construir um modelo de conformidade com as respostas dadas às perguntas “e se...”. Cooper (2005) reflete que, quando alguém desenvolve um experimento de pensamento e então se depara com as questões de tipo “e se...”, deve procurar respondê-las de forma rigorosa, construindo um modelo coerente da situação que está sendo imaginada.

A autora ressalta, ainda, que o rigor com o qual as perguntas de tipo “e se...” sejam respondidas é o que será diferencial entre experimentos mentais e ficções, ou até mesmo devaneios imaginativos diversos. Aponta, então, que um experimento mental não se dá a partir de imaginações descuidadas, que não guardam entre si uma correspondência harmoniosa, de tal modo a comprometer a coerência estrutural do modelo criado (ou mundo possível).

Este ponto é relevante quando se pretende avaliar se o conto escrito por Ursula Le Guin é ou não um experimento mental. É possível afirmar que a narrativa ficcional desenvolvida por Le Guin, ao propor uma série de imagens e traços característicos da cidade de Omelas e de seus habitantes, guarda em si a coerência interna exigida por Rachel Cooper?

As cidadãs e os cidadãos de Omelas são apresentados como felizes. No entanto, não são livres, pois têm a sua felicidade condicionada ao sofrimento de uma criança. Seria isso possível? Há felicidade sem liberdade? Talvez esses questionamentos tenham permeado os pensamentos daquelas e daqueles que decidiram, na narrativa proposta por Le Guin, se afastar de Omelas.

Aqueles que se afastam de Omelas (1973) é uma narrativa ficcional que oferece um panorama imaginativo interessante para a construção de reflexões filosóficas a respeito das práticas políticas e modelos de subjetivação construídos e mobilizados pelo neoliberalismo no contexto sociopolítico contemporâneo.

Em racionalidade política neoliberal, a virtude cidadã deixa de ser qualificada por um engajamento em prol de interesses comuns, vinculados à solidariedade social e ao fortalecimento da vida em comunidade. A(o) cidadã(o) virtuosa(o), em

caminhos neoliberais, é aquela(e) que se isola para alcançar a prosperidade e que se impõe uma realidade de privações e sacrifícios em prol do crescimento econômico.

Neste tópico, nos propomos a estabelecer uma conexão entre as imagens oferecidas pelo conto de Omelas e o cenário imposto pela racionalidade neoliberal. Partimos da compreensão de que a experiência de mundos imaginados (literários ou não) oferecem recursos para se pensar e compreender contextos e situações que compõem o mundo real.

Assim como a imaginação, a realidade política é construída. Um contexto sociopolítico não se impõe por si. Antes de concretizado, é meditado, refletido, imaginado de algum modo. Passa, portanto, por uma experiência mental.

Desse modo, a partir do panorama imaginado por Le Guin, nos propomos a contribuir para um fomento de imaginação política. Diante do sacrifício imaginado, diante do sacrifício real, imaginar o cenário que se contrapõe à imposição de sacrifícios. Compreende-se que esse exercício é de suma importância. Que o sacrifício não seja, também, da imaginação.

4 A DISTOPIA DO ACÚMULO DE CAPITAL – A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

“Mussolini afirmou que os fascistas são liberais no sentido ‘clássico’ da palavra.”⁸⁰

Clara Zetkin. *A luta contra o fascismo*⁸¹, 1923 (2019).

A história político-econômica brasileira é perversa. Mobiliza violência e dor em prol de um desenvolvimento que fomenta desigualdades econômicas e sociais sustentadas durante séculos. Promove o acúmulo de riquezas - em favor de uma classe privilegiada - a partir da expropriação de recursos, do desprezo pela vida (humana e de ecossistemas inteiros), da exploração à exaustão de muitas e de muitos e de tudo.

Em sua trajetória histórica, a partir da independência político-formal de 1822, o Brasil se constituiu mediante três sistemas de acumulação⁸². Um sistema⁸³ primário-exportador, mediante um Estado oligárquico em diferentes regimes políticos (Império e Primeira República, até 1930). Após, um sistema de acumulação através de um modelo de Estado desenvolvimentista (entre 1930 e 1980) - configurado por uma grande diversidade de formas políticas (ditaduras populistas e militares, além de

⁸⁰ Ao assim se colocar, Clara Zetkin está argumentando a respeito da discrepância entre as promessas e as ações fascistas. Ela, então, afirma: “O fascismo apresentou a exigência de que os trabalhadores fossem inculcados na direção técnica da fábrica - em outras palavras, no controle da produção. Foi prometido que o fascismo sujeitaria empresas públicas à supervisão técnica dos conselhos de fábrica. Agora, debate a possibilidade de uma lei que simplesmente abole os conselhos de fábrica. Além disso, as empresas públicas estão sendo entregues para administradores privados, que em parte já foi feito. A manufatura de fósforos, antes um monopólio estatal, acabou nas mãos de investidores privados. O mesmo ocorreu com o serviço de entregas postais, a indústria telefônica, o serviço de rádio e telégrafo, assim como com as ferrovias. Mussolini afirmou que os fascistas são ‘liberais’ no sentido clássico da palavra.” (ZETKIN, 2019, p. 57)

⁸¹ Relatório apresentado em 20 de Junho de 1923 ao Terceiro Plenário do Comitê Executivo da Internacional Comunista. Encontra-se disponível na publicação *Como nasce e morre o fascismo* (2019), bem como no site: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1923/06/20.htm>>. Acesso em 20 de Março de 2023.

⁸² Como já referido, este trabalho é desenvolvido a partir de uma abordagem neomarxista. Aqui, adotamos o prisma oferecido pelos Sistemas de Acumulação, conforme defendem Saad Filho e Moraes (2018, p. 23/24): “Apenas grandes teorias são capazes de iluminar padrões de longo prazo, estruturas, contradições sistêmicas e mudanças históricas que podem ser difíceis de discernir, custosas para entender ou obscurecidas por incontáveis eventos de relevância fugaz. No entanto, são esses padrões e essas estruturas que pautam a trajetória do concreto ao longo do tempo - isto é, o caminho da história.”

⁸³ O Sistema de Acumulação é o modo de existência do capitalismo em determinada conjuntura, em um momento e em um lugar específicos. São intrinsecamente variados, uma vez que definidos “pelas relações de classe encapsuladas no modo de extração, acumulação e distribuição do mais-valor e pelas estruturas e pelos processos institucionais mediante os quais essas relações se reproduzem (incluindo as formas políticas de representação de interesses e as modalidades de metabolismo social (...)).” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 24)

democracias populistas), permeadas de crises e golpes de Estado. E, por fim, um terceiro sistema, precedido de longo período de transição, de cunho neoliberal com democracia político-formal, a partir do final da década de 1980. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 25)

A transição de um sistema econômico baseado na industrialização por substituição de importações para o neoliberalismo se fez mediante uma lógica excludente de forte estímulo à financeirização; da precarização das relações de trabalho e da qualidade de vida da maioria da população; além do favorecimento à concentração de renda, com a consequente acentuação de disparidades sociais. Um modo de existência do capitalismo que se sustenta pelo fomento da concorrência e do capital humano.

É preciso se isolar para alcançar a prosperidade. Condicionar-se à competição, consigo e com os outros, através do empreendedorismo de si. Anular-se existencialmente para atender a imperativos econômicos.⁸⁴ Os interesses do mercado determinam políticas públicas, planos de governo, decisões judiciais, práticas sociais, relações interpessoais e modos de existência (individual e coletiva).⁸⁵

Uma realidade violentamente marcada por discrepâncias na distribuição de renda e de riqueza, associadas à crescente fragilização de vínculos comunitários, acaba por constituir uma conjuntura de tensões sociais, políticas e econômicas. Crises, conflitos e impasses que evidenciam a forte tensão entre os aspectos conservador e transformador do Estado brasileiro, bem como as restrições e os limites do sistema de acumulação predominante.

As tensões entre seu papel conservador e seu papel transformador ajudam a explicar por que, ao longo da história, o Estado brasileiro é forte “verticalmente”, agindo com firmeza para subjugar as populações nativas, os negros escravizados, os imigrantes pobres, os camponeses e os

⁸⁴ “(...) o neoliberalismo não vem apenas de ‘cima para baixo’ (governos, corporações, e organismos internacionais), mas persiste justamente porque consegue ler e capturar - isto é, expropriar - tramas vitais que operam produzindo valor, inventando recursos onde não há, repondo infraestrutura popular diante do despojo e criando modos de vida que excedem as fronteiras do capital.” (GAGO, 2018, p. 6/7)

⁸⁵ O modo de existência coletiva estruturado em vínculos comunitários - mediante relações horizontais, dialógicas e solidárias - tem sido fortemente minado por interesses de mercado. Um exemplo disso pode ser encontrado através do documentário “Muribeca” (2020), observando-se o abandono e a destruição a que foi submetida a comunidade retratada no filme. A demolição dos prédios é simbólica do ataque direcionado à existência comunitária que venha a se manifestar sob o sistema de acumulação neoliberal. De fato, acreditamos que essa disposição de corpo social e político seja de tal potencial transgressor a provocar fissuras no imenso e egocêntrico bloco de isolamento e competição produzido pela racionalidade neoliberal.

trabalhadores assalariados, e, ao mesmo tempo, fraco “horizontalmente”, tendo pouca capacidade de administrar conflitos entre grupos de elite domésticos ou entre eles e suas contrapartes externas. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 26/27)

A constante incapacidade do Estado brasileiro em lidar com as limitações do sistema de acumulação vigente, sua resistência em implementar mudanças substanciais que prejudiquem os privilégios das classes mais abastadas, são impeditivos à constituição de uma realidade democrática sólida, sustentada em bases de uma cidadania em comum. De modo geral, em sua trajetória política e econômica, o Estado brasileiro não logrou um crescimento duradouro, consubstanciado em bases adequadas de planejamento, infraestrutura e financiamento de longo prazo:

(...) o crescimento brasileiro tendeu a ser improvisado e volátil, em vez de planejado e estável, com restrições (cambiantes) sendo tratadas por meio de políticas mal coordenadas, mudanças da configuração do Estado e sistemas políticos instáveis. Essas características comuns aos SAs brasileiros tenderam a aumentar o custos e a limitar a eficácia da ação estatal, em contraste com exemplos mais bem-sucedidos de acumulação sustentada, por exemplo, no leste e no nordeste da Ásia, na América do Norte ou na Escandinávia. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 28)

A transição brasileira para o neoliberalismo foi estimulada por um suposto esgotamento do sistema de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), e pelo imperativo de fomento à eficiência econômica e de controle da inflação. Apesar de ainda se manter enquanto uma economia dependente, conivente com desigualdades e injustiças sociais, “em contraste com o período da ISI, tornou-se uma economia de *baixo crescimento*, cujo desempenho foi permanentemente limitado pela ameaça de crises cambiais e de balanço de pagamentos”. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 29)

A experiência neoliberal brasileira evidencia a incompatibilidade desse sistema econômico com a superação de antigas estruturas coloniais de expropriação e de exploração das classes marginalizadas e desprivilegiadas, tendo em vista a sua forte rejeição à implementação de políticas essencialmente comprometidas com a conquista e sustentação de justiça social.

Os neoliberais brasileiros historicamente desprezam todas as constituições que, como as de 1946 e 1988, consagram a intervenção do Estado no domínio socioeconômico a título de promover “justiça social”. Elas são consideradas produtos da ignorância e da utopia de “intelectuais”, que não

resolviam os “verdadeiros” problemas do país apontados por empresários e técnicos (Gudin, 1979; Campos, 2018:79). (LYNCH, 2020, p. 30)

A instabilidade política brasileira, aliada à violenta desigualdade social e econômica da nossa contemporaneidade periférica, são expressões das tensões e contradições inerentes a uma realidade constituída entre o neoliberalismo enquanto sistema de acumulação, e a democracia como forma política. Ao mesmo tempo que cria condições favoráveis à concentração de poder e riqueza, as políticas neoliberais tendem a pulverizar a classe trabalhadora, erodindo as suas formas de solidariedade e organização coletiva.

Em uma democracia neoliberal, situação essencialmente contraditória, as instituições do Estado são instrumentalizadas para servir aos interesses do mercado, as políticas sociais fomentam a financeirização - atendendo ao propósito de uma espécie de cidadania por consumo -, o que favorece, pela concentração de renda, poder e riqueza, os privilégios das classes dominantes e conservadoras. “Em uma democracia neoliberal, a participação popular tende a se limitar à escolha entre nuances de neoliberalismo em um ‘mercado político’ esterilizado, policiado por uma grande imprensa plutocrática e normalmente alinhada com a direita radical.” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 245)

Para além das características mais comuns - mercantilização, financeirização, privatizações, desregulação, entre outras - o neoliberalismo se amolda às circunstâncias concretas onde se realiza enquanto modo de existência do capitalismo contemporâneo. Na América Latina, a partir de uma articulação entre governos progressistas, insurgências populares e financeirização da vida constituiu-se um cenário pelo qual a produção de direitos e a inclusão social acontecem por intermédio financeiro. (GAGO, 2018, p. 7)

Esses processos têm forte repercussão nos dias atuais: são fundamentais para entender o que depois se chamou “guinada à direita” na região, e ao modo como se articularam neodesenvolvimentismo e neoextrativismo, relançando a acumulação de capital por meio da inserção subordinada de nossos países no mercado global. (GAGO, 2018, p. 7/8)

Tal mediação financeira articula o endividamento massivo da população, estimulado pelos próprios subsídios estatais oferecidos a título de políticas assistenciais direcionadas para as classes empobrecidas. A bancarização e o acesso desordenado ao crédito a amplas camadas da população com

vulnerabilidades diversas - dentro de uma sociedade pautada pelo estímulo ao consumo imediato e desenfreado de bens e serviços - acaba por configurar um contexto de financeirização de direitos sociais. Uma cidadania por consumo:

Em muitos lugares da região, o consumo de bens não duráveis e baratos - principal destino do crédito - foi o motor do endividamento na última década, promovendo o que chamei de “cidadania por consumo”: uma reformulação dessa instituição, já não ligada à vinculação de direitos ao trabalho assalariado, mas à “inclusão bancária”. As finanças organizam, assim, uma extração de valor diretamente do consumo, sendo a chave de uma forma ampliada de “extrativismo”. (GAGO, 2018, p. 8)

A ascensão do neoliberalismo autoritário pode ser compreendida como resultante de três processos principais: as repercussões advindas da crise financeira de 2007 nas economias, sistemas políticos e instituições de representação; a desintegração das democracias neoliberais; e a apropriação e controle do ressentimento das massas pela extrema direita. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 261)

Submetida ao modo de existência neoliberal, a classe trabalhadora tende a desintegrar-se, uma vez que fragmentada enquanto corpo coletivo e fragilizada enquanto corpo político. Nesse contexto, acaba por ceder às injunções do capital, submetendo-se a condições sociais de trabalho precarizadas e exaustivas. Ao mesmo tempo, uma classe média crescentemente endividada, empobrecida e ressentida socialmente é tensionada pelo declínio de suas condições econômicas, e pela sua consequente inserção em uma série de vulnerabilidades sociais.

A consequente ascensão do autoritarismo neoliberal tem sido assimilada à ascensão do fascismo nas décadas de 1920 e 1930. Apesar de importantes semelhanças, esses processos são fundamentalmente distintos. Em particular, os líderes autoritários na Áustria, nos Estados Unidos, na Hungria, na Índia, na Itália, na Polônia, na Rússia, na Tailândia, na Turquia e em outros países tomaram o poder não por meio de milícias ou de confrontos de rua contra um forte movimento comunista, mas, ao contrário, por meio de ardis apoiados por publicidade cara, tecnologias modernas, agitação planejada e força bruta, visando a impor um programa radicalmente neoliberal justificado por um discurso conservador. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 262/263)

O fascismo não deve ser reduzido a uma experiência histórica restrita, mas compreendido como um fenômeno que se molda às circunstâncias, passível de manifestar-se em contextos diversos, em autoritarismos que se apresentam com características afins aos movimentos totalitários das décadas de 30 e 40 do século XX. Assim é que propomos um conceito analítico de fascismo, de categoria

sociopolítica, para tratar de um fenômeno que se desenvolve no interior da democracia neoliberal.

Alguns traços essenciais podem ser apontados ao que se denomina neofascismo: culto à violência, em sociedade de estrutura militarizada; nacionalismo, em concepção paranóica de estado-nação; liderança excêntrica, que figura acima da lei, e reúne em si uma mistura de ordem e desordem; lógica saudosista, com remissão a um passado mítico, que visibiliza ressentimentos em mobilização coletiva; medo e indiferença como afetos políticos e sociais centrais, em solidariedade frágil, repúdio ao comum e recusa ao reconhecimento de pautas identitárias. (SAFATLE, 2018)

Clara Zetkin, em análise sobre o fascismo (*Como nasce e morre o fascismo*, 2019), considera que este fenômeno advém de crise do capitalismo e do declínio das suas instituições. “O fascismo é sintoma característico de decadência deste período, uma expressão da dissolução da economia capitalista que está em andamento e da decomposição do Estado burguês.”⁸⁶ (ZETKIN, 2019, p. 77)

Crise, por sua vez, que se constitui a partir de uma série de ataques à classe trabalhadora, bem como de prejuízos causados a privilégios de amplas massas pequeno e médio burguesas. Um cenário configurado, então, pelo empobrecimento do proletariado e pela proletarização das camadas pequeno-burguesas, ameaçadas pelo declínio da ordem capitalista. “As contradições de classe são maiores do que todas as ideologias que negam sua existência, e essas contradições encontram expressão apesar do fascismo, aliás, graças ao fascismo e contra ele.” (ZETKIN, 2019, p. 62)

Segundo a reflexão proposta pela autora, o fascismo parte de uma desesperança no potencial revolucionário da classe trabalhadora e do socialismo, se desenvolve a partir de um forte apelo às massas, coloca a constituição de um Estado Nação forte e autoritário como solução para os problemas sociais. O fascismo incita o militarismo e a violência assassina, especialmente com vistas à contenção do proletariado, de toda e qualquer insurgência revolucionária popular. O fascismo é racista, atua pela exclusão e extermínio de populações racializadas, além

⁸⁶ Afirmação extraída de *Resolução sobre o Fascismo* (1923). Esta resolução, de autoria de Clara Zetkin, foi adotada dia 23 de Junho de 1923, pelo Terceiro Plenário Geral do Comitê Executivo da Internacional Comunista. Encontra-se disponível na publicação *Como nasce e morre o fascismo* (2019), bem como no site: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1923/06/23.htm>>. Acesso em 31 de Março de 2023.

da destruição de seus modos de vida. O fascismo se utiliza de apelos demagógicos para conquistar as massas, porém, uma vez conquistado o poder, se contradiz, não correspondendo às promessas feitas.⁸⁷

É evidente que o fascismo tem características diferentes em cada país, devido a circunstâncias específicas. Independente disso, em toda parte possui dois traços essenciais: um programa revolucionário fraudulento, que se liga de forma extremamente esperta com os humores, interesses e necessidades de amplas camadas sociais; e o uso do violento e brutal terror. (ZETKIN, 2019, p. 43/44)

A análise desenvolvida pela autora trata de questões essenciais ao fenômeno do fascismo. Abordando o fascismo numa proposta analítica, e não tão somente histórica, tal como explicamos acima, compreendemos que o repertório oferecido por Clara Zetkin (2019) é de interesse e adequação para o que estamos propondo. Reconhecemos, junto com a pensadora e líder política marxista, o fenômeno do fascismo⁸⁸ enquanto uma decorrência das crises e contradições do capitalismo. Em sua fase contemporânea de expressão neoliberal, em sendo este o sistema de acumulação dominante, o neoliberalismo cria condições propícias para o surgimento de neofascismos, tal como nos evidencia a experiência brasileira.

Neste capítulo, nos propomos a desenvolver este argumento a partir de dois movimentos principais, dedicados a análises de dois aspectos identificados, a partir de nossas pesquisas, como fundamentais para a configuração da experiência neofascista do Brasil contemporâneo. Uma primeira reflexão, voltada para o que chamamos de políticas de morte - conjunto de violências orquestradas mediante práticas de desaparecimento, desumanização e esquecimento. Em seguida, um segundo movimento de análise, dedicado ao circuito afetivo articulado e mobilizado para a constituição de uma realidade social e política neofascista.

⁸⁷ “Há uma contradição flagrante entre o que o fascismo prometeu e aquilo que entregou às massas. Todo discurso sobre como o Estado fascista colocará os interesses da nação acima de tudo, assim que exposta aos ventos da realidade, desfez-se como uma bolha de sabão. A ‘nação’ se revelou como sendo a burguesia; o Estado fascista ideal revelou-se como sendo, em sua vulgaridade e falta de escrúpulos, o Estado de classe da burguesia.” (ZETKIN, 2019, p. 60)

⁸⁸ Ou fascismos, já que diverso em circunstâncias diversas.

3.1 Gestão da morte como arte de governo – Políticas de desaparecimento, desumanização e esquecimento

“(...) E eu venho nesse caminho de entender o capitalismo pela carne...”

Paulo Galo, 2021.⁸⁹

Os sistemas autoritários se alimentam da violência que fomentam no cotidiano. Suas insinuações se perfazem em incentivos às rivalidades, às polarizações e aos conflitos, mediante posicionamentos extremistas que acentuam a instabilidade das instituições e fragilizam o sistema democrático.

Violência de contornos complexos, que transpõe o controle dos corpos em extermínio necropolítico, em dominação que se expressa no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Assim, “experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade” (MBEMBE, 2018).

(...) as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. (...) em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. (MBEMBE, 2018)

Há um nexo entre as violências coloniais e as brutalidades atuais nas áreas periféricas do capitalismo. O exame dessas realidades periféricas evidencia o exercício do poder em dispositivos que incidem sobre a vida, mas também sobre a morte. A prática sistemática da execução sumária, da tortura e do desaparecimento nas regiões violentadas pela colonização revela que, nesses territórios, governar é, também, gerir mortos e tratar setores da população como mortos potenciais. (CENTELHA, 2019, p. 38/39)

Do latifúndio escravagista saltamos para 2017, ano que contabiliza 65.602 homicídios no Brasil, sendo que 75,5% das vítimas são negras, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No ano de 2018, ao

⁸⁹ Afirmação feita por Galo, liderança do movimento dos Entregadores Antifascistas, em 29 de Setembro de 2021, por ocasião da mesa temática “#FAIL Neoliberal”, em evento promovido pela UFRJ - “#FAIL / Tecnologia e Política: pensar e fazer mundos a partir de suas falhas e ruínas”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2Y-4eacMFwE>>. Acesso em 13 de março de 2023.

menos 6.160 assassinatos foram cometidos pela polícia – um aumento de 18% relativamente ao ano anterior. Em maio de 2019, 38,3% dos assassinatos registrados no Rio de Janeiro foram executados por policiais. Novamente, é preciso insistir que uma violência nessa escala e com aspectos tão recorrentes não pode ser entendida como arbitrária ou acidental. Trata-se, antes, de uma política estrutural da morte, em que polícias e grupos paramilitares assumem o lugar dos capitães do mato contra setores da população, objeto de fobia social por amplas parcelas das classes média e alta. (CENTELHA, 2019, p. 41/42)

Quanto ao tema, Vladimir Safatle (2020) reconhece um novo estágio nos modelos de gestão imanentes ao neoliberalismo, em sua face mais cruel. Para o autor, além da figura do necroestado nacional, gestor da morte e do desaparecimento, há um estado que é ator contínuo de sua própria catástrofe, cultivador de sua própria explosão, um estado suicidário. A atual violência neofascista é realização de um processo histórico de sangue, de silêncio e de esquecimento. História de corpos invisíveis e de Capital sem limites, na qual não há insanos, mas, pelo contrário, uma lógica clara e implacável.

A relação entre brutalidade política e neoliberalismo econômico, explicitada inicialmente através da ditadura chilena, passou a ser uma tendência generalizada do capitalismo contemporâneo. Ao modo de existir neoliberal, a liberdade se reduz à livre disposição da propriedade e à observância das exigências impostas pelo sistema de acumulação. Por caminhos neoliberais, a liberdade se limita à liberdade de empreender, restrita a uma parcela e não acessível a toda a população. (CENTELHA, 2019, p.19-21)

Tal liberdade, paradoxalmente, tem forte cunho impositivo, já que se dá mediante a naturalização da exploração, o controle do desejo, o esvaziamento de anseios e inquietações políticas, o sacrifício existencial.

No cálculo da ordem social almejada pelos estadistas neoliberais, é a pressão produzida pelos trabalhadores em direção à regulação da atividade econômica que produz o verdadeiro risco à liberdade e que, portanto, deve ser eliminada. Só uma sociedade despolitizada, radicalmente incapacitada de intervir nas dinâmicas concentracionistas do mercado, insensível às pressões de regulação vindas de sindicatos, associações populares, ativistas, sem-terra e sem-teto, poderia realizar essa “liberdade”. (CENTELHA, 2019, p. 22)

No mesmo sentido, os movimentos fascistas têm forte cunho reacionário às insurgências populares mobilizadas pelas classes vulnerabilizadas e empobrecidas. Associando-se aos interesses das classes hegemônicas e privilegiadas, temem o controle dos meios de produção pela classe trabalhadora, a superação da

exploração pela justiça social, o domínio democrático do povo trabalhador. Clara Zetkin (2019, p. 46-48) enfatiza esse traço essencial do fascismo ao tratar do terrorismo por ele mobilizado. Segundo a autora, o ataque às organizações do proletariado, seja urbano seja rural, foi um traço fundamental e precípua do modo de sustentação e expansão do terror fascista, com atuação direcionada e sangrenta:

Na primavera de 1921, os fascistas empreenderam sua primeira “expedição punitiva”. Eles atacaram o proletariado rural, que teve as sedes de suas organizações destruídas e incendiadas, assim como seus líderes assassinados. Somente mais tarde o terror fascista estendeu-se para o proletariado das grandes cidades. A promotoria e o Ministério Público deixaram que isso ocorresse sem qualquer preocupação em termos de legalidade e justiça. A burguesia, fosse industrial ou agrária, patrocinou abertamente o terrorismo fascista, apoiando-o com dinheiro e de outras maneiras. (ZETKIN, 2019, p. 48)

Violência de Estado. Defesa de uma estranha “liberdade” que se associa a assassinatos, tortura, censura, terrorismo e ocultação de cadáveres. A história do neoliberalismo em nosso continente evidencia - por caminhos de horror e morte - que o paraíso neoliberal se perfaz mediante um Estado forte, mínimo para o povo, ausente para a garantia de direitos sociais, e máximo para a sustentação do cenário mais favorável a uma oligarquia financeira.⁹⁰

Em entrevista ao jornal chileno *El Mercurio*, em 12 de abril de 1981, Friedrich Hayek sustenta a possibilidade de um regime ditatorial se desenvolver em contexto neoliberal, tendo em vista o favorecimento dos interesses de mercado, a liberdade de empreender. Deixa, então, evidente a sua compreensão de liberdade, uma liberdade para o mercado, em prol da livre concorrência, de uma suposta meritocracia, a qual pode se opor, inclusive, ao regime político democrático:

Eu diria que, enquanto instituição de longo termo, sou totalmente contra ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes, é necessário que um país tenha, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como vocês sabem, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo.⁹¹

⁹⁰ Nesse sentido é o argumento desenvolvido pelo professor Wladimir Safatle no artigo “A ditadura do sr. Guedes”, publicado no jornal *El País*, em 05 de Dezembro de 2019. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opinion/2019-12-05/a-ditadura-do-sr-guedes.html>>. Acesso em 06 de Abril de 2023.

⁹¹ Referência encontrada tanto em CENTELHA (2019, p. 22/23), quanto no texto de Safatle (2019), “A ditadura do sr. Guedes”. Neste último, também encontramos uma afirmação de Sérgio de Souza, ministro da economia de Pinochet, que bastante evidencia a concepção de liberdade a respeito da qual estamos argumentando. Ao ser questionado sobre o que sentiu ao ver o Palácio La Moneda ser

As contradições de classe e o circuito de violências perpetradas contra setores marginalizados da população não são acidentais ao capitalismo, mas elementos constitutivos dessa racionalidade política. Por esse contexto de dominação, a exploração da força de trabalho se associa a estruturas de opressão como a desigualdade, o racismo e a violência de gênero, para então conformar uma dinâmica de controle das massas pela insegurança, competitividade e conformismo. (CENTELHA, 2019, p. 24/25)⁹²

ge.no.cí.di.o

substantivo masculino

1. Extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso.
2. [Por extensão] Destruição de populações ou povos.
3. Aniquilamento de grupos humanos, o qual, sem chegar ao assassinio em massa, inclui outras formas de extermínio, como a prevenção de nascimentos, o sequestro sistemático de crianças dentro de um determinado grupo étnico, a submissão a condições insuportáveis de vida etc.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

No desenvolvimento dessa lógica, em contexto pandêmico, apresentam-se ideologias de um neoviralismo – transcrição a nível sanitário do neoliberalismo econômico e social – que insistem em apontar o confinamento como um erro e a explicar que deixando mão livre ao vírus e à crescente imunidade, há um menor custo econômico aliado a uma leve aceleração das mortes previsíveis antes da pandemia. Neoviralismo que nasce do ódio e que conduz ao ódio. Vinga-se da solidariedade e das demandas sociais que se manifestam de novas maneiras; alimenta-se do niilismo e da barbárie com que são mascaradas supostas liberdades (NANCY, 2020).

bombardeado por aviões militares até a morte do então presidente Salvador Allende, Sérgio de Souza responde: “uma alegria imensa. Eu sabia que era isto que devia ser feito.”

⁹² “O autoritarismo, portanto, não é um acidente do capitalismo e não é a antítese da democracia burguesa. Ele é parte constitutiva desse modo de gestão de populações. Afinal, foi no esteio da *belle époque* das grandes potências ocidentais que se consumou o holocausto dos povos coloniais, primeiro laboratório do caos.” (CENTELHA, 2019, p. 25)

O conjunto das crises em que estamos envolvidos – do qual a pandemia do Covid-19 é só um efeito menor em relação a tantos outros – deriva da ilimitada extensão do uso livre de todas as forças disponíveis, naturais e humanas, em vista de uma produção que só tem como finalidade ela mesma e a própria potência. O vírus vem nos recordar que existem esses limites. Mas os neovirialistas são demasiado surdos para escutá-los: percebem somente o rumor dos motores e a tagarelice das redes. Tão arrogantes, tão superiores e incapazes daquele mínimo de modéstia que se impõe quando a realidade recalitra e se mostra na sua própria complexidade. (NANCY, 2020)

Paul B. Preciado (2020), com base em prisma oferecido por Michel Foucault, Roberto Espósito e Emily Martin, propõe uma hipótese interessante acerca do tema: “fale-me como a sua comunidade constrói a própria soberania política e lhe direi quais formas tomarão as suas epidemias e como você as enfrentará”. Desse modo,

(...) o vírus atua à nossa imagem e semelhança, e não faz mais do que replicar, materializar, intensificar e estender à toda a população as formas dominantes da gestão biopolítica e necropolítica que já estavam trabalhando sobre o território nacional e seus limites. Daí que cada sociedade possa ser definida pela epidemia que a ameaça e pelo modo de organizar-se frente a ela. (PRECIADO, 2020)

Em contexto periférico, a pandemia de Covid-19 dolorosamente potencializou as discrepâncias estruturais que conformam a realidade social brasileira; a gestão da morte enquanto política mobilizada para o controle e extermínio de determinados setores da população; a desumanização e a destruição enquanto práticas assumidas por um desgoverno no âmbito federal, então em exercício, direcionado para a perpetuação da crise.

Uma série de fatos podem ser elencados enquanto evidências das políticas de morte assumidas pelo governo Bolsonaro diante da emergência e propagação da pandemia de coronavírus. A atuação, ou omissão, do então governo federal contribuiu diretamente para que a contaminação pelo vírus adquirisse proporções devastadoras. As medidas então adotadas não contemplaram meios de compensação adequados para lidar com os impactos desproporcionais da doença sobre as populações mais vulnerabilizadas:

Um bom exemplo da ausência do enfoque de direitos na resposta à pandemia foi a implementação tardia de um programa de auxílio emergencial com numerosas disfunções, sua suspensão por três meses no auge da pandemia e a redução injustificada de seu montante. Vale ressaltar ainda que, não fosse a atuação firme do Congresso Nacional para a aprovação do auxílio emergencial e a intensa pressão da oposição, de

entidades sociais e da opinião pública, o benefício poderia ter sido ainda mais irrisório. (BREDA, 2021, p. 22)

Mais do que uma atuação incompetente, descomprometida com as políticas sociais e indiferente às pautas de direitos humanos, é possível constatar a implementação de uma estratégia política de disseminação do vírus, promovida pelo governo federal de então, sob o comando da Presidência da República:

A partir de abril de 2020, o governo federal passou a promover, como meio de resposta à pandemia, a imunidade coletiva (também dita “de rebanho”) por contágio. Ou seja, optou por favorecer a livre circulação do novo coronavírus, sob o pretexto de que a infecção naturalmente induziria à imunidade dos indivíduos e de que a redução da atividade econômica causaria prejuízo maior do que as mortes e sequelas causadas pela doença. (BREDA, 2021, p. 23)

O incentivo ao contágio, somado ao desrespeito contumaz de medidas sanitárias básicas - como o uso de máscaras e o distanciamento social - configuraram um cenário perverso conformado entre o fomento do caos e a banalização do sofrimento e da morte. A existência de uma estratégia deliberada pelo desgoverno bolsonarista em favor da propagação do coronavírus é evidenciada por pesquisa desenvolvida pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (Cepedisa) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).⁹³ Com base em dados coletados até 27/05/2021, a referida pesquisa sistematiza em três eixos principais os atos institucionais de disseminação da Covid-19:

- I. Os atos de governo relativos a ações de obstrução de medidas de contenção da doença (adotadas sobretudo por governos estaduais e municipais); a omissões referentes à gestão da pandemia no âmbito federal; além de outros elementos que possibilitam compreender e contextualizar atos e omissões governamentais.⁹⁴
- II. Os atos normativos da União, incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais, bem como vetos presidenciais. Aqui se incluem os decretos que definem como “atividades essenciais” práticas com alto potencial de disseminação da doença, como cultos religiosos,

⁹³ O estudo mencionado encontra-se publicado através do livro *Bolsonaro genocida* (2021).

⁹⁴ “Tais atos de gestão e omissões propositais incluem o atraso sistemático no repasse de recursos, a tentativa de confisco de insumos de saúde adquiridos por estados e municípios e o atraso proposital no encaminhamento da vacinação, com o cancelamento da compra de vacinas produzidas pelo Instituto Butantan e a recusa de oferta de vacinas pela indústria farmacêutica.” (BREDA, 2021, p. 23)

academias de ginástica e salões de beleza. Também se abrange os vetos às leis de importância fundamental para a contenção da propagação do coronavírus, tais como as concernentes ao uso obrigatório de máscara bem como à proteção das comunidades indígenas.

- III. A propaganda contra a saúde pública. Contemplando aqui os discursos políticos, bem como a difusão de notícias falsas e de informações técnicas sem comprovação científica.⁹⁵

Violências contínuas a biomas e ecossistemas - com o ataque sistemático a povos, comunidades e modos de vida - em perversa e caótica devastação ambiental foram constantes no cenário neofascista constituído pelas políticas bolsonaristas. Por esse contexto, também é possível discernir a incitação ao genocídio, além da prática de crimes contra a humanidade cometidos mediante intensa e massiva destruição ambiental (ecocídio).

Extermínio, transferência forçada de pessoas, perseguição, além de outros atos inumanos que afetam gravemente a integridade física ou mental são violências perpetradas no contexto fascista brasileiro e que enquadram as tragédias que acometeram os povos indígenas enquanto crimes contra a humanidade.⁹⁶

A degradação ambiental não caminha sozinha: ataques de grupos armados, projetos de infraestrutura estatais e privados, mineração ilegal e expansão do agronegócio sobre florestas e terras demarcadas são fatos que têm forçado as comunidades a sair de suas terras tradicionais ou a vivenciar situação de precariedade, traduzida em fome, assassinatos, violência e confinamento em reservas. É esse contexto que leva muitas comunidades a deslocamentos forçados que comprometem o próprio senso de identidade étnico-comunitário. (BREDA, 2021, p. 25)

⁹⁵ “Em 31/03/21, a *Agência Pública* trouxe a informação de que o governo federal investiu recursos públicos no pagamento de influenciadores digitais que difundem tratamentos de comprovada ineficácia para a covid-19.” (BREDA, 2021, p. 25) Notícia também disponível em: <<https://apublica.org/2021/03/influenciadores-digitais-receberam-r-23-mil-do-governo-bolsonaro-para-propagandear-atendimento-precoce-contr-covid-19/>> Acesso em 09 de Abril de 2023.

⁹⁶ Inclusive, para as(os) mais legalistas, dentro do que prevê o Estatuto de Roma, norma ratificada pelo Estado brasileiro. Nesse sentido: “O Estado brasileiro não possui, em sua legislação, a tipificação do crime contra a humanidade. Entretanto, ratificou o Estatuto de Roma, promulgado posteriormente pelo Decreto n° 4.388, de 25 de setembro de 2002. Significa afirmar que referida norma internacional constitui fonte de direitos e obrigações na ordem jurídica interna, uma vez que a própria Constituição da República estabelece sua ‘cláusula de abertura’ em seu §2º, artigo 5º, que expressamente reconhece como fonte de direitos fundamentais também os tratados internacionais aos quais o Brasil tenha aderido. Ademais, pela EC 45 foi introduzido, no art. 5º da CF, o parágrafo 4º, que estabelece que o país se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional.” Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/exterminio-do-povo-yanomami-e-repercussoes-no-direito-penal-internacional/>>. Acesso em 09 de Abril de 2023.

A destruição de outros modos de vida mostrou-se um objetivo central do contexto neofascista configurado pelas políticas de desgoverno bolsonaristas. O desprezo pela vida associou-se à deliberada indiferença pela preservação das diversas maneiras de existir perpetuadas por comunidades indígenas e tradicionais. Um arcaico discurso desenvolvimentista - sustentado por intenções vinculadas a projetos de infraestrutura, mineração, atividade madeireira e agronegócio - foi então mobilizado para transformar em política de governo o ataque sistemático às populações indígenas e às terras por elas ocupadas.

“Uma solidariedade profunda não pode ser suportada pelo fascismo.” (CENTELHA, 2019, p. 61) Um fascismo de mercado que se manifesta mediante uma violência avassaladora contra os modos de vida não integrados no sistema de acumulação neoliberal, alheios à racionalidade da exploração dos indivíduos e da expropriação dos recursos naturais à exaustão.

Para quem acha que “autonomia” é ser o legislador de si mesmo, é “gerir” a si mesmo ou aquilo que, no final, acabará por se acomodar aos limites do campo de nossa atuação, tudo o que não se submete às formas do “si mesmo”, tudo o que guarda uma heteronomia radical será visto apenas como o que merece sentir as rodas do trator e da colheitadeira sobre suas costas. Quebrar a solidariedade entre razão e dominação é algo mais difícil do que parece. (CENTELHA, 2019, p. 76/77)

Em sendo uma fissura, uma realidade existencial outra (e tão diversa) da sustentada pelo modelo do acúmulo de riquezas, do consumo desenfreado e da descartabilidade das coisas - pelo fomento da competição e do capital humano -, a natureza e as comunidades indígenas acabaram por constituir ameaça perigosa, privilegiado alvo a ser destruído.

“Uma vez que cometemos a grande violência da conquista, creio que não devemos recuar diante das violências secundárias que são absolutamente necessárias para consolidá-la.”

Tocqueville, 1846.⁹⁷

Quando interesses econômicos e de dominação política são maiores que a sensibilidade ao outro, à humanidade que nos vincula enquanto seres naturais, as brutalidades se tornam manifestas e são, não poucas vezes, legitimadas a título de políticas de estado, necessárias para a consolidação de conquistas coloniais ou neocoloniais, para o bom funcionamento da economia.

A morte também tem uma história. Ela já foi o fim de todo jogo, já foi algo sagrado e intocável, o preâmbulo da redenção, o interdito, o motor das guerras e das conquistas, uma arma poderosa de ameaça e de subjugação. A partir de algum momento nessa história, a morte tomou a vida como refém, como escrevia Georges Bataille, e a transformou em mera *sobrevida*. Ou seja, passou a importar apenas que haja sobrevida. Assim, a premissa é a de que, basta uma persistência, basta uma sobrevivência. A morte é um objeto de adiamento que jamais se confunde com um completo exorcismo - ela se torna o espectro de todos os espectros e configura a ordem política na forma da soberania de um corpo político, que adia a morte de quem a ele pertence. Tal presença política da morte faz com que a sua história se torne o motor de qualquer história. Ou antes, que toda história se torne uma versão da história da morte. (BENSUSAN, 2020)

A barbárie decorrente das políticas de morte concretiza uma recusa violenta à coexistência, à partilha da vida em comunidade, pelo compartilhar dons e receber dádivas.⁹⁸

Compreender o corpo enquanto uma experiência é também reconhecer que esta, embora constituída por elementos comuns, pode acontecer diversa pelos diferentes corpos. Signos distintos, significados outros.⁹⁹

⁹⁷ Carta a C.L.L.J. de Lamoricière, 5 de abril de 1846. Referência encontrada em LOSURDO (2006, p. 276).

⁹⁸ “A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar umas das outras. O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, da forma apropriada. Sem essa doação, a comunidade morre. E sem a comunidade, o indivíduo fica sem um espaço para contribuir. A comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e recebem as dádivas dos outros.” (SOMÉ, 2007, p. 29)

⁹⁹ O corpo, esconderijo da vida. Um signo habitado por sua significação: “Na doente da qual falávamos, o movimento para o futuro, para o presente vivo ou para o passado, o poder de aprender, de amadurecer, de entrar em comunicação com outros como que se travaram em um sintoma corporal, a existência amarrou-se, o corpo tornou-se ‘o esconderijo da vida’. (...) E dessa maneira que o corpo exprime a existência total, não que ele seja seu acompanhamento exterior, mas porque a existência se realiza nele. Esse sentido encarnado é o fenômeno central do qual corpo e espírito, signo e significação são momentos abstratos.” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 227, 229)

Os corpos submetidos ao processo de racialização acabam por ser alvo privilegiado da barbárie neofascista. Repercussão de uma violenta herança colonial, imposição que macula e traumatiza¹⁰⁰. Uma ferida aberta, que nunca foi tratada. Que dói, infecta e, por vezes, sangra. (KILOMBA, 2019)¹⁰¹

Corpos que correspondem à maioria dos subnotificados no contexto da Covid-19. Mortes não contabilizadas pelo sistema de saúde brasileiro, cuja causa esteve associada aos efeitos da pandemia. Os desaparecidos políticos do nosso tempo.¹⁰²

O conceito de desaparecimento é um critério de inteligibilidade da política governamental latino-americana. Tomando o contexto brasileiro como exemplo, é impossível estabelecer uma análise minimamente crítica sobre questões de governamentalidade sem analisar a presença oculta, porém constante, não apenas dos extermínios, mas das valas comuns como zonas de desaparecimento de vestígios. (BARBOSA, 2020)

O trauma vinculado ao fascismo de mercado - experienciado, pelas periferias do mundo, em associação à violência neocolonial - se constitui através da desumanização de determinados corpos ou, pela análise de Hortense Spillers, pela distinção entre “corpo” e “carne”¹⁰³:

Mesmo que a carne/corpo cativa tenha sido 'libertada', e ninguém precisa fingir que as aspas não importam, a atividade simbólica dominante, a episteme dominante que libera a dinâmica de nomeação e valoração, permanece fundamentada nas metáforas originárias de cativo e mutilação, como se nem o tempo nem a história, nem a historiografia e seus tópicos, mostrassem movimento, tendo em vista que o sujeito humano é

¹⁰⁰ “Podemos muito bem nos perguntar se esse fenômeno da marcação com ferro quente efetivamente ‘se transferiu’ de uma geração para outra, encontrando seus diversos substitutos simbólicos em uma eficácia de significados que repetem os momentos iniciáticos?” (SPILLERS in SILVA, 2016, p. 407)

¹⁰¹ “Vejo muito a história colonial como um fantasma que vem e nos assombra, e assombra-nos porque não foi tratado de forma digna. As coisas não foram chamadas pelos seus próprios nomes, não houve um funeral digno, não há um nome que apareça nos livros no lugar certo. A história é mal contada, é contada ao contrário, e os personagens não têm um nome, uma data, um espaço. E por nunca ter sido tratada, a ferida colonial dói sempre, por vezes infeta, e outras vezes sangra. E quando sangra, nós ficamos aflitos e não sabemos porquê.” (KILOMBA, 2019)

¹⁰² “O desaparecimento enquanto técnica governamental expõe uma desterritorialização da gestão biopolítica de populações. (...) A multiplicidade das novas modalidades do poder nas sociedades do desaparecimento expressa-se em diversos e singulares dispositivos, com caracteres e intensidades variáveis. Exemplos disso vão desde a exclusão de dados sobre as mortes causadas por Covid-19 no sistema público de saúde brasileiro (as ditas *subnotificações*) até a reativação dos cemitérios periféricos como dispositivos de vala comum e a ocultação política de genocídios no contexto da pandemia.” (BARBOSA, 2020)

¹⁰³ “Muito mais do que uma violação física do escravizado, aquilo era um ordenamento teórico sobre quem poderia ser considerado humano e quem não. Em suma: enquanto o captor, cuja existência daria sentido ao entendimento do que era um sujeito 'livre', teria um 'corpo', os escravos, o 'grau zero de conceituação social', seriam transformados em 'carne'.” (PEREIRA, 2021, p. 491)

'assassinado' repetidamente pelas paixões de um arcaísmo sem sangue e anônimo, mostrando-se em disfarces sem fim. (SPILLERS, 1987, p. 68)¹⁰⁴

O impacto de ser colocada(o) do lado de fora das humanidades é algo que resiste ao tempo, que insiste em negá-lo, ou que está fora dele:

O evento racial é necessariamente sem tempo devido ao modo como a diferença racial reconfigura o colonial ao compreender o nativo e o escravo, como ferramenta científica biológica que imprime seus traços mentais (morais e intelectuais) fora da história. Tradicionalmente, a reação crítica do pensamento racial (através de uma abordagem sócio-histórica) a esse efeito do elemento racial tem sido apresentar questões raciais em termos de conexões entre os “tempos de outrora” e o “agora mesmo” (ou entre o “lá longe” e o “aqui mesmo”). Mas isso não funciona: saber que os comerciantes de Liverpool lucravam com o tráfico negreiro, o que permitiu o surgimento do sistema bancário moderno na Inglaterra do século 17, não expõe como o elemento racial vincula esses lucros ou as insurreições negras na Liverpool de hoje; isto é, como a exclusão econômica e a polícia que a perpetua fazem parte da mesma composição que é o Capital Global. Para que isso possa ser pensável, precisamos ser capazes de imaginar o que acontece sem o tempo. (SILVA, 2016, p. 410)

O mundo, tal como constituído pelo fascismo de mercado neocolonial, infunde desencontro. Desconforto pela imposição angustiante de ser “outro”. Recusa à coexistência. Extermínio da vida. Violência que articula medo e indiferença, ódio e sofrimento existencial. Sua tendência parece ser a do aniquilamento. Sejam os-lhe, então, a vida que resiste.¹⁰⁵

¹⁰⁴ “Even though the captive flesh/body has been ‘liberated’, and no one need pretend that even the quotation marks do not *matter*, dominant symbolic activity, the ruling episteme that releases the dynamics of naming and valuation, remains grounded in the originating metaphors of captivity and mutilation so that it is as if neither time nor history, nor historiography and its topics, shows movement, as the human subject is ‘murdered’ over and over again by the passions of a bloodless and anonymous archaism, showing itself in endless disguise.”

¹⁰⁵ “Segunda Nota. Àquelas de nós cuja existência social é matizada pelo terror; àquelas de nós para quem a paz nunca foi uma opção; àquelas de nós que fomos feitas entre apocalipses, filhas do fim do mundo, herdeiras malditas de uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas de nós cujas dores confluem como rios a esconder-se na terra; àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e que nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele.” (MOMBAÇA, 2017, p. 20)

3.2 Entre a micropolítica de afetos tristes e a macropolítica de um novo fascismo

“A violência é estéril. Nada cria. É força desordenada, destruidora. Fere ao acaso e gera a violência. Estéril? – Não! É a mãe do Ódio.”

Maria Lacerda de Moura. *Fascismo - Filho Dileto da Igreja e do Capital*, 1934 (2012).

Entre sintomas mórbidos políticos, os corpos (individual e coletivo) se mobilizam para a superação dos destroços de um desgoverno genocida em plena governamentalidade neoliberal. Imperativos de mercado no governo de si e dos outros. Alta produtividade, sobrecarga moral, exaustão emocional e física da(o) empresária(o) de si. Uma rotina desgastante - imersa numa dinâmica de políticas sociais frágeis pelo crescente desamparo estatal - impõe ao indivíduo - sozinho, isolado, subalternizado, sem privilégios de classe - a necessidade de lidar com constantes frustrações e dificuldades, traumas e feridas, adquiridas sacrificialmente através do neoliberalismo de cada dia.

A concorrência e o capital humano, elementos fundamentais da racionalidade política neoliberal, acabam por configurar uma realidade sociopolítica caracterizada por sintomas mórbidos, como medo, culpa, raiva, indiferença. Toda essa conjuntura parece constituir um tecido social e político de ressentimento individual e coletivo, que perpassa o sujeito em suas dimensões intra e inter-relacionais.

Wendy Brown (2019, p.), em sua análise acerca da raiva instrumentalizada que contribuiu para a ascensão da extrema direita no Ocidente, identifica que “o neoliberalismo intensificou o niilismo, o fatalismo e o ressentimento rancoroso presentes na cultura moderna tardia.” A autora reconhece, porém, que o neoliberalismo não atuou sozinho. Há “uma convergência entre o antiestatismo neoliberal e os movimentos contra a justiça social, que se fundem com o destronamento da branquitude e da masculinidade nos últimos quarenta anos.” (BROWN, 2021)

Assim, na argumentação desenvolvida por Brown - a partir, especialmente, da análise do contexto sociopolítico dos Estados Unidos - a ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas se vincula à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, fomentada

pelos contínuos assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade. (BROWN, 2019, p. 17)

O ressentimento, o rancor, a raiva, a reação à humilhação e ao sofrimento - certamente todos estão em jogo hoje no populismo e no apoio da direita à liderança autoritária. No entanto, essa política do ressentimento emerge nos indivíduos que historicamente dominaram quando sentem tal dominação em declínio - na medida em que especialmente a branquitude, mas também a masculinidade, fornece uma proteção limitada contra os deslocamentos e perdas que quarenta anos de neoliberalismo produziram nas classes trabalhadoras e médias. (BROWN, 2019, p. 215)

O ressentimento, então, é teorizado por Brown enquanto sintoma político de nossa era que traduz um sofrimento experimentado por vitimização errônea. Este sintoma, porém, não é o mesmo que foi pensado por Nietzsche, isto é, enraizado nas vicissitudes psíquicas da fraqueza. Ele emerge da perda de poder, do destronamento, da arrogância perdida.

Embora ligadas pela humilhação, as frustrações da fraqueza (existenciais ou históricas) e do poder lesado são completamente distintas, o que fica óbvio nas respostas radicalmente diferentes dadas pela classe trabalhadora branca e pela classe trabalhadora negra aos deslocamentos e rebaixamentos causados pelos efeitos econômicos neoliberais. Apenas aquela é lesada por seu destronamento. (BROWN, 2019, p. 215)

O neoliberalismo de cada dia, amoldando situações da vida cotidiana aos interesses de mercado, contribui para a acentuação de desigualdades e estratificações sociais. A expansão das privatizações acaba por implicar também o aprofundamento das discriminações sociais por renda. A diferença de acesso a bens e serviços em virtude da renda não é algo novo, porém “a privatização e a legitimação da desigualdade neoliberais as tornam mais intensas, mais disseminadas e mais profundamente encravadas na vida cotidiana do que em qualquer momento desde o feudalismo.” (BROWN, 2019, p. 216)

O neoliberalismo é, portanto, uma racionalidade que atua mediante a articulação e a mobilização de afetos políticos. Em regime neoliberal, não há espaço para a vida em comunidade, para o desenvolvimento de vínculos profundos de solidariedade coletiva. O comum é prejudicado em prol de indivíduos e famílias. “A estratégia neoliberal não é ‘econômica’ sem ser ao mesmo tempo subjetiva (‘as ciências econômicas são o método, o objetivo é mudar o coração e a mente’, dizia Margaret Thatcher)”. (LAZZARATO, 2019, p. 31)

Em contexto brasileiro, é possível observar que as reformas empreendidas pelos governos do PT no sentido de um “desenvolvimentismo social” acabaram por constituir uma governança financeirizada que veio a culminar - a partir de uma sequência de derrocada política iniciada com a crise do sistema financeiro de 2008 - com a ruptura da governamentalidade pela utilização das instituições democráticas em favor de um projeto autoritário por uma extrema direita neofascista.

A redistribuição da riqueza mediante a financeirização de políticas sociais favoreceu a um expansivo acesso ao crédito e a uma crescente privatização de serviços. O incentivo ao consumo - em um mundo neoliberal pelo qual os imperativos de autorealização muito se fundamentam na aquisição de bens, no acúmulo de riquezas - culminou com a formação de uma expressiva massa de endividadas(os). São as(os) governadas(os) pela dívida. Reféns do sistema financeiro.

Os brasileiros mais pobres e uma parte dos assalariados integram assim a categoria do “ser humano endividado”. A estratégia de crescimento adotada pelo PT conduziu a um endividamento rápido que os tornou vulneráveis e dependentes das instituições bancárias e financeiras. Em 2014, 28,8% da renda das famílias servia para reembolsar ao setor financeiro as dívidas do consumo. (LAZZARATO, 2019, p. 33)

Essa prática, aliada à ausência de um projeto de acolhimento e mobilização das massas a partir de uma educação crítica, emancipatória, libertadora, favoreceu a uma espécie de alienação política de expressivos setores da população.¹⁰⁶ Clara Zetkin (2019) ao delinear caminhos para se combater os apelos do fascismo sinaliza algo importante quanto a isso:

Em minha opinião, é de extrema importância que nós impulsionemos resoluta e consistentemente a luta política e ideológica pelos corações das pessoas destas camadas, incluindo a *intelligentsia* burguesa. Precisamos entender que, incontestavelmente, essas massas em número crescente estão buscando uma rota de fuga desta época de agonia e sofrimento. Isso envolve muito mais do que alimentar-lhes o estômago. Elas estão ansiosas por ideais novos e inabaláveis e uma visão de mundo que permita entender a natureza, a sociedade e sua própria vida; uma visão de mundo que não

¹⁰⁶ Paulo Freire (1986) parece bem compreender isso, ao propor uma concepção de *empowerment* vinculada a um sentimento social, capaz de mobilizar uma prática transformadora da sociedade. O autor desenvolve o conceito de empoderamento de classe social, contraposto à ideia de libertação como um processo individual. Segundo ele, a libertação é um ato social (FREIRE, 1986), e não isolado, egocêntrico. O *empowerment* se faz mediante um processo de ação coletiva, pela interação entre indivíduos, de modo a envolver um desequilíbrio nas relações de poder na sociedade (BAQUERO, 2012). O conceito freireano de empoderamento contempla uma relação necessária entre as dimensões individual e coletiva, para que a proposição de *empowerment* não seja ilusória, mas, em contemplando a transformação da realidade social, de fato, libertadora.

seja uma fórmula infértil, mas que funcione de maneira criativa e construtiva. (ZETKIN, 2019, p. 69/70)

Com frágil consciência política de classe, trabalhadoras(es) passaram a acumular bens e a se isolar pelas infindáveis necessidades de consumo e de aquisição de mais crédito, egocentradas pelos imperativos neoliberais. Nesse sentido, Lena Lavinas afirma a experiência do PT enquanto “o socialismo do cartão de crédito”:

Uma vez no poder, o Partido dos Trabalhadores estimou que era possível refundar a nação criando novas identidades sociais, não fundadas em laços de pertencimento coletivo ou de solidariedade comunitária, mas sim no acesso ao crédito, a uma conta bancária pessoal ou a um cartão de crédito. (LAVINAS in LAZZARATO, 2019, p. 34)¹⁰⁷

O neoliberalismo foi cultivado pelos governos petistas e acabou por conduzi-los - aliado a outros fatores - à própria derrocada. As políticas de incentivo à financeirização da vida acolhidas pelo PT configuraram um cenário propício para a mobilização das massas de pobres e assalariadas(os) pelos discursos demagógicos e oportunistas de uma extrema direita autoritária, associada a uma grande mídia alienante e a pretensos operadores do direito, afeitos à mobilização do instrumental jurídico com finalidades políticas.

O golpe de *lawfare* iniciado em 2016, que leva ao derrube da presidenta eleita Dilma Rousseff, e que teve sequência com a prisão do ex-presidente Lula, são talvez os dois maiores fatos políticos dos últimos tempos no tocante ao avanço do Estado de exceção sobre a democracia no Brasil contemporâneo. Seu *modus operandi* se realiza a partir do uso sub-reptício da norma constitucional (forma) contra a própria ordem constitucional (conteúdo), com o intuito de estabelecer esse autoritarismo do Estado de direito que se prolonga até o governo Bolsonaro. (ARAÚJO, 2020, p. 225)

A redução das expectativas de realização pessoal a imperativos de mercado; a limitação do que se almeja a um horizonte financeiro, sujeito às oscilações econômicas (sobretudo na periferia do mundo, em um país de tantas e constantes crises, como o Brasil); a assimilação da autoexploração como precípua relação de trabalho (com fundamento na sobrecarga moral imposta pela falsa meritocracia neoliberal); são fatores que, somados, conduziram a amplos setores da população ao acolhimento de afetos políticos tristes, e então a um expressivo

¹⁰⁷ LAZZARATO (2019) toma como referência a análise desenvolvida por Lena Lavinas na obra *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox* (2016).

descontentamento de si. “A micropolítica dos créditos criou as condições para uma micropolítica fascista.” (LAZZARATO, 2019, p. 35)

Ao lado desses movimentos do grande capital, a revolta e a vingança das elites brancas e da classe média alta encontraram o espaço político para se manifestar. O ódio de classe suscitado por um presidente operário, pelas cotas garantindo a inscrição dos negros na universidade ou pela imposição do contrato de trabalho para as empregadas domésticas (quase sempre afrodescendentes) exprimiu-se por ocasião do revés das políticas econômicas. Mas não se deve excluir a hipótese de que os sentimentos de tristeza do homem endividado, ao mesmo tempo culpado e frustrado, assustado e isolado, angustiado e despolitizado, tenham tornado disponíveis para a aventura fascista pobres e assalariados. (LAZZARATO, 2019, p. 35)

O fascismo se sustenta na violência e conduz ao ódio, como bem sugere Maria Lacerda de Moura. A autora, inclusive, na obra referida, desenvolve interessante análise sobre o fascismo de seu tempo, atribuindo-o às forças burguesas e capitalistas em seu aspecto mais degenerado. O capitalismo em seu limite de esgotamento traz à tona o fascismo, que consta em seu cerne. “As massas fascistas, racistas ou integralistas saem da pequena burguesia inconsciente e insatisfeita, comprada pelo capitalismo, ou saem dos ex-combatentes da grande guerra.” (MOURA, 2012, p. 107)

O favorecimento dos afetos vinculados ao ódio fragiliza o indivíduo, diminui a sua potência de ser e de agir. O ódio, como bem diz Espinosa, nunca pode ser bom¹⁰⁸. “Os ânimos, no entanto, não são vencidos pelas armas e sim pelo Amor e pela Generosidade.”¹⁰⁹

Acreditamos no amor enquanto um caminho de transformação política, revolucionário.

Amor que conduz a práticas e escolhas contrapostas às violências do fascismo de mercado neocolonial. O amor como prática, como política, como ética. O amor é dimensão íntima que se projeta. Antes, cuidado de si, para que seja de um lugar de satisfação, e não de falta. E só então assim se fazer incondicional, em sendo amor-próprio. (hooks, 2021)

Após, constituir-se enquanto vínculo que sustenta a comunidade¹¹⁰. Prática que se faz uníssona em todos os relacionamentos. Amar com excelência a todas(os) que

¹⁰⁸ Proposição XLV, Parte IV, Ética. (ESPINOSA, 2015, p. 447)

¹⁰⁹ Capítulo XI, Parte IV, Ética. (ESPINOSA, 2015, p. 499)

¹¹⁰ “Não há lugar melhor para aprender a arte do amor que numa comunidade.” (hooks, 2019, p. 161)
Bem como: “Aos homens é primordialmente útil estabelecer relações e estreitar aqueles vínculos

se escolha amar, pois “os valores que orientam nosso comportamento, quando baseados numa ética amorosa, são sempre os mesmos para cada interação.” (hooks, 2021)

O amor enquanto política libertária. Enquanto ação, construção cotidiana, aprendizado. As ações moldam os sentimentos, o amor é o que o amor faz. (hooks, 2021)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“E eu costumo dizer, vendo estas insignificâncias: se Aristóteles tivesse cozinhado, muito mais teria escrito.”

Sor Juana Inés de la Cruz, *Carta respuesta de la poetisa a la muy ilustre sor Filotea de la Cruz*, § 28, 1691.¹¹¹

Através deste trabalho, desenvolvemos um caminho de análise pelo qual investigamos as conexões existentes entre a expansão e o fortalecimento do neoliberalismo - enquanto sistema de acumulação e racionalidade política - e a ascensão de formas contemporâneas de fascismo, especialmente a partir do contexto periférico brasileiro.

Argumentamos em favor de uma confluência entre o neoliberalismo e a emergência de neofascismos. Mais especificamente, afirmamos que o neoliberalismo conduz - porque cria condições propícias - à ascensão de autoritarismos que, em traços essenciais, podem ser identificados como manifestações políticas fascistas.

Desse modo, compreendemos que o fascismo não deve ser limitado a uma experiência histórica restrita, vinculada aos autoritarismos que ganharam proeminência no contexto europeu das décadas de 30 e 40 do século XX. Defendemos um conceito analítico de fascismo, reconhecendo a experiência fascista como passível de manifestar-se (e de amoldar-se) em tempos e lugares distintos, porém conservando elementos essenciais que permitem a sua identificação, o seu reconhecimento.

Assim, a partir de nossas pesquisas, com base nas referências consultadas, apontamos como traços essenciais da situação fascista: culto à violência, em sociedade de estrutura militarizada; nacionalismo, em concepção paranóica de estado-nação; liderança excêntrica, que figura acima da lei; lógica nostálgica, saudosista, com remissão a um passado mítico, que visibiliza ressentimentos em mobilização coletiva; medo e indiferença como afetos políticos e sociais centrais, em solidariedade frágil, repúdio ao comum, e rejeição às demandas por justiça social.

¹¹¹ Referência encontrada em Ilze Zirbel *in* Filosofias de Cozinha – Parte 1: A porta aberta por Sor Juana. Disponível em: <<https://germinablog.files.wordpress.com/2021/07/sor-juana-na-cozinha-por-ilze-zirbel-2.pdf>>. Acesso em 15 de Abril de 2023.

Por caminhos neoliberais, democracias se fragilizam pelos imperativos de mercado, pela economicização da vida. Pela política do endividamento, a dívida se torna um dispositivo de controle neoliberal, sujeitando camadas massivas de trabalhadoras(es) a relações de trabalho crescentemente precarizadas. Pelo alienante empreendedorismo de si, o indivíduo se sobrecarrega mediante uma autorresponsabilização culposa, associando o sucesso ou o fracasso na dinâmica do mercado à sua autorrealização em vida.

Consideramos como de extrema importância provocar fissuras no imenso bloco das explorações e opressões neoliberais, que já parecem envolver boa parte do mundo. Propor outros modos de organização política, de construção de vínculos, de produção de riqueza. Outros caminhos pelos quais a naturalidade da vida é respeitada em sua dinâmica e essência. Pelos quais diferentes formas de vida e modos de viver sejam contemplados e fomentados em sua criatividade e potência de ser e de agir.

Imaginar outros mundos possíveis é prática de resistência, caminho de transformação política. É atividade propícia à dinâmica das assembleias. Pela comunidade fortalecemos a nossa capacidade de pensar e de agir, de criar mundos outros. Acreditamos na comunidade enquanto lugar privilegiado para se reivindicar a indeterminação do que se pode, o desenvolvimento de um contrapoder, afirmação de um outro poder, de invenção comum, usufruto coletivo, e ampliação do que se deseja enquanto possível aqui e agora, pois “não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer.” (GAGO, 2020, p. 10)

Reconhecemos e valorizamos a potência feminista nesse processo. Potência feminista como capacidade desejante, desejo e força que impulsiona o que é compreendido como possível coletivamente e em cada corpo. Potência feminista como potência do corpo - individual, coletivo e em variação, singularizado. E que, ao mesmo tempo, expande, reinventa o corpo. (GAGO, 2020)

Acreditamos na potência de *pensar juntas*. Esse trabalho também a isso se propôs, construído a partir de uma diversidade de vozes (privilegiadamente, femininas). Um pensar situado, coletivamente. Movimento do saber prático, encarnado. Um lugar de experimentação do pensamento. Assim afirmamos a reflexão trazida por Sor Juana, a título de epígrafe.

E assim nos movimentamos entre o intemporal e o contemporâneo¹¹² na busca da hipótese levantada pela pesquisa. E então encontramos, pela escrita, o caminho do pensamento, o processo cognitivo pelo qual experimentamos, tencionamos e articulamos as nossas ideias. Em tempos nos quais “falar de árvores é quase um crime”¹¹³, esperamos conseguir fazê-lo de maneira adequada. Ao menos de algum modo simples e consistente.

¹¹² “Queremos ao mesmo tempo o intemporal e o contemporâneo. Porém, por mais que esgotemos as imagens e façamos as palavras correrem como água entre os nossos dedos, nem por isso seremos capazes de dizer como acontece de, em certa manhã, acordarmos com desejo de poesia.” (Virginia Woolf in BARDET, 2014, p. 7)

¹¹³ “Que tempos são esses, em que/ Falar de árvores é quase um crime/ Pois implica silenciar sobre tantas barbaridades?/ Aquele que atravessa a rua tranquilo/ Não está mais ao alcance de seus amigos/ Necessitados?” (*Aos que vão nascer* in BRECHT, 2012, p. 212)

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniel. **O que é o neoliberalismo?** A renovação do debate nas ciências sociais. Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 25 ago. 2022.
- ARAÚJO, Wécio Pinheiro. **Lawfare e a relação entre neoliberalismo e neofascismo no Brasil contemporâneo**. *Lawfare: O calvário da democracia brasileira*. Maria Luiza Alencar Mayer Feitosa; Gisele Cittadino; Leonam Liziero (Org.). Andradina: Meraki, 2020.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana** (1958). Tradução de Roberto Raposo. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- AUSTEN, Jane (1775 – 1817). **Orgulho e Preconceito** (1813). [Livro eletrônico]. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2020.
- BAQUERO, Rute. **Empoderamento: instrumento de emancipação social?** – Uma discussão conceitual. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.
- BARBOSA, Jonnefer. **Políticas de desaparecimento e niilismo de Estado**. n-1, 2020. Disponível em: < <https://www.n-1edicoes.org/textos/57> >. Acesso em 19 de agosto de 2020.
- BARDET, Marie. **A filosofia da dança**: um encontro entre dança e filosofia. Tradução de Regina Schöpke e Mauro Baladi. – São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- BESUSAN, Hilan. **“E daí? Todo mundo morre”**. A morte depois da pandemia e a banalidade da necropolítica. n-1, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/105>>. Acesso em 19 de agosto de 2020.
- BRECHT, Bertolt. **Poemas** (1913 – 1956). Seleção e tradução de Paulo César de Souza – São Paulo: Editora 34. 7ª Edição, 2012.
- BREDA, Tadeu (Org.). **Bolsonaro genocida**. São Paulo: Elefante, 2021.
- BROWN, Wendy; DENVIR, Daniel. Explicando nossos sintomas mórbidos políticos. Entrevista à Revista Jacobin em 30 de junho de 2021. Tradução de Letícia Cesarino. Disponível em: [Explicando nossos sintomas mórbidos políticos \(jacobin.com.br\)](https://jacobin.com.br/explicando-nossos-sintomas-morbidos-politicos). Acesso em 13 de Agosto de 2021.
- BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**. Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie, 2018.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Traduzido por Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARSON, Anne. **O gênero do som**. Ensaio parte da coletânea *Glass, Irony and God*. Tradução de Marília Garcia, 1995. Revista Serrote 34, 2020.

CENTELHA (Coletivo). **Ruptura**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CESARINO, Letícia. **AS IDEIAS VOLTARAM AO LUGAR?** temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. Caderno C R H, Salvador, v. 34, p. 1-18, e021022, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44377>. Acesso em 1 jun. 2022.

COMMUN, Patricia. **Les Ordolibéraux**: Histoire d'un libéralisme à l'allemande. [Livre électronique]. Collection Penseurs de la Liberté. Paris: Les Belles Lettres, 2016.

COOPER, Rachel. **Thought Experiments**. Metaphilosophy LLC and Blackwell Publishing Ltd., 2005.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Fragmentação da Direita Econômica entre Ultraliberais e Neoliberais**. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/noticias/fragmentacao-da-direita-economica-entre-ultraliberais-e-neoliberais>. Acesso em 18 de Agosto de 2022.

Da lama ao caos. Intérprete: Chico Science & Nação Zumbi. Rio de Janeiro: Sony Music, 1994. 1 CD.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. Boitempo, 2016.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. Tradução do Grupo de Estudos Espinosanos. 1ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**. O cotidiano do Professor. Tradução de Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade** (1962). 1ª Ed. LTC, 2014. Organização: Igor César Franco. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5114393/mod_resource/content/1/FRIEDMAN.pdf. Acesso em 16 de Agosto de 2022.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.

HALL, Stuart. Gramsci e nós. Tradução Vila Vudu. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/02/gramsci-e-nos/>. Acesso em 13 de Setembro de 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. – 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

KANT, Immanuel (1724 – 1804). **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. (1798). Tradução Clélia Aparecida Martins. - São Paulo: Iluminuras, 2006.

KILOMBA, Grada. **“O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Dói sempre, por vezes infeta, e outras vezes sangra”**. Entrevista publicada em 30 de maio de 2019 pelo Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-colonialismo-e-uma-ferida-que-nunca-foi-tratada-doi-sempre-por-vezes-infeta-e-outras-vezes-sangra/>. Acesso em 27 de junho de 2022.

KIRZNER, Israel M. **Competição e atividade empresarial**. Tradução de Ana Maria Sarda. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2012.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Tradução de Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. – São Paulo: Elefante, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1 edições, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LE GUIN, Ursula. **Aqueles que se afastam de Omelas**. Disponível em: <http://wilburdcontos.blogspot.com/2016/08/conto-aqueles-que-se-afastam-de-omelas.html>. Acesso em 9 de junho de 2021.

LISPECTOR, Clarice. **Doar a si próprio**. Jornal do Brasil, 15 de agosto de 1970. Disponível em: <http://rapaduracult.blogspot.com/2017/04/doar-si-proprio.html>. Acesso em 21 de agosto de 2022.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Tradução de Giovanni Semeraro. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2006.

LYNCH, Christian. **“Nada de novo sob o sol”**: Teoria e Prática do Neoliberalismo Brasileiro. Revista Insight Inteligência. Ano XXIII – Nº 91 - Outubro/ Novembro/ Dezembro, 2020. Disponível em: < <https://inteligencia.insightnet.com.br/nada-de-novo-sob-o-sol-teoria-e-pratica-do-neoliberalismo-brasileiro/>>. Acesso em 26 de Março de 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MIROWSKI, Philip. **The Political Theory that Dared not Speak its own Name**: The Neoliberal Thought Collective Under Erasure. Working Paper, No. 23. Institute for New Economic Thinking, 2014. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2682892. Acesso em 24 de Agosto de 2022.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Ed.). **The road from mont pèlerin** : the Making of the Neoliberal Thought Collective. Cambridge, Massachusetts London, England : Harvard University Press, 2009.

MIROWSKI, Philip. **This is Water (or is it Neoliberalism?)** (A meditation on Vercelli, Vernengo and Levitt & Seccareccia for INET (2016). Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/46234338/This_is_Water_Neoliberalism-with-cover-page_v2.pdf?Expires=1663106054&Signature=AqliyqkQhBjrNJnfWIHKzUsz8Wlfc6-GZ40P4NsWynUuF4it8sj0V0q4CCqO1tuEadEQaMKPea8zVbLRIffirJ9Rhp9vmEyFnSdkbY4ZPKaOHjPycWvw13lOyqPRYXnBUPQoSiBaxzYxVytPadcToOuteOa0UWEffKZUAI3KwRXHyguUsBRerU8sqtdPhzjme9ETQRtG87VFT1Etkame9xEIQDJ93-OCq5054phxxZVyGrUWpNX-nOKpZ1JwuM6~SKMni-UhY25g-nTheukVR10-LsWLzg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 25 de Agosto de 2022.

MOMBAÇA, Jota. **O mundo é meu trauma**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, página 20 - 25, 2017.

MOUFFE, Chantal. **Por um modelo agonístico de democracia**. Tradução e resumo de Pablo Sanges Ghatti. Revista de Sociologia e Política - nº 25, p. 11-23, nov. 2005. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071>>. Acesso em 21 de setembro de 2020.

MOUFFE, Chantal [Tradução Fernando Santos]. **Sobre o Político**. São Paulo: Martins Fontes. 2005 [2015].

MOURA, Maria Lacerda de. **Fascismo, Filho Dileto da Igreja e do Capital**

(1934). Campinas: Barricada Libertária, 2012. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/moura-maria/1934/mes/90.pdf>>. Acesso em 9 de maio de 2022.

MURIBECA (Documentário). Direção: Alcione Ferreira; Camilo Soares. Decoloniza Filmes. Longa-metragem (78 min). Brasil, 2020.

NANCY, Jean-Luc. **Neoviralismo**. Tradução de Elias Canal Freitas. n-1, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/129>>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

PLATH, Sylvia. **Os diários de Sylvia Plath**: 1950 – 1962. Organização de Karen V. Kukil. Tradução de Celso Nogueira. 2ª Ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017.

PLEHWE, Dieter; SLOBODIAN, Quinn; MIROWSKI, Philip (Ed.). *Nine Lives of Neoliberalism*. London, New York : Verso, 2020.

POLANYI, Karl. **A Grande transformação**: as origens da nossa época (1944). Tradução de Fanny Wrobel, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRECIADO, Paul B. **Aprendendo do vírus**. Tradução de Ana Luiza Braga e Damian Kraus. n-1, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/007>>. Acesso em 19 de agosto de 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1712 – 1778). **Emílio; ou, Da educação** (1762). Tradução de Sérgio Milliet. 3 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao estado suicidário**. n-1, 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/004>>. Acesso em 19 de agosto de 2020.

SAFATLE, Vladimir. **O que é fascismo?** Revista Cult, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-fascismo/>>. Acesso em 4 de novembro de 2019.

SENEILLART, Michel. **Michel Foucault: la critique de la Gesellschaftspolitik ordolibérale in** COMMUN, Patricia (Org.). **L' ordolibéralisme allemand**: Aux sources de l'Economie sociale de marché. Centre de Recherche Civilisations et Identités Culturelles Comparées des sociétés européennes et occidentales (CICC), Université de Cergy-Pontoise. Paris: CIRAC/CICC, 2003.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SILVA, Denise Ferreira da. **O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo** (2016). Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4934264/mod_resource/content/1/Untitled_29082019_193215.pdf>. Acesso em 27 de junho de 2022.

SLOBODIAN, Quinn. **Les globalistes**: Une histoire intellectuelle du néolibéralisme. Traduit de l'anglais par Cyril Le Roy. [Document numérique]. Paris: Seuil, 2022.

SOMÉ, Sobonfu. **O Espírito da Intimidade**. Ensinaamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. Editora Odysseus, 2007.

SPILLERS, Hortense J. **Mama's Baby, Papa's Maybe**: An American Grammar Book. *Diacritics*, Baltimore, v. 17, n. 2, p. 64-81, 1987. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/464747>>. Acesso em 28 de junho de 2022.

STAËL-HOLSTEIN, GERMAINE DE (1766-1817). **De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales**. Tome 1. Séconde édition, 1800. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61078256/f2.image#>>. Acesso em 30 de maio de 2022.

VON MISES, Ludwig. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

WAPSHOTT, Nicholas. **Keynes x Hayek**: a origem e a herança do maior duelo econômico da história. [Livro eletrônico]. Tradução de Ana Maria Mandim. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o fascismo**. Tradução de Eli Moraes. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

ZIRBEL, Ilze. **Filosofias de Cozinha – Parte 1: A porta aberta por Sor Juana**. Disponível em: <<https://germinablog.wordpress.com/2021/07/06/filosofias-de-cozinha-parte-1-a-porta-aberta-por-sor-juana/>>. Acesso em 10 de julho 2022.

ZIRBEL, Ilze. **O lugar da mulher na antropologia pragmática de kant**. *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 6, n. 1, p. 50 - 68, jan.- jun., 2011. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/kant-e-prints/article/view/307>. Acesso em 4 de Junho de 2022.